

As Profissões no Campo da Ação Social

Valentim Salvador Sambambi

Dissertação de Mestrado em:

Sociologia em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais

Setembro de 2016

As Profissionalidades no Campo da Ação Social

Valentim Salvador Sambambi

Dissertação de Mestrado em:

Sociologia em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais

Setembro de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Sociologia em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais.

Realizada sob a orientação científica do

Professor Doutor Casimiro Balsa

Aos meus queridos pais Luciano Sambambi e Emiliana Cafula.

Agradecimentos

A Deus todo-poderoso pelo que me tem proporcionado, ao Professor Doutor Casimiro Balça pela afabilidade e pela estima demonstradas no decurso da formação e sobretudo na tutoria da presente dissertação; agradeço também pela dedicação e empenho que o doutor despendeu no acompanhamento da construção do presente trabalho.

Agradeço ao Professor Doutor Manuel Lisboa pela amabilidade, amizade, encorajamento e força que me ofereceu ao longo desses anos de formação.

Agradeço também todos os Docentes que contribuíram com o seu saber nesta formação e em especialmente: Inês Pereira, Rui Santos, Helena Serra e aos funcionários da FCSH.

Agradeço especialmente à Direção Provincial do MINARS, as ONGs (ADRA, CICA) e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango. Agradeço aos amigos, Zezé Nguelleka, ao Kankho, ao Edison, Bambino, ao Tchi e à pela grande amizade e companheirismo, que tivemos ao longo desses anos.

Agradeço aos meus amigos, aos meus colegas cuja companhia teve um grande significado nessa minha caminhada.

Agradeço aos meus queridos irmãos pelo apoio e pela confiança que tiveram em mim.

A todos, muito obrigado

RESUMO

O serviço social, tal como outras profissões, também tem a sua história de desenvolvimento. Durante o século XIX e XX, o Serviço Social marcava-se por uma ausência da responsabilidade do Estado. As primeiras experiências sobre os serviços sociais em Portugal, datam de 1925, no hospital sanatório de Lisboa sob influência de alguns trabalhos realizados nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Baseando-se na matriz Norte-americana, os serviços sociais em Portugal, em função deste modelo, passou-se a observar a assistência social como reguladora de higiene e educadora das famílias (Martins, 2009:75).

Interessa-nos, neste trabalho, a intervenção dos vários saberes profissionais na ação de combate à pobreza e como foi feito o cruzamento destes diferentes saberes ao longo do seu percurso para a institucionalização que contou com a luta de movimentos sociais na conquista do seu lugar na agenda política.

Palavras – chave: Profissionalidades, campo, ação, social.

ABSTRAT

The Social Service like other jobs, have his development story during XIX and XX century and had a lack of responsibility from State. First experiences about social services in Portugal, come from 1925 in Lisbon at hospital Sanatório and they had been influenced at United States and some other European contries.

Mainly based on North America, the social services in Portugal, with this model, starts to look at social service like hygiene regulator and family educator (Martins 2009:75).

We are interested, on this work, on how diferente professional knowledge interact on poverty fight and how it was done. The interation of this diferences types of knwoledge during the journey to institutionalization that as count with social fights to achieve his place on day-to-day politics.

KEYWORDS: Professionalism, field, action, social

Índice

RESUMO	vi
ABSTRAT	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO – AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL	5
1.1. A emergência do serviço social como profissão	5
a) A luta entre o Estado e a igreja	7
b) A crise do capitalismo	7
1.1.1. Fase de emergência social (1890-1898)	10
1.1.2. Fase de Institucionalização (1897-1937)	13
1.2. A participação das várias disciplinas na construção da ação social	17
1.3. Serviço social: fundamentos científicos e estatuto profissional	19
1.4. A política social e a política de combate à pobreza	22
1.5. Definição do Campo ou a Procura de um Modelo - até 1970	27
1.5.1. Paradigma funcionalista	27
1.6. Crítica e reabilitação das profissões - a partir de 1970	30
1.6.1. Paradigma interacionista	32
1.7. O Serviço Social Como Profissão Hoje	34
Capítulo II- O Serviço Social em Angola	39
2.1. Abordagem histórica sobre o Serviço Social em Angola	39
2.1.1. O Papel da Igreja Católica	40
2.1.2. As Missões católicas e protestantes	43
2.1.3. O lado social da igreja	44
2.1.4. A criação do instituto de educação e Serviço Social	48
2.1.5. O papel social da igreja hoje	49
2.2. Os voluntários em Angola	50
2.2.1. Área da formação	51
2.2.2. Os vários voluntários	52
2.3. As ONG em Angola	53
2.3.1. A AMI assistência médica internacional	53
2.3.2. A Caritas de Angola	56
2.3.2.1. Área de intervenção	57
2.3.2.2. Para área da Agricultura	57

2.3.2.3. Alfabetização e Formação profissional	57
2.3.2.4. Preparação e Mitigação para Desastres.....	58
2.3.2.5. Área de Saúde HIV/Sida	58
2.3.2.6. Projetos	59
2.3.4. A ADRA- Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.....	63
2.3.4.1. O programa de Desenvolvimento Local sustentável.....	63
2.3.4.2. O Programa de Cidadania e Educação Formal	65
a) Participação cívica	65
b) Género e VIH/Sida.....	65
c) Criança e Juventude	66
d) Dinamização.....	66
2.3.4.3. Programa de Lobby e Advocacia	66
a) Redes, parcerias e alianças.....	67
b) Estudos, pesquisas e sistematização.....	67
c) Informação, documentação e comunicação	67
d) Monitoria e avaliação das políticas públicas.....	67
2.3.4.4. Programa de Desenvolvimento Organizacional.....	68
2.4. O Ministério de Assistência e Reinserção Social em Angola	69
2.4.1. Medidas de Inclusão Social	70
2.4.2. Parcerias do governo com a sociedade civil.....	71
2.4.2.1. A criação dos seis aos dezoito anos de idade	72
2.4.2.2. Todas as crianças (dos zero aos dezoito anos de idade).....	72
2.4.2.3. Garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças	73
2.5. O Instituto superior de Serviço Social de Angola	73
Capítulo III- O Serviço Social em Angola enquadramento na cidade do Lubango.	75
3.1. Dados e metodologia	75
3.2. A Proteção Social em Angola/ legislação	76
3.2.1. O percurso histórico do sistema de segurança social em Angola	77
3.3. Planos de estudos do ISSS angolano e português.....	82
3.3.1. Plano de estudo do ISSS angolano	82
3.3.2. Plano de Estudo do Instituto Superior de Serviços Sociais do Porto/Portugal.	84
3.3.3. Abordagem comparativa dos planos de estudos do ISSS angolano e ISSS português	86
3.3.4. A Escola Nacional de Formadores de Serviços Sociais de Angola	88

2.4. Contexto da Área de Estudo.....	89
3.5. A Direção da Assistência e Reinserção Social da Huíla-Lubango	96
3.5.1. Programas de execução da Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social da Huíla-Lubango	97
3.5.2. Programas de Apoio Social e de Geração de Trabalho e Renda.	99
3.5.3. Dificuldades na Execução dos Programas de Ação Social	101
Capítulo. IV- Proposta para uma ação que possa ser útil na resolução de alguns problemas no campo da ação social no Lubango.	104
4.1. Proposta para uma Execução Eficaz do Serviço Social.....	104
V- CONCLUSÃO	106
VI-BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	113
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	
Tabela nº01-Plano de Estudos de Licenciatura em Serviços Sociais angolano.....	80
Tabela nº02-Plano de estudo de Licenciatura em Serviço Social português.....	83
Tabela nº03-Número de empregos a serem criados durante o período de 2013-2017.....	85
Tabela 04- Distribuição do montante financeiro para Universidade Mandume Ya Ndemufayo – Lubango para o período de 2013/2017.....	88
Tabela nº05 Caracterização da população da província da Huíla por classe etária e género.....	91
Tabela nº06 distribuição por comunas da população do município do Lubango.....	91
Tabela nº 07 distribuição de verbas alocadas ao sector social para os anos de 2013-2017.....	92
Gráfico 01- Estrutura etária da população.....	90
Figura nº 01Mostra a delimitação geográfica da cidade.....	87
Figura nº 02- distribuição do município do Lubango por comunas	90

INTRODUÇÃO

As primeiras experiências sobre os serviços sociais em Portugal, datam de 1925, no hospital sanatório de Lisboa sobre influência de alguns trabalhos realizados nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Baseando-se na matriz Norte-americana, os serviços sociais em Portugal, em função deste modelo, passou a observar a assistência social como reguladora de higiene e educadora das famílias.

No século XIX e no princípio do século XX, a relação entre o Estado e Igreja é caracterizada por uma série de conturbações. O religioso é posto em causa em função da emergência do social, uma luta que devido a revolução científica na altura desfavoreceu a igreja dando lugar a uma divisão entre o Estado e a Igreja. Durante o século XX, denota-se uma ausência da responsabilidade pública do Estado português na formação de assistentes sociais, mas apesar de tudo isso manteve-se sempre a chama da luta pela profissionalização do assistente social, tanto de forma independente, de comunidades profissionais e por via das escolas. E em causa estava a criação de uma ocupação que pudesse atender os problemas essenciais de sobrevivência. No Brasil por exemplo, e de acordo com Behring e Boschetti (2014) a intervenção do Estado nos Serviços Sociais, emergiu com a introdução em 1930 com uma certa influência do que se estava a passar pelo mundo em relação a crise do capitalismo de 1929, que resultou na institucionalização do Serviço Social.

Presencia-se nos anos 1937 e 1943 em Portugal, um momento em que houve uma reforma nos serviços de assistência. Se anteriormente a assistência social era tarefa individual, com o Estado novo nega-se o exemplo anterior da 1ª República e as formas de outros Estados europeus sociais-democratas, adotado para esta situação, um sistema com bases em valores corporativos deixando uma boa parte desta intervenção a cargo dos particulares e guardando para si (Estado) a parte da organização e controlo. A essência da proposta de lei de 1943 é de atribuir o estatuto das ações de assistência social aos particulares, sedo da responsabilidade do Estado apoiar e incentivar estas iniciativas através das autarquias. Neste período, devido ao desejo nacional, os serviços de higiene e de assistência transformam-se em oficiais. Já não é o indivíduo em particular, mas as famílias e grupos sociais, não no sentido de obrigação, mais sim com base na caridade. A proposta de lei, por ser mesmo uma proposta, teve a tendência de

abranger indiretamente toda a esfera da saúde pública. Em função da obediência por parte do público na adesão à assistência social graças a educação representada pela autoridade técnica e da moral da vida das pessoas. A família, a escola, a igreja e bem como outras áreas, como a medicina, fazem parte desta realidade. Na medida em que se as pretensões já não são somente a divulgação, ou se resolverem situações particulares vai fazer com que a aceitação a aderência seja cada vez maior, levando as pessoas numa participação direta aos serviços de assistência para o seu próprio benefício. Isto, levou a criação de um método de execução do Serviço Social.

Vários movimentos foram surgindo com o tempo, na defesa da promoção de um ação social assumida pelo Estado, sendo que, se anteriormente o serviço de assistência era assumido somente pelas mulheres (mães), começa a ser alvo de alguma contestação social, com intenção de fazer chegar a agenda política, e merecer efetivamente uma atenção e reconhecimento do próprio Estado. A ideia, era fazer com que, a ação social passasse a ser visto como tarefa do Estado, e não mais associada a figura individual da mulher (mãe). Daí sai da esfera de caridade para uma esfera institucional. Hoje, o serviço social já não é visto como era antes, na medida em que, o conceito de assistência social acaba por ser conotado como pejorativo, devido o seu carácter de assistir através de ações de caridade.

Este processo, não foi realizado por mera obra do acaso, pois, foi necessário a mobilização de movimentos que em determinados momentos e em função das circunstâncias sociais acompanhadas de algumas pré-condições agissem para que, o serviço social pudesse ganhar hoje o reconhecimento merecido. Neste sentido, a emergência do serviço social, está intimamente ligada à determinados fatores que, ao longo da história foram determinantes para sua profissionalização. Estes fatores determinantes serão destacados e afluídos ao longo do presente trabalho, em que nos oferecemos procurar responder a seguinte questão:

✓ **Como é que os vários saberes profissionais intervêm na ação social?**

É nosso objetivo tentar dar respostas a seguintes questões:

- Quais são os fatores ou determinantes que estão na base da institucionalização do Serviço social?

- De que forma é que as várias profissões participaram na construção do serviço social?
- Em que medida e como é que a sociologia, a psicologia, o direito, a economia e a medicina, participam na construção dos “Serviços Sociais”?
- Os vários desafios do trabalho social incluem ou excluem a sociologia?
- De que forma incluem/excluem?
- Que importância terá a sociologia sobre o trabalho social?
- Qual é a participação da sociologia sobre os desafios do trabalho social?

Sendo a Sociologia da profissão o rumo tomado pelo presente trabalho, que tem como campo de ação a cidade do Lubango (Angola), constitui nossa intenção analisar a formação profissional dos atores, a partir dos planos de estudos atuais usados para a formação técnica e profissional, a fim de sabermos quais as diferentes profissões dos atores que intervêm na ação social em Angola possuem. E para essa empreitada contamos analisar os planos de estudos para os atores não só “governamentais” (Minars), assim como também, planos para atores “não-governamentais da sociedade civil que atuam naquela cidade. Pelo que, desta forma, tornaremos o trabalho mais abrangente e conseqüentemente mais completo. Pensamos nós que para a consecução deste trabalho, uma consulta bibliográfica seria de fato o primeiro passo, sendo que, poderá permitir-nos saber quais os profissionais que investem no assunto, isto é, se são sociólogos, psicólogos, juristas, economistas etc.. Tudo isto será feito, no sentido de possibilitar uma fundamentação teórica daquilo que precisamos.

A necessidade de fazer face a esta pesquisa, o presente trabalho ficou organizado em quatro capítulos. O primeiro teve como objetivo contextualizar o percurso histórico do serviço social no geral e particularizando a realidade portuguesa apresentando uma abordagem histórica sobre a institucionalização do serviço social e a participação das várias profissões nesta mesma construção.

No segundo capítulo procurou-se igualmente a luz da realidade portuguesa, fazer uma abordagem histórica da do serviço social angolano objetivando identificar a sua tradição relativamente a esta mesma realidade, fazendo menção sobretudo às várias influências de realidades estrangeiras que operaram em Angola no período da guerra civil.

No terceiro capítulo em função das abordagens anteriores, procurou-se fazer um enquadramento à cidade do Lubango/Angola, fazendo primeiramente uma análise

comparativa entre os planos de estudos do ISSS do Porto Portugal e O ISSS de Angola. Posteriormente entrou-se efetivamente na apresentação de dados documentais fundamentais na perceção do serviço social na mesma cidade.

Já no quarto capítulo em função dos estudos feitos, procuramos avançar com uma proposta que poderá ajudar na execução e eficácia de uma ação social que se pretende mais eficaz.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO – AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL

1.1. A emergência do serviço social como profissão

Tal como nos referimos anteriormente, a ação social não surge a partida como uma profissão. Ela surge primeiramente como um serviço ligado às mulheres, e só mais tarde é que se transformou numa profissão, graças aos movimentos sociais que com a sua luta conseguiram levar a agenda política a necessidade da intervenção do Estado, passando desta forma a assumir a mesma ação.

O Serviço Social enquanto profissão, contou com um longo percurso cuja base da sua afirmação reside em determinadas precondições sócio-políticas, económicas e teórico-culturais. É à essas precondições, em que se assentam as condições históricas e sociais, que favoreceram o aparecimento da realidade em abordagem.

Antes mesmo de qualquer abordagem sobre a emergência do Serviço Social, é imprescindível que se faça uma observação, ou seja, é necessário fazer referência aos marcos anteriormente apresentados sobre o Serviço Social, sendo que, sem a referência dos mesmos, a própria história da análise do Serviço Social perde relevância.

Entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais a partir da sociedade Burguesa, existente uma ligação que se descreve como ligação de (sequência), uma vez que a mesma é entendida, como incontestável e com uma relação difícil. Esta dificuldade, reside no fato da primeira ter a ver mais com questões ligadas à uma realidade “ideo-político e teórico-cultural”, que faz parte de uma realidade mais conservadora; a segunda, está mais ligada à ações típicas de benevolência (caridade). É dessa forma que as duas direções intervêm para o suporte da assistência e do Serviço Social. Esta relação de proximidade entre ambas, tem uma visibilidade maior devido a “Igreja Católica” que por sua vez, cumpre uma tarefa muito importante em relação as duas vertentes.

Não se pode perceber devidamente a profissão, caso se ignore ou se diminua a ligação ininterrupta que atinge o Serviço Social. A explicação pode seguir dois caminhos:

Por um lado, segundo Netto (2011:71),

“ela se explica porque um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre os processos sociais, não se cria a partir do nada.

Sendo que para ele, a constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais, às quais elas se vinculam. E de outro porque, na sequência, quando se conformam as referências e práticas do novo agente, estas nem sempre implicam a supressão quer do background ideal, quer dos suportes institucional-organizativo, anteriores, podendo conservá-los por largo tempo”(71).

Para o Serviço Social, avança o autor, que o exercício de continuidade revelou-se com uma visibilidade muito peculiar, “para observadores poucos atentos, a ilusão de se estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um mero desenvolvimento imanente”(Idem).

A relação de continuidade, sobrevive e funciona ao lado de uma relação de rutura que é determinante na formação de profissionalização do Serviço Social. A rutura permite, que gradualmente os atores do Serviço Social, possam executar tarefas “executiva” pertencentes a programas de ação em que a sua verdadeira finalidade é regida por planos e métodos concretos, que não têm a ver com a sua finalidade. Podemos honestamente afirmar, que a direção do sentido da profissionalização do Serviço Social, enquadra-se sem dúvidas em ações de intervenção, em que, os seus atores independentemente do seu discurso vêm voltados para independência dos seus próprios princípios.

Tal como já referimos anteriormente, em Portugal, a luta na procura de um lugar pela jurisdição da profissão de assistente social foi vagarosa mas, sempre atuante. Esta luta foi feita não somente por intermédio das escolas de formação, mas também de forma isolada ou em grupos profissionais, marcando o percurso do desenvolvimento profissional de assistente social e o “processo académico de consolidação do serviço social” (Dias, 2010: 47).

Vários fatores estiveram na base da institucionalização do serviço social em Portugal, dentre os quais temos:

- a) A luta entre o Estado e a igreja;
- b) A crise do capitalismo;

c) A especialização do trabalho resultante da revolução industrial.

a) A luta entre o Estado e a igreja

No século XIX e no princípio do século XX, a relação entre o Estado e Igreja é caracterizada por uma série de conturbações. O religioso é posto em causa em função da emergência do social, uma luta que devido a revolução científica na altura desfavoreceu a igreja dando lugar a uma divisão entre ambos(o Estado e a Igreja). Durante o século XX, denota-se uma ausência da responsabilidade pública do Estado português na formação de assistentes sociais, mas apesar de tudo isso manteve-se sempre acesa a chama da luta pela profissionalização de assistente social, tanto de forma independente, de comunidades profissionais e por via das escolas. E em causa estava a criação de uma ocupação que pudesse atender os problemas essenciais de sobrevivência. No Brasil por exemplo, e de acordo com Behring e Boschetti (2014) a intervenção do Estado nos Serviços Sociais, emergiu com a introdução em 1930 com uma certa influência do que se estava a passar pelo mundo em relativamente a crise do capitalismo de 1929, que resultou na institucionalização do Serviço Social.

b) A crise do capitalismo

Segundo Gomes (2015), terminada a primeira guerra mundial em 1918, o país mais rico do mundo era os EUA. Este facto justificava-se devido as grandes produções de automóveis de aço, comida enlatada, petróleo, carvão, máquinas e outras produções na qual eram os maiores. A economia dos EUA foi subindo ao ponto de provocar aos empresários um sentimento de alegria bem-estar fazendo surgir a conhecida expressão “modo de vida americano”, em que o consumo aumentou e as indústrias tornou-se criativa em bens de consumo nos anos 20.

Entre os anos de 1920 até 1929, verificou-se por parte dos empresários americanos a compra de várias ações em diferentes empresas motivados sobretudo por uma ideia ilusória de plena ascensão, que viria causar para o capitalismo a sua grave crise económica no dia 24 Outubro de 1929.

Gomes (2025), avança ainda que muitos fatores estiveram na base desta crise:

- **Superprodução agrícola:** formou-se um excedente de produção agrícola nos EUA, principalmente de trigo, que não encontrava comprador, interna ou externamente.
- **Diminuição do consumo:** a indústria americana cresceu muito; porém, o poder aquisitivo da população não acompanhava esse crescimento. Aumentava o número de indústrias e diminuía o de compradores. Em pouco tempo, várias delas faliram.
- **Livre Mercado:** cada empresário fazia o que queria e ninguém se metia.
- **Quebra da Bolsa de Nova York:** de 1920 a 1929, os americanos compraram ações de diversas empresas. De repente o valor das ações começou a cair. Os investidores quiseram vender as ações, mas ninguém queria comprar. Esse quadro desastroso culminou na famosa “Quinta-Feira Negra” (24/10/1929 - dia que a Bolsa sofreu a maior baixa da história) (Gomes 2015).

Os vários credores dos bancos não conseguiam devolver o dinheiro do crédito e muitos empresários ficaram estupefactos diante de uma falência que veio do dia para a noite, levando muitos deles ao suicídio.

Deste modo, a quebra da bolsa trouxe, desemprego, medo e falência aumentando de certa forma o número de mendigos.

Mundialização da crise: esta crise de 29 primeiramente espalhou-se pela Europa e mais tarde pelo mundo. Os EUA ao limitarem as suas importações da Europa e ao retirarem o dinheiro que tinha investido nas empresas e em bancos, fez com que várias empresas caíssem para o insucesso. Uma vez a os EUA e a Europa em situação difícil, encerram as importações de matérias-primas as coloniais da Ásia, África, América Latina.

Os problemas sociais: o desemprego. A crise económica provocou rapidamente uma séria crise social: com este fato vários despedimentos começaram a ser uma realidade; a existência de muita mão-de-obra, que estava disposta a trabalhar mesmo com um ordenado baixo. Como uma maneira de contornar o problema, os stocks são destruídos para reduzir os produtos no mercado e conseqüentemente um aumento dos preços; trabalhadores em massa ficaram sem emprego e sem nenhum subsídio, dando lugar a miséria, a um número elevado de criminalidade de mendigos, aos suicídios, a

prostituição e as desigualdades sociais; com a queda da banca, os já reformados perderam as suas poupanças e os pequenos empresários ficaram sem o seu dinheiro, perdendo os seus investimentos. Diante desta situação, reclamava-se do Estado tanto por parte do povo e dos distintos setores económicos uma imediata “económica social”(Moreira 2008).

Devido a situação difícil, o Estado (EUA) viu-se obrigado a intervir, tomando algumas medidas face a crise. As mesmas surtindo efeitos positivos. Sendo que a primeira medida tomada foi a “redução das importações e o fomento das exportações”. Entrou em vigor nos EUA por Franklin Roosevelt, uma política de combate à crise, a New Deal: Esta, defendia a intervenção do Estado na economia, com a pretensão de aumentar o consumo e dinamizar a economia. Para o efeito reduziu o desemprego e tentou aumentar o poder de compra (Idem).

Para tal, segundo Moreira (2008), “na indústria: limitou os níveis de produção, fixou preços mínimos para os produtos, baixou as taxas de juro do crédito bancário e diminuiu os impostos; combate ao desemprego: desenvolveu um programa de obras públicas, barragens, estradas, edifícios públicos, etc.; desta forma criavam-se novos postos de trabalho e relançavam-se as empresas; Domínio social: foi fixado o salário mínimo, 40h de trabalho semanal, criado o subsídio de desemprego, de doença, de invalidez e a reforma na velhice” (Moreira, 2008).

c) A especialização do trabalho resultante da Revolução Industrial

Com a Revolução Industrial houve um aprofundamento na divisão do trabalho, da especialização e o incremento da urbanização e desenvolvimento do setor de serviços.

Inicialmente o trabalho social emergiu como resposta aos problemas e as necessidades que aparecem como consequência da industrialização, e ganha um lugar de destaque no interior “das profissões sociais” devido ao fato de levantarem (finalidades filosóficas, critérios científicos e métodos de estudos e de intervenção sobre os denominados problemas sociais”. Posteriormente, ao se colocar em execução (estudo de bem-estar) isto é depois da II Guerra Mundial, os fundamentos que caracterizavam o (trabalho social) alteraram o seu sentido e se foca no (objetivo criação de uma sociedade de bem-estar) onde a igualdade social e os direitos dos seres humanos possam ser um fato

constatável, por intermédio de (uma política social de caráter pública), em que os desvios causados pelo sistema capitalista, fossem equilibrados e repostos por essa política. Dá-se lugar ao sentido positivo que abraça o “bem-estar social” e deixando deste modo para atrás o sentido negativo que abraça os “problemas sociais”. O trabalho social encontrou assim um estatuto favorável (dentro do modelo do bem estar social), que favoreceu o seu crescimento e ajustamento, onde demarcou a sua vez no crescimento profissional autónomo do padrão estipulado e dos (serviços sociais públicos), perdendo também, até certo ponto, uma parte do seu (sentido ideológico e reivindicativo) ao ser aproveitado por modelos e instituições que de maneira real a aceitem no princípio uma atenção que satisfaça as necessidades do povo. Ao contrário, nas sociedades pós modernas onde se impõem cada vez mais as políticas neoliberais, o trabalho social demarca as suas fronteiras sobretudo nos processos de exclusão social. Uma diferença importante para o trabalho reside no fato de que “antes este trabalho tinha a finalidade de promover a inclusão dos excluídos na sociedade, e agora o trabalho social tem por função a “gestão da exclusão”, com o qual a exclusão legitimada socialmente e o trabalho social vinculado a esta legitimação corre o risco de perder sua ideia de cuidado social” (Scher cit. in Simões 2001, 245-1999).

1.1.1. Fase de emergência social (1890-1898)

Do ponto de vista teórico, a fase do surgimento dos serviços sociais, é vista historicamente como sendo o período anterior a “institucionalização da primeira escola” com a finalidade de formar profissionais, dotando-lhes de ferramentas necessárias capazes de executarem no terreno da ação social, um trabalho com uma qualidade necessária.

Historicamente, vale aqui destacar, a relevância do ano de 1890, que marca o nascimento da Women’s University Settlements, em Londres. Este fato sinaliza uma mudança desejada no que respeita a profissionalização daqueles trabalhos de “ajuda social” praticadas pelo “voluntariado social”. A alteração de comportamento no que diz respeito ao “voluntariado”, esta ligada ao próprio voluntariado uma vez que paulatinamente foi se alterando numa verdadeira base “logística” ao progresso do “modelo de gestão social capitalista”. Resultante dos vários movimentos sociais cujo seu objetivo próprio era a normalização das controvérsias relativas a um tipo de sociedade em que os seus fins económicos são justificados pelos fins sociais, “este mesmo voluntariado expressa uma aliança complexa entre os propósitos e as convicções

sociais”(Simões, 2001: 28). Ao ser criado ao mesmo tempo com algumas organizações espontâneas “alguns movimentos sociais” em que a sua finalidade era sobretudo tapar as consequências sociais causados pela alteração do “sistema de dominação” transformando-se a sua ação prática, em função da grandeza que vai ganhando artifício (mecanismo) artificial de ajustar (regulação) os “conflitos sociais”(28).

O crescimento social levado a cabo pelos movimentos sociais baseados em teorias sociais distintas viria a dar uma outra pertinência do voluntariado social. A preocupação sobre os problemas de ordem social levado a cabo pelos movimentos filantrópicos, aumenta ainda mais a importância do voluntariado, e de igual modo também, por uma determinada clique de intelectuais da área da “medicina, da economia, da estatística e da sociologia”(idem), sendo que, se os primeiros, isto é, (os filantropos) tornavam pragmática suas ideias por intermédio de ofertas económicas, os segundos, neste caso, os intelectuais, realizavam a sua intenção através do seu saber.

Ao virar-se a página, o problema sai de uma simples preocupação individual, para uma etapa de reivindicação de métodos de ação social que pudesse dar lugar a uma desejada tranquilidade da realidade social. E é na sequência disso, que vão surgir várias instituições sociais e não só, assim com também, o estudo de questões sociais a partir de métodos novos. Helena Simões (2001) avança o seguinte:

“Da concertação dos multifacetados interesses ideológicos, sociais e científicos resulta um envolvimento da sociedade civil e da comunidade intelectual na reivindicação do sistema de regulação social. Molda-se, deste modo, uma estratégia de intervenção social que vai tentar não só responder as complexas necessidades concretas da população a que se dirige, mas também satisfazer os pressupostos académicos e éticos dos seus promotores. Instituem-se, por esta via, os estímulos necessários para que tanto a medicina, como a economia social, a estatística e a física social, passem assumir uma atitude mais interventiva no campo da ação social” (Simões, 2001:29).

Contrariamente, ao ser um fato esta tendência de se implementar projetos sociais, fruto do pensamento dos trabalhadores sociais no terreno agita uma atenção “conjuntural” uma pressão “sócio -política” em proporcionar algo de diferente, na ação da transformação moral no dia-a-dia das comunidades mais pobres.

Em função das mudanças dos valores éticos-moral como dirigentes da ação social cuja pretensão era humanista e de solidariedade, e das mudanças comportamental por parte das mulheres burguesas, provoca-se uma nova intenção político e social na “reorganização da estratégia de utilização de desempenho da atividade social” (*Idem*). Esse fato de legitimação ideológica de acordo com Simões (2001), fez com que indiretamente se criasse uma séria de voluntários com o interesse de fazerem parte da atividade social.

Com esta realidade, fez-se nascer a primeira formação na área de “voluntariado social” isto é, na Inglaterra em 1893 foi a primeira experiência cujo a organização é atribuída a “Charity Organization Society” com fundação em Londres, em 1869, por Henry Solly. Uma experiência semelhante teve lugar nos E.U.A, levada a cabo por Richard Ayres. Estas primeiras experiências fizeram surgir “um movimento” encabeçado pela mesma organização “Charities Organization Societies” em lugares diferentes, a “inglesa e americana” e não só, assim como também pela Women’s Settlements, estas defendiam a uma formação própria para a execução de trabalhos sociais levado a cabo pelos “voluntários sociais”.

O interesse a assistência social surgiu na sequência da publicação da obra *Charity in England*, com edição em Inglaterra. Esta realidade, provocou uma série de debates relativos a profissionalização do serviço social. Mary Richmond da organização, americana baseando-se nos vários trabalhos realizados pela Charity Organization Society em 1897, pelas suas organizações afins, nos Estados Unidos, ele apresenta a ideia da criação de uma escola de “Filantropia Aplicada” onde se pudesse estudar os “elementos essenciais comuns a todas as formas de serviço social, segundo um sistema que combinasse a teoria e a prática” (Rubi, cit. in Simões 2001,31-1990, 57). O que Mary Richmond propôs, teve um impacto positivo na medida em que não tardaram as iniciativas privadas.

De acordo com Helena Simões (2001) “é nesse âmbito que vão surgir os denominados cursos de verão destinados ao aperfeiçoamento do trabalho voluntario”. A ideia deste tipo de formação criada nos EUA por Edwine em 1898, teve uma aceitação bastante grande e em pouco tempo ganhou uma dimensão mas do que a esperada.

Assim, é fácil compreender que no século XIX a institucionalização do Serviço Social é argumentado ou explicada de várias formas. Assim, ela é explicada primeiramente

como uma profissão que resulta de uma dinâmica histórica do aperfeiçoamento da arte do bem-estar; como uma profissão de obreiras sociais que se servem de uma química social para realizar o corte epistemológico que a sociedade capitalista fez com o modelo clássico de práticas herméticas de regulação social; ou ainda, como uma sub-profissão relacionada ao progresso desenvolvimento das necessidades sentidas pelas ciências sociais em tornar a utilizar as ações de ajuda social, no sentido de poder apoiar as imposições relativas ao “mercado científico” e das transformações do paradigma de “gestão política” das atrocidades da sociedade (Simões, 2001:32).

1.1.2. Fase de Institucionalização (1897-1937)

Segundo Simões (2001:31) esta fase começa em 1897, com a iniciativa de Mary Richmonde, em criar uma escola de Filantropia Aplicada, sendo seguida pela realidade de inserção política em reconhecer o quanto era necessário fazer existir (construir) um lugar de consciencialização da execução de dar legitimidade das desigualdades sociais.

Devido a realidade ideológica que se assume graças as circunstâncias associou-se primeiramente o desenvolvimento do Serviço Social ao Desenvolvimento do Capitalismo. Em função disso o Serviço Social começa a representar uma das partes que por intermédio da mesma se pode analisar os aspetos relativos a problemas, que têm a ver com o desenvolver do plano de desenvolvimento económico, assim como também a “racionalização da atividade essencial”.

O Serviço Social, ao enquadrar o sentido histórico na sua caminhada de vida social, no movimento e na clareza do seu percurso de institucionalização vai tornar as características da sua dinâmica de institucionalização dependentes daquilo que são as representações de uma diversidade de significados sociais e dos vários sectores “dinâmicos sócio-políticos dada a força do capitalismo”. É desta maneira que se explica a diversidades do processo que cobriu o percurso de institucionalização do ensino académico do trabalho Social. Estas escolas conheceram a sua expansão da sua institucionalização mais ou menos em épocas semelhantes, em lugares, contextos sociais e políticos diferentes.

Foi em Nova Iorque e Amesterdão onde surgirão as primeiras experiências de ensino académico do Serviço Social em 1899. A escola de formação social, profissionalizou-se como uma instituição privada com o objetivo de lecionar no campo da ação social,

conteúdos teóricos e práticos em dois anos, cujo destino do pessoal aí formado, seria para desempenhar um papel importante no campo da ação social.

Os conteúdos ministrados tinham a ver com disciplinas que possuíam um pragmatismo ideológico, que possuíam um currículo baseado na história da “ beneficência e do socialismo e não só, bem como também, em matérias ligadas ao cooperativismo e seguro social, sendo que, ao lado estavam as cadeiras de opção que tinham a ver com o “ensino doméstico e religioso”. A escola norte-americana exibe um formato peculiar. Ao surgir a primeira escola de formação académica em Nova Iorque com o nome “Escola de Filantropia Aplicada” (Training school in Applied Philanthropy) passa a direcionar a lógica do seu ensino na prática do conhecimento científico, orientado para o ramo das ciências sociais, associada a um ensino teórico na vertente do “Direito do Trabalho do Sindicalismo e da Medicina Social” aposta-se particularmente em áreas de “formação prática orientada para a experiência apropriadas das técnicas de pesquisa social”. Foi graças ao surgimento de escolas que começa a crescer o movimento de institucionalização do serviço social.

Relativamente a Europa, em 1904, enquadrou-se na formação das ciências sociais programas de Serviços Social, nomeadamente Inglaterra em (Liverpool) e só viria a ter início o curso de filantropia em 1908 na Universidade de Birmingham. Ao mesmo tempo, funda-se em Berlim (Alemanha) uma escola por Alícia Salomon. A igreja católica e Protestantes respetivamente, começam a seguir a mesma iniciativa. Outros países da Europa seguiram o mesmo exemplo. Assim, em França no ano de 1911, criou-se a Escola Católica de Serviço Social com o nome de “Escola Normal Social” cujo protagonista foi segundo Simões (2001:32-33) Madame Blillard. Seguindo o mesmo passo a igreja protestante viria um ano depois tornar público uma ideia semelhante, tornando-se responsável do surgimento de outras escolas de Serviço Social. Posteriormente foram fundadas na Bélgica duas escolas, Sendo uma “francófona e outra neerlandesa”. Em frente do projeto esteve um grupo de mulheres que pertenciam ao “Partido da Democracia Cristã” que viria a ser também o responsável de outra escola em Louvain no ano de 1921 e 1922.

Em Espanha só no ano de 1932 surge a primeira escola direcionada a formação de futuras assistentes Sociais, como o nome de “Escola de Estudos Sociais para as mulheres”.

Já para Portugal, foi em 1935 que surgiu a primeira escola, que teve como protagonista Condessa de Rilvas, que teve a iniciativa de promover cursos de serviços Sociais. A mesma ideia foi dada a conhecer oficialmente no 1º Congresso da União Nacional em 1934. E posteriormente em Coimbra, em 1937 funda-se a escola Normal Social- Saúde, devido ao resultado de um objetivo político que visava desenvolver socialmente o Centro do País.

Relativamente ao continente americano, o que aconteceu sobre o Serviço Social, foi que, de acordo com Simões (2001:33) “Escola de Filantropia Aplicada de Nova Iorque, liga-se em 1903 ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Chicago” que viria fazer parte da Universidade de Nova Iorque” a denominação de Serviço Social.

Na América Latina fundou-se no Chile pelo Dr. Alejandro del Rio o que viria a ser considerada como a primeira escola da América Latina de Serviço Social. Uma vez estando ligada o seu surgimento ao apoio do Estado, através da “ Junta Central de Beneficência de Santiago”, fez-se fundar a primeira escola Católica Chilena de Serviço Social, (Escola Elvira Matte de Cruchaga). A escola, a nível da América Latina deu um grande impulso na questão da institucionalização do Serviço Social, sendo que viria a inspirar o surgimento de outras escolas Em Buenos Aires (Argentina) no ano de 1930. E em São Paulo (Brasil) surge a primeira escola de Serviço Social em 1936, com uma pequena ligação a escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Mais tarde surge também na cidade do Rio de Janeiro em 1937. Ano em que surgiu também no Perú, a escola peruana e uma escola no Paraguai em 1939 com um poder católico.

Para Manrique (1993:91) cit in Simões (1993:91) baseando-se nas ideias de Mutte Cruchaga, após o surgimento da escola do Chile, foram criadas dez escolas de Serviços Sociais na América do Sul em várias cidades tais como: Montevideu São Paulo, Rio De Janeiro, Santiago, Lima, Buenos Aires, Caracas e Bogota, e com a particularidade de serem todas Católicas.

No que diz respeito ao norte da América, destaca-se na universidade de Toronton o surgimento do curso básico de Serviço Social em 1914. Carme Rubi (1990:72) cit. in Simões (2001:34), avança que na 1ª Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em Paris, no Ano de 1929, foi enumerada a existência na época de 111 escolas repartidas em 16 países, que em 1937 havia a indicação de 179 escolas em 32 países e que posteriormente em 1950, as Nações Unidas falavam em 373 escolas entre 46 países.

O evoluir da institucionalização do serviço Social, caminha de mãos dadas com o número de surgimento de escolas de Serviço Social, situação que realça ainda mais, a divisão em dois desenvolvimentos do processo social do seu modelo de legislação.

Simões (2001:34) avança ainda, que isso prende-se com o facto de que, desde a sua génese profissional, o Serviço Social estar assente em formatações diferentes de concretização histórica do seu processo de emergência e de institucionalização social.

Foi devido a este facto que, a institucionalização do Serviço Social teve como base de apoio em termos de conceptualização, modelos criados em relação aos objetivos (interesses) políticos e religiosos, “como é o caso dos países cujo laicismo favorece os procedimentos sociais ditados por interesses económicos (*Idem*:35)”.

Destafeita, em função da direção abraçada por cada uma das influências na concretização da institucionalização do Serviço Social, fez surgir dois conceitos; um de modelo francófono e outro de modelo anglo-saxónico no seu processo de institucionalização.

A diferença entre os dois modelos de institucionalização segundo Simões, “de uma maneira concreta está “na forma” dando a sua ligação académica a matriz da sua “filosofia de formação”. Deste modo, “enquanto o modelo francófono se qualifica por um ceticismo social de cariz religioso, que vai servir de suporte à dimensão escolástica que estigmatiza não só o seu modelo de formação, mas também o seu modelo de organização institucional. O modelo anglo-saxónico caracteriza-se por estar desvirtuado de interesses vincadamente religioso, por ser também fundamentalmente mais pragmático no que diz respeito à arquitetura dado ao seu modelo de formação” (*ibidem*).

Contudo, a institucionalização do Serviço Social não está ligada simplesmente a uma única realidade política ele ocorre em modelos de regime democrático e ditatorial, e este facto faz com que se anule qualquer tendência de análise segundo uma só realidade eliminando uma e privilegiando outra.

Esta pluralidade sócio-histórica, em que decorre o processo de institucionalização do Serviço Social, dá uma força maior que virá a se repercutir na sua dinâmica de legitimação profissional.

1.2. A participação das várias disciplinas na construção da ação social.

Em 1964 a Sociologia das Profissões ainda não tinha expressão em Portugal mas, a verdade é que já se fazia esforço no sentido de enquadrar o Serviço Social na Universidade Pública. Antes mesmo de se institucionalizar o serviço social, as disciplinas como sociologia, psicologia, medicina e direito já existiam no campo académico. E durante o processo de institucionalização do serviço social, estas, tiveram um papel importante na participação do mesmo processo, como afirmava Santos em 1931, “O campo de atividades dos assistentes sociais devia alargar-se aos serviços clínicos (hospitais, dispensários, institutos psiquiátricos e outros) (Martins, 2009:124)”. A participação era feita de forma individual e dirigida à indivíduos particulares no princípio, destacando-se assim o papel da psicologia que se vai encarregar do indivíduo um elemento particular as suas especificidades particulares. E depois surge a necessidade de fazer chegar a esfera política, sendo neste momento em que se dá uma transição do foco.

Com esta virada, já não é o indivíduo, mas sim, as comunidades mais desfavorecidas, dando lugar a sociologia que se interessa com o coletivo como avança Martins (2009:124), “Combater a pobreza não pode limitar-se a simples socorros materiais, é preciso conhecer os fatores dessa miséria material, estuda a personalidade dos que sofrem, o caráter e a sua mentalidade, o ambiente familiar e social onde vivem, agindo a partir de ações coletivas ou individuais (124)”.

René Sand, destaca como importante “o serviço social de ação coletiva, estabelecimentos que agem sobre indivíduos em conjunto, e o serviço social dependente ou não dos serviços coletivos agindo sobre indivíduos isolados, sobre o meio familiar ou social. A escolha deste processo de ação depende do saber, da experiência e do tato da assistência social é apelar para o serviço que é preciso intervir, é combinar todos os elementos de ação para o bom resultado final” (*Idem*).

Relativamente a medicina, já no século XIX, o movimento higienista e de medicina social criado pelos médicos defendia uma ciência médica. “Os médicos e as suas organizações lutavam para se impor como guardiões da saúde pública” (Martins, 2009:62). Podemos dizer que, ela sempre acompanhou ação social, pois, desde o início, quando a ação social era somente tida como responsabilidade individual ela já se fazia

presente embora de forma diferente. Nesta altura, os cuidados médicos estavam sobre a responsabilidade das irmãs que eram responsáveis dos dispensários onde se prestavam várias ações de assistência médica.

Mas com a implementação da República os dispensários de caridade em Portugal foram instintos e passam a ser assumidos pelo Estado. É exemplo disto, o Dispensário de Alcântara que prestava assistência médica aos mais necessitados encontrando-se na altura dobre a responsabilidade das irmãs dominicanas em Lisboa. Segundo Martins (2009:59),

“com a implantação da República o Dispensário é encerrado e as irmãs dominicanas expatriadas. Pelo Decreto de 16 de Novembro de 1910, o antigo Dispensário da Rainha, situado em Alcântara, passa a ser administrado pelo Estado, com a designação de Dispensário popular de Alcântara. Destinando a assistência Clínica das crianças, nele passam a trabalhar quatro enfermeiras pagas pelo Estado assim como outro pessoal auxiliar e técnico”(59).

Assim, as relações dos médicos com a organização de assistência levam alguns deles, a propor na vigência do regime republicano e posteriormente no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, a organização de uma nova profissão e formação, que à luz das relações que conheciam, noutros países, no âmbito da assistência e do Serviço Social, pudesse contribuir para o desenvolvimento da Medicina Social, da Assistência e de um Estudo mais interventor do ponto de vista social. Essa profissão é o serviço social.

Relativamente ao Direito, sendo a ciência encarregue na execução daquilo que é norma jurídica, no sentido de regular os indivíduos e grupos sociais. Faz-se necessário destacarmos aqui, que em Portugal a nível do Direito Penal em 1911, vivenciaram-se alguns avanços destinados a área da ação social. Estes avanços, foram graças aos exemplos de outros países europeus e sobretudo com a influência das experiências dos Estados Unidos, relativamente aos trabalhos realizados na área. Nos Estados Unidos criaram-se, já em 1899, profissionais (Probation Offecers) destinados a enquadramento das “organizações de tribunais de infância” cuja tarefa estava ligada a defesa dos interesses dos menores perante os tribunais de menores, sendo que, para isso, era

necessário que eles fossem indicados pelo Juiz no acompanhamento dos mesmos¹. Sobre influências norte-americanas, Portugal também formou os “probation officers” em 1911, dando origem ao processo de profissionalização do mesmo serviço. Começa-se a encarar o crime, com o Decreto de 27 de Maio do mesmo ano, como produto inconsciente do meio e da hereditariedade” e isso fez criar um tipo de polícias com homens e mulheres que se enquadrassem no seio das organizações² de “tutores de infância”. É importante destacar que, são alvo deste tipo de ajuda as crianças, em “risco moral desamparadas ou delinquentes” deste modo, elas são defendidas pelas organizações acima mencionadas sendo que para o efeito, a ideia defendia a partir daí era a prevenção ao em vez do castigo³.

Neste sentido, o percurso desenvolvido pelo Serviço Social nas duas décadas, 80 e 90, em Portugal, é dos mais ricos da história recente do Serviço Social português face às aquisições obtidas” (Negreiro cit. in Dias, 2010-1999). Dias, Maria (2010) avança que, em Portugal, a luta na procura da jurisdição para a profissão de assistente social foi vagarosa mas, sempre atuante. Esta luta foi feita não somente por intermédio das escolas de formação, mas também de forma isolada ou em grupos profissionais, marcando o percurso do desenvolvimento profissional do assistente social, e o “processo académico de consolidação do serviço social”. A explicação deste percurso, acrescenta a autora, “não pode ocorrer só por via endógena e nos campos da formação académica ou da profissão. É necessária a análise e a compreensão do processo histórico e sócio-político no qual o próprio Serviço Social é ator de influência. Mas, está também sujeito às influências e determinações que se exercem no campo da estruturação destas relações”. Pelas articulações que ele próprio estabelece, e pela mobilização e lutas que desenvolve, quer pela análise e construção que elabora enquanto profissão, quer enquanto saber pela perspectiva analítica de produção de conhecimento, torna-se também, ele próprio, credor da sua própria trajetória”(Dias, 2010:46).

1.3.Serviço social: fundamentos científicos e estatuto profissional

Na decorrência da institucionalização os atores sociais, enveredaram por uma via de análise, cuja sua identificação é essencialmente fácil.

¹ Os profissionais (Probation officers) elaboravam inquéritos, que realizam inquéritos minuciosos destinados a conhecer o menor antes de este ser apresentado a julgamento. Instruem os processos e aparecem na audiência para defender os interesses do menor e fornecer ao juiz os esclarecimentos de que precisa (idem).

² As organizações em causa são os tribunais, coletivos específicos para este tipo de intervenção.

³ (Idem:121)

Ao se elaborar a relação entre o estatuto teórico e a sócio -profissionalização do Serviço Social, primeiramente verifica-se a ligação particular que se firma entre “fundamentos científicos do Serviço Social e o seu Estatuto profissional. Os conteúdos teóricos de acordo com Netto (2011:86) demonstram que “o estatuto profissional, é posto basicamente como dependente do seu fundamento científico”. A ideia mais destacada, é a que atribui a “configuração profissional institucional” ao que Neto chama de “Maturidade científica” do Serviço Social, em relação as denominadas “protoformas”. Constitui um caminho livre, a interpretação e compreensão o destacamento desta ideia. Uma forma mais fácil de interpretar seria, a realidade que se tornou histórica e com um significado importante ao nível da própria sociedade. O fato dos assistentes sociais terem criado uma característica própria, com o intuito de colocar de fora a sua atividade profissional em detrimento das suas ações de ajuda, caridades, ou seja, ações filantrópicas e sem a existência de um saber científico.

Tem sido motivo de discórdia, o fato das atividades de assistência não serem aceites ou levadas em consideração devidamente, de redefinir a sua grandeza e reaproveitar de forma profissional. “Para uma argumentação que procura ferir as dimensões assistenciais presentes em exercícios profissionais do tipo de Serviço Social, sobre a sua recuperação profissional, noutra ótica que não a caritativa”(Gaylin et al. cit. in Netto 2011:87). Uma ação profissional institucional, é independente do saber em que reside a sua génese.

Opostamente ao que normalmente se encontram nas obras sobre o Serviço social, é relevante referirmos que, a filantropia como tal, segundo avança Figueiredo, Malan (1969:143) cit. in Netto (2011:87) “não sofre um processo de erosão com o desenvolvimento moderno do capitalismo; há fortes indicações de que a modernidade empresarial corresponde a racionalidade filantrópica” (Figueiredo, Malan cit. in Neto, 2011:87-1969:143).

Uma vez que a transformação difusa do Serviço Social esta ligada a sua identificação própria, que concebe que as géneses da singularidade da profissionalização resultam do produto fornecido pela ciência, e regendo-se um outro problema mais penetrante para a interpretação, aí verifica-se a ligação em relação a institucionalização profissional do serviço Social e a realidade claramente visível que é o fato de se apresentar como uma profissão maioritariamente feminina. Netto (2011: 88), acrescenta que “a rutura com o

regime de voluntariado, não equivaleu à rutura com a subalternidade técnica e social, a que se destinava e alocava a força de trabalho feminino”

O mais importante em tudo isto, é que, ao explicarmos o estatuto profissional do Serviço social, ao invés de nos apegarmos na sua realidade enquanto saber ou conhecimento, é imprescindível primeiramente fazermos uma análise no decurso da criação e construção estrutura de todo trabalho que se apresenta como profissional. A ascensão do estatuto profissional, realiza-se através da variação de duas forças: “de um lado, aquela que é deflagrada pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; e do outro, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de força (teóricas e praticas sociais, aptas ou não para responder às requisições extrínsecas”(*Idem:89*). É neste campo onde se opera o seu método relativamente ao saber.

Assim, o processo de estatuto profissional, que circula em torno da criação reorganização e da recriação, é fechado devido a tradição do próprio Serviço Social no que diz respeito a sua própria imagem, em relação ao seu processo de ascensão e de “desenvolvimento”.

Na linha de pensamento em que se atribui a realidade profissional do Serviço Social, a prováveis argumentos científicos, as variações práticas e profissionais. Não se verifica aqui simplesmente a mudança como realidade prática do Serviço Social, de ir atrás da criação da sua própria mudança “profissional” naquilo que diz respeito a sua transformação na organização do saber científico do qual, tem como modelo. Da mesma forma, verifica-se um processo que obscurece a ideia da sua organização teórica. E esta afirmação categórica, é demonstrada por dois factos da história do Serviço Social: “ a viragem psicologista, progressivamente centrada no enfoque psiquiátrico que, no final dos anos vinte instaurou um papel peculiar para o Serviço Social de caso e a assunção da organização e do desenvolvimento de comunidades, no segundo pós-guerra que, veio a plasmar, como seguimento do âmbito profissional, o Desenvolvimento de Comunidade” (Netto, 2011:90).

A compreensão ao longo da história do Serviço Social sobre a afirmação quer da sua estruturação intelectual, como da ação prática, é de certa forma muito evidente, marcando para todo sempre a própria história da profissão. Para Netto (2011) neles comparecem vetores histórico-sociais e matrizes e matrizes teórico-culturais precisas”. Com tudo isso, “a auto-perceção profissional tendeu fortemente a apagar a única da

ordem primordial de condicionalismos”(*Idem*). “Tudo se passa como se no primeiro caso a terapia estritamente individual desenvolvesse de incorporação teórica das chaves heurísticas da psicologia e, em seguida como se a inserção do assistente social no marco de ações interdisciplinares ou multiprofissionais fosse o desaguadouro da permeabilidade do Serviço Social., às teorias funcionalistas da sociedade e da mudança Social “(*Idem*).

Assim, o estatuto profissional do Serviço Social hoje, deve ser compreendido como uma realidade que não só depende da sua auto-formação, mas também e sobretudo, de fundamentos científicos que devem funcionar como suporte do seu real valor no campo do desempenho do seu papel social.

Hoje, vários pensamentos que abordam sobre o serviço social, são unânimes em defender uma ideia segundo a qual, a formação profissional deve estar em sintonia com a formação académica. Ou seja, deve haver uma relação entre os dois pólos (formação profissional e académica), (Adé, Lescouarch 2015:8)“formação aos ofícios da interação humana, visam a liberalização, construção de relações tidas intrínseca entre o meio universitário (lugar de formação) e o meio profissional”(lugar de ação). Na verdade o objetivo desta ideia, é a promoção da aproximação entre a teoria e a prática. Isto é, enfrentar novas ligações entre o conhecimento prático e o conhecimento científico. Assim, a este processo de fazer aproximar a formação e as situações profissionais, chamam-se hoje de “Universitarização – profissionalização” (Adé, Lescouarch 2015:9). Evidencia-se nos últimos anos da uma evolução qualitativas na formação do ator social, acompanhado de grandes controvérsias relativamente as mudanças na ligação da teoria e prática, “ a busca de estratégias do profissional que vão mediar as bases teóricas com a imperatividade do trabalho profissional”(Piana cit. in Yamamoto, 2001:52-117)

1.4. A política social e a política de combate à pobreza

É a ordem as áreas de intervenção social, e os caminhos para ação social do Estado. Isso acontece devido a realidade segundo a qual a ação do governo funciona em função de uma série de conflitos.

Nenhum governo está isento destes conflitos, na medida em que, só existem os parcialmente justos, as carências dos desfavorecidos. Mas para tal, existem varias saídas para fazer face aos problemas de desequilíbrios sociais. Tal como existem formas variadas e necessária para a execução de determinadas situações que visam sanar

problemas, assim também não há apenas uma resolução social e política para uma determinada situação anômala. Estas soluções aparecem de uma ação de seleção “escolhas subsequentes”. “Elas, (as soluções) implicam confrontos, atritos, coalizões, pressões e contrapressões” (Sérgio et al 1994:11)

São vários os elementos metidos na luta, nomeadamente: “Os seguimentos sociais, testamentos técnico burocrático, do Estado, Congresso, a presidência, os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, os especialistas e, não raro, suas comparações” (*Idem*:11). Esse exercício ou ação, determina a política em cada circunstância que pode implementar sua política com outra política, sobretudo a económica e bem como a abrangência da mesma. Segundo Sérgio et al (1994) “quando se trata de manter o mesmo padrão de gostos para programas por exemplo, as políticas de alocação segue trilha mais previsíveis, seja do ponto de vista institucional, seja do perfil e degrau dos conflitos envolvidos”. Este tipo de políticas está incluso na chamada política distributiva. A política Social, direciona a sua tarefa de ação as lacunas aberto para distribuição desigual do bem comum, ajudando a criar um equilíbrio em relação a “cumulação” com o objetivo de resolver o problema atinente às necessidades fundamentais, e bem como, na elevação da “igualdade”.

É de realçar, que a intervenção social do Estado, segundo Sérgio et al (1994:11) “ diz respeito tanto a promoção da justiça social, quanto ao combate a miséria, embora sejam objetivos distintos “ (Sérgio et al 1994). Sendo que para a primeira, isso é feito de forma frequente como busca dos direitos sociais do cidadão. Já para o segundo caso, a ação do Estado verificava-se num conjunto de recolhas políticas “selecionadas em função do Estado da revisão da instabilidade social (*Idem*).” Em função de transformação ao nível das próprias estruturas assente na norma da “necessidade”, em que o Estado dá algum benefício a determinados grupos. Os mesmos benefícios, disponibilizados pelo Estado, são quase invisíveis, na medida em que os grupos não consentir o “custo” direito do imposto, devido ao próprio benefício cedido pelo Estado.

Neste sentido, os maiores atritos de resolução durante a execução do orçamento ou mesmo numa fase anterior que é a fase de elaboração, proposição, execução das políticas e dos programas correspondentes. (Lowis, 1964, C. Offe, 1975 e Golfinger, 1975). Também possivelmente desagradados no momento impossível de se evitar; porque

há sempre quem defenda uma medida contrariam a utilização de um ser comum (cf. Sérgio et al 1994:12).

“Sempre haverá resistência ideológica e qualquer tipo de intervenção estatal. Sempre haverá controvérsia em torno de políticas públicas em torno de políticas públicas” (*Ibidem*).

De certa forma, o campo dos grandes atritos são inovações e as alterações, principalmente, quando a atual “política” visa a “redistribuição” ou seja, quando a mesma política tem a ver com a “transferência de benefícios ou de recursos de um grupo para o outro, de um programa para outro de uma área para outra (*Ibidem*) ” é certo que nem sempre essa mudança provoca atritos. Isso acontece quando por exemplo, essa mudança vem a ser benéfica para ambos os lados, “que não tenha um impacto redistributivo”, nem valores consideráveis denunciados e “localizados”. Só que uma verdade é certa; são difíceis de existirem no ramo da “área social” políticas dessa natureza (*Ibidem:12*).

O que mais se verifica é que produzem conflitos e provocam ideologias opostas e que resultam numa realidade de carácter “redistributivo”. Para serem executadas as escolhas diferentes, dependem do induzimento por parte só dos cidadãos de decisão e os líderes, mas também que vem do exterior ao mesmo, na medida em que vai procurar aliados.

Seja qual for a direção, a contestação política, “ideológica”, ou mesmo “técnica” suscita ao público controvérsia e não só, assim como também várias correções. É assim que as mudanças têm tendência de nascerem a partir de procedimentos cujas decisões são normalmente teorias enganadoras que trazem para dentro de si situações como “conspirações interburocráticas” estado sempre subordinado aos trabalhadores tais como “técnicos” letrados e empregados interessados a contribuir com os seus meios, numa missão bastante difícil, rumo a construção de uma estrutura complexa que tem a ver com a criação de resolução de problemas e não só assim como de uma maneira de satisfazer as necessidades básicas, implementação desses mesmos pensamentos na agenda política e a formação dos “programas” que vão tornar as mesmas políticas pragmáticas. (*Ibidem: 12*)

Mas para tal, torna-se necessário a criação de sugestões, que levem ao limite uma exausta procura de pessoas certas capazes de fazer o melhor na criação de um

“diagnóstico” e a busca de uma série de experiências passadas que tiveram resultados positivos e outras realidades que possam ajudar o trabalho. Para esta empreitada, não se coloca de fora a ajuda política. Fazer com que a criação divulgada e que ajam aderentes apresentado o seu benefício e combater aqueles que se opõem a mudança e não só, assim como os que se opõem de uma forma sistemática.

As várias ações autónomas de “mercado” são adotadas pela política social por este fato, as mesmas não reduzir-se as normas de preços estabelecidos nem analisados por métodos comuns do “mercado”. A política pública segundo avança Sérgio et al (1994:13) “como ação social, corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores sob variadas modalidades, não obedecendo portanto, à lógica do mercado, que pressupõe trocas recíprocas”(Ibidem:13). Esta única direção da política social, tem como alicerce, a determinação do processo social em relação à várias realidades de subordinação, e que a ação do Estado, que devem ser retificados legalmente.

Várias dessas situações traduzem-se na falta de capacidade de trabalho por conta própria, e exterior ao desejo da pessoa de fazer alguma coisa para a sua sobrevivência, sendo que esta realidade acaba por contradizer a “teoria liberal da justiça”. Resultam de realidades que não dependem do indivíduo e ligadas a ação conjunta de um ciclo de produção da “vida social”. Esta, não é a única, sendo que se pode apontar outra circunstância que tem a ver com o “ciclo vital do ser humano” que por sua vez, também então fora do controle quer de forma “individual” quer “coletivamente”. E Aquela que são resultantes de situações imprevisíveis como, acidente, sendo que nesta circunstancia não se justifica a atribuição de incumbência que normalmente se impõe. Essas são as razões segundo às quais justifica-se essa ação “unilateral do Estado”, que funciona como uma forma de dar proteção verdadeira e objetiva daquilo que são os “direitos sociais dos cidadãos” que implicam de forma oposta, e ao mesmo tempo, os” deveres sociais.” (Sérgio et al:14)

A descrição da realidade do cenário da subordinação, resulta por um lado da origem da própria situação de pobreza. Entretanto, é a lei que vigora, que define o nível de ajuda oferecida à indivíduos que da comunidade sujeitam-se.

São os objetivos políticos representados nas intervenções do próprio “Estado”. Quem determina se a “política social” deverá ser ou “instrumento de mudança social” ou

simplesmente “reflexo e legitimação do status quo”, são os “objetivos políticos” representados na intervenção do próprio Estado. Havendo neste sentido, uma série de proteção rígidas indiscutível tanto em questões relativas a preservação do nível mínimo para se viver, e não só, assim como também a luta de condições mais profundas (difíceis) de carência (*Idem:14*)

Boa parte dos países desenvolvidos, a sua política social, visa essencialmente equilibrar “o mal-estar”, as despesas sociais, aos maus resultados, consequência do funcionamento essencial à “acumulação”, de outro objetivo do governo e o desenvolvimento que ao inovar os objetivos, põe em situação de “servidão” algumas comunidades.

Hoje, os países industrializados, possuem “programas” próprios para fazer face aos problemas relativos a “perda de renda” tais como: “velhice, invalidez, doenças maternidade, acidente de trabalho, crescimento familiar e desemprego.”(*Idem:14*). A política de “compensação”, apesar de ser criada para fazer face aos problemas daquelas pessoas que por uma razão qualquer perderam capacidade suficiente para poder trabalhar, no sentido de garantir a sua sobrevivência, ela é no sentido geral um direito para todos. Aí situa-se segundo Sérgio et al (1994:14) o cruzamento entre a política social, como garantia universal de padrões mínimos de vida, e a política de redução de pobreza, que se destina àqueles que se encontram numa situação de miséria. A política social enquanto obrigação, do Estado, tem duas direções. Uma orientada aos problemas que diminuem as habilidades dos indivíduos de poder conseguir produzir o razoável para viver de uma maneira cabal e irreparável. Tais como: a “velhice e a invalidez. E por outra, tem a ver com situações temporárias de pouca duração relativamente ao grupo ou a cada pessoa.

As do grupo, teriam a ver com situações resultantes das adversidades ligadas àrealidades “económicas, a título de exemplo temos a falta de emprego durante um determinado período. E pessoais, as provenientes de falta capacidade individual de reduzir. Ligadas normalmente entre outras, a doenças e acidentes. É de natureza completamente diferente a política de combate a pobreza. Ela, apresenta como finalidade erradicar durante um espaço de tempo determinado.

“As políticas contra a pobreza são específicas, têm duração limitada. Ainda que prolongadas combinam ações sociais compensatórias, aspetos das políticas sociais permanentes e elementos da política macroeconómica setorial, sobretudo

no campo fiscal, industrial, agrícola e do emprego. São partes de intervenção social do Estado, em muitos casos se sobrepõe as políticas sociais, mas têm uma identidade, uma coerência e uma estratégia própria”(Ibidem:15)

A política social tem que necessariamente ter como objetivo a “Universalização”(Ibidem:15) “É no entanto a instrumentalização assegurado pelo Estado a qualquer cidadão que venha sofrer os efeitos negativos daquelas contingências por ela contemplada.” Já as de erradicação à pobreza, são direcionadas à cidadãos específicos. Inclui no seu raio de ação aqueles indivíduos em situações de miséria. Contudo, podemos afirmar que, a política social e os programas de erradicação da pobreza apesar de terem alguma repercussão distributiva, não têm a ver com “políticas de redistribuição” ou de descentralização de renda. Esta, tem como realidade de intervenções públicas utilizando outro objeto ou mecanismo de ação, assim como propósito e finalidades distintas. (cfr. Sérgio et al 1994:16)

1.5. Definição do Campo ou a Procura de um Modelo - até 1970

Maria Dias (2010) apresenta o período compreendido entre os anos de 1934 aos finais dos anos 1960. Segundo ela, é um período marcado essencialmente pela resposta às seguintes perguntas: o que é a profissão? Como se distingue uma profissão de uma ocupação para a profissão? Ou do ponto de vista dinâmico, como se evolui da ocupação para a profissão?

Para a abordagem desta realidade, fazem-se presentes duas linha de pensamento diferentes, sendo que uma está ligada ao modelo funcionalista e outra ao interacionista, mas que acaba por ser salutar, na medida em que, podem complementar-se em alguns casos para o benefício da própria ciência.

1.5.1. Paradigma funcionalista

A legitimidade social como critério da explicação do fenómeno das profissões

De acordo com o funcionalismo, apresentado por Maria Dias (2010), Uma ocupação origina uma função. O exercício dessa função e doutras funções origina a divisão do trabalho como resultado da capacidade técnica de responder as necessidades sociais. “Uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma

técnica fundada sobre uma formação especializada dando resposta a necessidades sociais” Carr-Saunders e Wilson, 1934 cit. in Dias, 2010). A constituição das funções decorreria de certos atributos, tais como:

- Uma especialização de serviços permitindo a crescente satisfação de uma clientela;
- A criação de associações profissionais obtendo para os seus membros a proteção exclusiva dos clientes e empregadores requerendo tais serviços, isto é, tendo uma linha de democratização face às pessoas qualificadas, com fixação de códigos de ética para as qualidades;

O estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias permitindo a aquisição de uma cultura profissional (cf. Rodrigues, cit. in Dias, 2010:25-997:4 e 47).

Já Parsons (1939) do ponto de vista teórico, trata da questão das profissões, com o intuito de “identificar” nas várias profissões, “os princípios características de coerência” e de criação de uma “teoria do seu funcionamento” e do seu surgimento (Parsons cit. in Dias 2010, 25- 1939).

É na interação com os clientes onde acontece execução do papel dos profissionais baseados no “conhecimento versus ignorância”, é esta realidade que provoca a sua “institucionalização” sendo que, é a autoridade do profissional que incita a confiança ao cliente.

O processo de legitimação da profissão surge da harmonia entre motivações e necessidades do profissional e do cliente, que ajuda a definição de um conjunto de saberes, que é posto a prova, inspecionado pelos profissionais e certificado pelo Estado. Não podemos perder de vista também, a importância do trabalho das universidades na dinâmica da legitimação e institucionalização resultante da interação conhecimento e sociedade. Sendo que segundo Parsons (1968), a origem fundamental do sistema profissional moderno residiu, no casamento entre académicos profissionais e determinadas categorias de práticos (Parsons, cit. in Dias, 2010: 26-1968: 546).

Segundo Maria Dias (2010), a ideia principal de Parsons em relação ao funcionamento das profissões é a da legitimação social, ou seja, a legitimação profissional decorre da

aceitação e ou necessidade da função para a sociedade e, por resposta à teoria económica do utilitarismo, sublinha-lhes um denominador comum: As profissões são orientadas por motivações altruísta e não por razões económicas. A ideia funcionalista, é também analisada por vários autores, em função de um “reconhecimento social” do exercício profissional de uma certa função.

Fenómenos como os do poder, do monopólio e dos privilégios profissionais são identificados, mas, no entanto, o que se considera fundamental a compreensão e explicação da génese e funcionamento das profissões são os mecanismos de legitimidade, integração e controlo social (Dias, 2010: 26).

Em Goode (1957), a sociedade concede às profissões autonomia, em troca da capacidade de controlo, recompensas e prestígio em troca de competência e monopólio através de licenças em troca das melhores prestações ou serviços. Para Goode as profissões são definidas por dois elementos básicos, os conhecimentos e o ideal de serviço ou orientação para a comunidade (Rodrigues, cit. in Dias 2010: 26-1977: 12).

“As profissões constituem comunidades cujos membros partilham uma mesma identidade, valores, linguagem e um estatuto adquirido para toda a vida; têm poder de controlo sobre si e os seus membros, sobre a seleção e admissão de novos membros, bem como sobre a formação requerida” (*Idem*).

As profissões não passam à margem do conhecimento sendo que, sem elevados níveis de conhecimento, não há estatuto de profissão (Dias, 2010: 26). O estatuto da profissão está condicionado aos níveis de conhecimento. Quanto maior for o nível de conhecimento, maior será a posição na hierarquia.

Entretanto segundo Dias (2010), “é a sociedade quem confere poder às comunidades profissionais, que, por sua vez, desenvolvem, como contrapartida principal, uma procura constante de elevação dos níveis de formação dos seus membros”. De uma simples ocupação, passa-se para uma profissão em função do esforço que cada grupo e do reconhecimento que lhes é dado pela sociedade. Mas durante esse processo, segundo Goode, “foca-se na ambiguidade” na medida em que não apresenta critérios que nos remeta ao exato lugar onde em cada instante se situa a ocupação no processo “continuum” para a passagem para a outra fase (Dias, 2010:27).

Para Merton (1982) numa perspectiva da teoria funcionalista, apresenta a sua ideia no sentido de aglutinar (consolidar) uma “tríade de valores humanos” nomeadamente, os valores do saber, do fazer e do ajudar, em que se enraíza as profissões. Apresenta dois conceitos: conceito de funções latentes (reprodução profissional do grupo) e funções manifestas (manifestação de um ideal de serviços) das organizações profissionais e das suas políticas de formação. Clarifica o conceito de funcionamento da profissão a partir do altruísmo institucionalizado, para ele não importam as recompensas e penalizações impostas, o mais importante é que o profissional tendo ou não sentimento altruísta, aja de modo altruísta (Dias, 2010:27).

Em síntese, a abordagem funcionalista assenta em três pressupostos definidores do conceito de profissão:

- ✓ Estatuto profissional, resultante do saber científico e prático; ideal de serviço corporizado por comunidades formadas em torno do mesmo corpo de saber, dos mesmos valores ética de serviço;
- ✓ O reconhecimento social da competência fundada sobre uma formação longa e
- ✓ A existência de instituições profissionais como resposta a necessidades sociais, tais como escolas de formação superior, associações profissionais e sistemas de licenças (cfr. Dias, 2010: 27).

1.6. Crítica e reabilitação das profissões - a partir de 1970

Pretendemos aqui mostrar alguma crítica sobre o modelo funcionalista, relativamente a evolução das profissões. Johnson (1972) apresenta a questão de uma perspectiva funcionalista “não integrada na história”. Esta invalida as oscilações históricas em que as distintas ocupações envolvem. O mesmo acontece com o interacionismo. Sendo que as duas são “a-históricas”. Vários contributos foram dados por muitos autores funcionalistas (Dias, 2010: 29). Desde sempre existiram aqueles autores que, criticaram as suas prestativas. Mas, estas críticas não foram suficientes para evitar o surgimento de várias reflexões identificando a “opinião pública” altamente anti-profissional, em que faziam parte, o “alinhamento e a subserviência de sociólogos ao poder e tecnocrata, com recurso a variáveis extra científicas” (Idem: 29).

Para Dias (2010) outra crítica é com relação aos “exageros profissionais”, conservadoras que tendem eternizar “sistemas sociais injustos” e conservam um “status

de uma ordem social exploradora”. Alguns grupos profissionais, apresentam como defesa as críticas apresentadas sobre o alegado “privilégio do poder” em que se baseiam, o que normalmente é chamado por “ética profissional”.

Para a sociologia crítica, apesar das lutas contra as profissões, existe um trabalho árduo dos sistemas científicos de abordagem e uma certificação que poderá proporcionar a distância dos sociólogos e de outros profissionais ao elementos de uma ideologia, isto é, que eles estejam isentos tanto na participação, quanto no apoio as mesmas. Dias apresenta Gyarmati (1975) afirmando que “ duas premissas em que assenta a validade da teoria funcionalista nunca foram provadas.

Primeira premissa: não se conseguiu provar nunca“ que as profissões realizam tarefas essenciais à vida, à segurança e bem-estar dos membros da sociedade”;

Segunda premissa: não se conseguiu provar nunca“ que só os membros das profissões podem realizar tais tarefas, porque, através de longos períodos de formação adquiriram conhecimentos complexos e teóricos de formação e porque colocam o interesse coletivo à frente do seu próprio interesse” (Dias, 2010:39).

A autora avança ao mesmo tempo, que a crítica à base ideológica do movimento funcionalista em detrimento da científica, não se escapa também da abordagem de Gyarmati, na medida em que, este modelo funcionalista segundo o autor, estabelece uma classe dos que mandam, (mandarinato) distinguido por uma autoridade própria e uma posse (monopólio profissional), condicionado por um credencial, de formas a não permitir a participação profissional aqueles cujo sistema não credenciou. “É um sistema contra o sistema de controlo da sociedade, cujas necessidades era suposto satisfazer. É um modelo profissional que passa ser obstáculo, que impeça a maioria das populações em ter acesso normal aos serviços que deveriam prestar” (Dias, 2010: 39).

Assim a sociologia das profissões exerceu um trabalho ideológico, ao modificar os padrões estabelecidos pelo senso comum (estereótipos), e tornou permitido pela lei o “status quo” dando lugar ao anormal. Plat (1969), Rothman (1971) e Auerbach (1989), vão ainda mais além da teoria de sistema em auto – regulação e a-social, sendo que, a abordagem crítica necessariamente revisionista, destaca motivações económicas e o fato

das atividades profissionais desenvolverem apoio ideológico e facilitarem o controle político e social (Idem).

Downey, Donovan e Elliot (1989) apresentam ideias similares. Defendendo que a perspectiva funcionalista “deu direitos “a estrutura social do profissionalismo, de forma independente e em função da capacidade de aquisição de conhecimento. Os “papéis” trocaram-se, na medida em que, a origem do “conhecimento profissional passou a ser uma caixa negra (Idem: 40). E assim, perspectivas recentes de análise são abertas em função deste movimento crítico.

Que saber- saberes, caixa negra em monopólio?

Que privilégios devem ser desenvolvidos e mantidos?

Que grau de controle sobre as profissões?

Que organizações profissionais e que influências devem exercer e sobre quem? (Idem: 31).

1.6.1. Paradigma interacionista

As relações de negociação e conflito, desenvolvidas pelas diferentes ocupações, como critério de explicação do fenómeno das profissões.

Em função das novas realidades que vão surgindo, cada vez mais se impõe também novas análises, em consequência das abordagens anteriormente feitas. Por se tratar da divisão do trabalho, não devia ser doutra maneira senão fossem analisadas “as comunidades profissionais” tendo em conta essa divisão. Relativamente ao inter-relacionamento entre elas, aos conflitos sociais entre elas resultantes e hierarquização de funções em presença, valorização diferente dada a cada uma dessas comunidades pela coletividades, e ainda pelo processo de construção social que as suportava e no qual as profissões se integravam e do qual dependiam.

Em Hughes (1958) a divisão de trabalho é vista como uma divisão moral baseada em duas noções que são: a de “licença e mandato”. Sendo que para o autor “licença é a permissão legal de exercício de certas atividades interditas a outras e mandato é a obrigação de assegurar uma função específica” (Dias, 2010: 26), a “profissionalização”

deve ser vista como uma “história natural”. Como “um processo de afirmação por mudanças tecnológicas, organizacionais, aumento dos níveis de qualificação, mudanças na organização do trabalho”. Este é segundo o autor, o “caminho da ocupação à profissão, segundo as quais as ocupações se transformam em profissões, assumem particular relevância. São marcantes as circunstâncias da interação, simbólica, por oposição à praxis, entre as diferentes ocupações profissões” (Dias, 2010: 26).

Entretanto, várias profissões, o seu processo histórico está relacionada com os choques entre os distintos grupos profissionais e as transformações que acontecem dentro das instituições. A questão circunstancial da formação “aquisição do saber” joga um papel também importante na visão interacionista da evolução das profissões (Idem: 28).

Para Hughes (1958), a formação, o discurso sobre o saber, é um meio de ascensão e não uma condição para o exercício da profissão:

“As escolas superiores são meras instituições onde as pessoas se adestram para deixarem de ser (engenheiros) e se tornarem administradores... se o caminho para a promoção numa profissão é em direção à administração, qual deve ser a formação?” (Rodrigues, cit. in Dias, 2010: 28-1997: 17).

Segundo Dias (2010), não é normal que Hughes conclua que as profissões são somente ocupações que conquistaram e mantêm consigo o monopólio (posse) de “título honoríficos que o exercício profissional, afinal é mais um folk concept, um “aparatus. O que Hughes constata é que se tornaram nisso mesmo”.

O interacionismo foca-se mais na mudança das ocupações por intermédio das “interações”, dos choques e dos meios usados em profissões, destacando o papel desempenhado pelos protestos e os “discursos sobre o saber” (Dias, 2010: 28).

Pode-se considera esta disciplina uma escolha ao modelo funcionalista reinante, sendo que, a mesma se desenvolve por meio de funcionalistas e interacionistas. Apesar disso, os choques de interesses no interior das profissões e dos grupos profissionais (comunidades profissionais), aumentam. Faz-se necessário por isso, ao se analisar uma profissão, “analisar este conflito inter e intra-profissão” (Idem).

Uma fusão entre as duas correntes foi experimentada por Wilensky (1964), “definindo profissão como uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, convencendo as pessoas de que serviços são os únicos aceitáveis” (*Idem*: 29).

“Se a base técnica de uma ocupação consiste num vocabulário que nos parece familiar, ou se a base é científica mas tão limitada que pode ser apreendida pela maioria das pessoas como um conjunto de regras, então a ocupação terá dificuldades em reclamar-se do monopólio pela especialização ou mesmo de uma relativa jurisdição exclusiva” (Wilensky, cit. in Dias, 2010: 29 -1964: 492-493). Significativo, também, da sua tentativa de síntese, é o seu conceito de profissionalização:

“Sequência de eventos ou etapas seguidas pelos grupos ocupacionais até ao estágio de profissionalismo” (*Idem*).

Igualmente significativas as conseqüentes implicações:

- Ocupação a tempo inteiro e controlo sobre a formação;
- Existência de associação profissional e gestão de conflitos internos e externos;
- Proteção legal e código de ética”.

Apesar de difícil a sua estabilização, é até hoje importante este conceito (cfr. Dias, 209:29)

Este conceito ainda hoje é relevante, embora longe de estar estabilizado. Para Moore, numa direção economista, aborda a questão analisando a esta fase que vai até aos anos 70, fazendo uma relação de reciprocidade entre profissionalismo desenvolvimento económico. As suas conclusões afirmam que, “as facilidades de formação e gente altamente qualificada são chaves da modernização da economia dos países desenvolvidos e que os protagonistas na criação de desenvolvimento de novas tecnologias, são dos mais importantes agentes de mudança social” (Rodrigues, cit. in Dias, 2010:29-19997:30).

1.7.0 Serviço Social Como Profissão Hoje

Da República até ao Estado Novo conheceu-se o movimento para instituir o serviço social na assistência pública. Sendo que, em Fevereiro de 1910, na iminência de cair,

este regime monárquico “reconhecia que a simples ação particular era notoriamente insuficientes e que as crises da moral individual, a vida intensa das sociedades modernas, a violência das transformações económicas, criando uma multidão de parias, verdadeiros náufragos da vida social, trouxeram, com a consciência das responsabilidades da civilização, a necessidade de uma mais intensa e bem organizada assistência pública” (*Idem*). Assim o serviço social passa a ser reconhecido pelo Estado atribuindo-se a vitória a uma luta que vinha sendo feita pelos movimentos com o objetivo de reconhecimento da mesma ação no sentido de ser legitimada pelo Estado e merecer uma atenção particular devido a sua relevância.

Em linhas gerais, o Serviço Social não nasce por mera obra do acaso, surge com o aparecimento do sistema capitalista. Mas o problema social, não está ligado simplesmente a um movimento histórico determinante. Ele aparece em vários momentos de acordo com as transformações sociais, para fazer face aos mesmos, que viria a evoluir mais tarde para a responsabilidade do Estado. Por exemplo, em Portugal Miguel Bombarda ao visitar algumas organizações de assistência, na Alemanha e em França, no ano de 1898, chega a conclusão de que, “nos países em que assistência pública é um serviço do Estado, o nível da sua civilização pode ser medido pela grandeza e perfeição dos seus hospitais e dos seus asilos”. Em função disso, Portugal ainda encontrava-se muito distante de uma assistência social, a exemplo da Alemanha. “Aqui do indigente faz-se um mendigo; ali o indigente é uma unidade social que tem direito ao auxílio que a sociedade lhe deve” (cfr. Martins, 2009:91). Isso mostra bem o quanto era importante o Estado assumir também ação social.

O problema social, desde o seu início profissional tem uma conexão com o serviço social. Os alicerces da questão social são sustentados pelo serviço Social.

Citando Netto (2000:18), Secon (s/d:2), afirma que a “genética do Serviço Social profissional não se entrecem com a questão social, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”(s/d:2).

Podemos afirmar que a profissão não nasce de forma ocasional, mas sim num determinado momento situado no tempo, com uma sinalização histórica. Ela, “constrói-se pela contradição entre quem paga e quem demanda seus serviços”(*Idem*) na sociedade capitalista.

Assim, a institucionalização da profissão deu-se graças a uma reestruturação no sistema capitalista que criou um terreno aberto para que se institui a profissão. Citando Netto (1992), Scon (s/d:2) afirma que “este processo constitui-se em um processo de rutura devido à condição assalariamento que este profissional assume”, transformando deste modo este fato essencial numa consequente efetiva compreensão por parte do individuo afeto a esta ação como integrante a uma “classe de trabalhador”. Esta rutura, no seu processo histórico por sua vez catapultar a profissão de um estágio para outro mais avançado. Desta contrariedade o significado ganha “materialidade “. E ela, assinala o reconhecimento profissional. E reconhece-se assim, como elemento participativo no processo da construção da profissão.

Mas esse discurso, acaba por não ser observável na prática profissional, isto é, nas “dificuldades que vivenciamos no cotidianamente” (Imamoto, 1992:120 cit in. Sacon, s/d:2), o sentido dela é alcançado em função das atividades sociais reais da sociedade da qual existe.

Coma necessidade de ir atrás de argumentos teóricos na percepção da paradoxal realidade em que se enquadra, começou-se a desenvolver uma série de saberes capaz de dar respostas aos problemas sociais de uma forma profissional. Por sua vez, essa nova realidade de fazer face à questão social tal como no processo anterior à realizar-se numa lógica paradoxal (contraditória) capital-trabalho, na medida em que, a sua dinâmica subordina-se a “reorganização do capital” uma dinâmica de novas formas de “exploração do trabalho” apresentando novas formas de exploração social”(Idem:3)

Segundo Netto (1996:86) cit. in Secon (s/d:4), foi na década de 1970 em que se deu o início da reorganização do capital, onde segundo ele, se evidenciou a crise do mesmo “provocando várias mudança “societárias”(4)

Mas essa crise, pese embora ter começado na década de 60, viu-se no seu momento mais alto em 1970, em que, termina uma longa época de ascensão, provocando uma série de mudanças que têm a ver com uma alteração na maneira de fabricação dos produtos onde as relações sociais são afetadas pelos efeitos negativos da mesma, nos setores políticos e económicos. Nesta ordem de ideias, a questão social que assumiu uma outra dinâmica, envolve uma série de serviços que no passado não existiam e cuja realidade obriga que sejam dadas respostas apropriadas. Capazes de satisfazer as mesmas. Intervenções públicas e privadas são aqui chamadas. Mas para essa nova

realidade e para a mesma empreitada, são chamados profissionais mais completos no sentido de se dar respostas eficientes, como avança Netto 1999:49 cit. in Sacon (s/d:4), “um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (4).

É assim que a nova questão social, que exige um profissional mais completo vai fazer com que, a preocupação seja por um lado, em se ter bons profissionais na execução da ação social mas, por outro lado e para cumprir com os elementos exigidos ao mesmos profissionais, importar-se também com a questão da formação dos próprios profissionais.

Assim, a direção tomada pelo serviço social, acaba por ser sinalizada a partir de 1970 marcado por um movimento novo o chamado “movimento de reconceituação” (Secon, s/d:5), ocorrendo uma nova conceituação em função das novas exigências com o objetivo de fazer face aos novos serviços sociais, sendo que para isso fez-se necessário também dotar os trabalhadores de argumentos profissionais.

O movimento social possibilitou aos profissionais atrás do real significado “social da profissão,” isto é, seus valores, as teorias que dirigem as práticas profissionais. Deste modo, hoje a construção do serviço social continua cada vez oposta ao modelo de sociedade da criação de uma sociedade poderosa, que o ator social se supere cada vez mais através de uma constante formação.

Hoje, a questão de assistência ficou para atrás, dando lugar ao serviço social que se institucionalizou graças as várias lutas de movimentos da sociedade civil que durante várias décadas levou a legitimação da ação social. Assim, se antes ela era vista como ação de caridade, ou assistência social, hoje ela já não é vista da mesma forma, porque até o conceito de assistência atualmente possui uma carga pejorativa. É tido como uma profissão que inclui a intervenção do estado. O conceito de assistência, pesar de ser visto hoje como pejorativo, ele deu lugar a profissão reconhecida que leva aos mais carenciados elementos necessários para a sua capacitação, no sentido de serem eles próprios os mentores das suas próprias mudanças.

Tendo sido no passado uma colónia portuguesa, A emergência da ação social em Angla, acaba por ter algum cruzamento em termos históricos com Portugal. Esta afirmação justifica-se pelo facto de Angola ter sido parte de Portugal e por isso, As políticas do Estado português não punham de parte as suas colónias. Isso é caso para se dizer em termos gerais que o que funcionava estabelecido em Portugal era válido também para Angola na condição de colónia.

Durante um certo período da história entre os dois países, o processo desde construção do serviço social em Angola teve sem sombras de dúvidas, para além de alguns hábitos característicos da sociedade africana, uma ligação direta com Portugal.

Pretendemos com isso dizer, que a ação social em Angola já existiu desde sempre embora de forma não instituída no passado. No período colonial, o serviço social estava assegurada pelos missionários sobretudo católicos através das missões espiritanas. Estas, asseguravam o serviço social nas das comunidades indígenas que do ponto de vista económico e social encontravam-se na última escala da estratificação social.

Apesar de haver muito em comum, relativamente ao processo do percurso da ação social entre os dois países, não podemos descartar o fato de Angola ter tomado um rumo diferente a partir da sua independência. Esse facto fez com que o serviço social tivesse tomado também outras características em função da realidade política, social e económica da realidade do país na altura. É para isso, que nos oferecemos em detalhar ao longo do segundo capítulo, onde procuraremos fazer uma abordagem do percurso da ação social em Angola, fazendo uma pequena viagem ao período colonial até hoje.

Capítulo II- O Serviço Social em Angola

Pretendemos neste capítulo fazer primeiramente uma abordagem histórica a cerca do percurso do serviço social em Angola, a fim de podermos perceber, a tradição do Serviço Social no país que, desde muito cedo teve alguma experiência na área com a presença da religião cristã através da igreja católica numa primeira fase e da igreja protestante. É nossa intenção também, neste capítulo, mostrar as várias influências que a tradição de Ação Social em Angola sofreu com as várias organizações estrangeiras.

2.1. Abordagem histórica sobre o Serviço Social em Angola

A guerra após a colonização desestruturou o país (Angola), sendo que, foram quase três décadas de conflito armado, o que fez com que, houvesse um êxodo rural muito grande, isto é, uma grande maioria das pessoas que viviam na zona rural, acorreram para os centros urbanos, porque estes ofereciam melhor segurança, tornando assim as cidades abarrotadas de gente, sobretudo a capital Luanda. Atualmente a maioria das pessoas vive nas cidades deixando a zona rural despovoada e cerca de um terço da população angolana vive na capital Luanda.

Terminada a guerra civil, mais de uma década depois, 36,6 por cento da população continua a viver em condições de pobreza (INE cit. in Oliveira 2012,34-2010,13) e sem acesso aos serviços básicos como água, saúde, habitação, energia e educação e saneamento básico... e dos 36,6 por cento, 18,7 por cento se localiza nas zonas urbanas e 58,3 por cento nas zonas rurais (*Ibidem*, 10). Os dados do Inquérito de Bem-Estar à População (IBEP) revelam também que, há um aumento no que diz respeito a desigualdade entre os ricos e os pobres. Segundo a fonte, os 20 por cento mais ricos arrecadam 59 por cento das receitas e realizam 49 por cento das despesas. Já os 20 por cento mais pobres arrecadam apenas 3 por cento das receitas e realizam cinco por cento das despesas, isto é, o valor das despesas é superior ao valor do rendimento (*Ibidem*:12).

O crescimento do PIB nos anos de 2009-2013 em relação ao PIB de 2008 é de 20%, verificou-se uma média das taxas anuais de crescimento dos 5 anos 2009-2013 de 3,8%. Mas, ao mesmo tempo, a taxa de crescimento anual da população foi de 17,2% relativamente um pouco abaixo da economia. Por isso o PIB per capita aumentou apenas 3% nesse período, a média anual de 0,6%, de 2597 para 2645 US\$ (a preços constantes de 2005). Como termos de comparação, em Cabo Verde era de 2738 US\$ em 2013, e em Portugal era de 17762, também em 2013 (World Bank, 2014).

2.1.1. O Papel da Igreja Católica

O processo de institucionalização do Serviço Social, aconteceu de forma diferente em vários lugares e contextos diferentes. Neste capítulo, iremos abordar sobre a génese da tradição do Serviço Social em Angola, que desde muito cedo conheceu embora de forma não sistemática, desempenhou várias ações de intervenções sociais. Em função das várias situações negativas que caracterizaram o país num período que remonta desde a fase da colonização.

Há uma tradição de serviço social em Angola que, começa justamente com o período colonial. Esta história do serviço social em Angola, está intimamente ligada a história da Igreja católica, e mais tarde também pela intervenção das ONG (Organizações não Governamentais) e atualmente do próprio do Estado. Por esta razão, não se pode falar da tradição do Serviço Social em Angola, sem primeiramente focarmos um pouco da nossa atenção sobre a história da cristianização em Angola, a partir de 1491. A partir de 1596 cria-se a primeira Diocese denominada como Diocese do Congo, que respondia os territórios de Angola e Congo, cuja sede situava-se no atual “Mbanza Congo” ao que na altura chamava-se de São Salvador do Zaire. Entra em ação a evangelização do Congo por padres capuchinhos e Jesuítas.

A evangelização efetiva de Angola, viria a ter início, com a chegada em 1576 em Luanda de Paulo Dias de Novas. Para esta empreitada fizeram parte os “Jesuítas, Capuchinhos, franciscanos e carmelitas” (Neves 2007:596). Mas, este processo, que parecia estar a correr de forma normal, viria a ser surpreendido pela evasão dos holandeses e uma série de problemas viria atrapalhar sobretudo esta atividade da ação religiosa, fazendo morrer muitos grupos cristãos. A situação viria a ser reposta na normalidade mais tarde. “Os fins do século XVII, todo o século seguinte e a primeira metade do século XIX são de decadência religiosa, como o foram também em vários aspetos da vida civil” (*Idem*:597). Deu-se um golpe muito forte as atividades da igreja, com a destruição das congregações religiosas da cidade, e as dificuldades a que os “missionários estrangeiros” em 1834 estavam submetidos.

Segundo Agência Eclesiástica (2014) “um bispo do século XIX pedia para Portugal que, se acudisse à sua "moribunda diocese e a um outro, de meados deste século atribui-se esta frase de desalento: "Das Missões de Angola e Congo só resta a memória". Na realidade o número de sacerdotes chegou ao índice mais baixo em 1853, 5 angolanos,

encontrando-se 4 em Luanda 1 em Benguela. “As antigas paróquias e igrejas tinham desaparecido quase todas, missões propriamente ditas no interior não havia nenhuma”. No meio destas dificuldades todas, a igreja católica consegue criar em 1861, um estabelecimento escolar com o objetivo de formar rapazes para padres (Seminário) (Agencia eclesiástica 2007).

Segundo Neves (2007: 596) Este quadro negro, marcado por situações difíceis da atividade da igreja, muda completamente com a chegada da Congregação do Espírito Santo em Ambriz no dia 14 de Março de 1866. Se o trabalho de cristianização no princípio não tinha resultado em grande coisa, talvez por falta de métodos mais adequados a realidade, estes missionários, trouxeram outra dinâmica com a sua força. Dedicaram-se na construção de várias estruturas religiosas e sociais, tais como: “Dezenas de missões, colégios, hospitais, escolas e igrejas”. Foram sem dúvidas os que deram o maior contributo na edificação da Igreja Católica em Angola. Sendo que, o seu trabalho foi considerável na construção da igreja Católica, no país. Esta realidade, faz com que esta Congregação tenha na hierarquia da Historia da Igreja Católica em Angola uma posição de destaque e ganhe o mérito merecido hoje na história das ações desenvolvidas pela igreja Católica em Angola. A congregação do Espírito Santo ao participarem na construção da Igreja em Angola, tiveram como base, três pilares: “nos catequistas, nas escolas e na abnegação. Os catequistas eram o meio de conquistar as almas, as escolas o meio para se construir uma comunidade cristã, e a abnegação ou renúncia a têmpera que deve ria guiar e proteger o missionário no seu serviço divino” (Neves, 2007:596).

A metodologia de evangelização utilizada no passado, ficou para atrás. E passa-se a uma nova maneira de ação, que começa a dar frutos verdadeiros na construção desta estrutura religiosa tanto do ponto de vista social como do ponto de vista espiritual. Com o início das revoltas em muitas partes de Angola, após a abolição do tráfico de escravos em 1836, que era a base da economia angolana, verifica-se uma transformação na própria economia em Angola. A religião, não sendo esquecida pela Conferência de Berlin, passou a beneficiar-se de uma deliberação saída da mesma, segundo a qual, os “missionários de qualquer confissão religiosa”, deviam ter acesso livre às colónias em África. Mas uma vez que a Igreja Católica em Portugal era tida como a igreja do Estado, ao assinar o documento deliberado pela Conferencia de Berlin, viu-se na obrigação de defender e “promover” qualquer que fosse a confissão religiosa, sem que tivesse em

conta a sua origem nem a doutrina por ela ensinada. Esta realidade fez com que, os protestantes começassem a serem vistos com algum receio, na medida em que ao contrário da igreja católica, a sua ação estava mais direcionada a elevação da “língua e da cultura” dos próprios indígenas ao invés da portuguesa. A situação só viria a mudar com o “Decreto n.º 77 de 1921 A Revolução Republicana de 1910” (*Ibidem*), causando dificuldades à “Igreja Católica” por um lado e por outro, trazendo mais liberdade de intervenção aos missionários de confissão Protestantes. Perante a lei e o direito, as Missões Católicas e Protestantes tinham uma posição igual.

Esta revolução, acabou com a monarquia e colocou o republicanismo em frente dos destinos de Portugal, evidenciava-se fortemente com ações opostas a igreja católica, vindo a desencadear uma série de ações ao desfavor da própria igreja. Os bens da igreja, como os “seminários, residências episcopais e paroquiais” passaram a pertencer ao Estado. As ajudas financeiras que, o Estado prestava a várias “Instituições Católica” e as missões, foram abolidas. E em relação as comunidades da própria igreja, foram aplicadas algumas obrigações, como: “obrigação ao casamento civil com a permissão ao divórcio bem como outras medidas que eram contra a própria igreja. Não se pode esquecer também neste sentido, o papel desempenhado pela imprensa na difusão de informações com um pendor de combate à Igreja Católica (*Ibidem*). Verificou-se muitas perseguições aos missionários, principalmente os estrangeiros, em função desta lei, que por sinal contava com muitos seguidores. “Em Angola, os reflexos destas leis e da campanha anti-religiosa encontravam numerosos adeptos, mesmo em algumas autoridades” (Agência eclesiástica, 2007).

O governo, com o propósito de promover os valores e os regulamentos da instrução portuguesa, fez sair o “decreto 77 de 1921”, em função da liberdade religiosa, as normas que deviam regulamentar a mesma. Sendo que, devia-se promover e aumentar o saber e o bem-estar dos indígenas. Para salvaguardar os objetivos, só as línguas da terra só podiam ser faladas nas catequeses mas, os escritos eram em português. Havia a garantia por parte do Estado, em patrocinar aqueles professores que pudessem ajudar a ensinar bem a língua portuguesa. Controlavam-se a atividades levadas a cabo pelas Missões no sentido das mesmas não colocarem os objetivos de parte.

A “Concordata e o acordo missionário”, acordados entre a Santa Sé e o Governo português, estabeleceram mais liberdade a igreja, aumentando o “Estatuto

missionários”. Segundo Agência eclesiástica (2014) estes mesmos acordos, ofereceram o nacionalismo Missionário, tal como afirmaram algumas figuras importantes da época. Como é o caso do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira que no dia 10 de Dezembro de 1940, anuncia o seguinte: "Pelo Acordo Missionário continua no Ultramar a nossa vocação de dilatar a fé e o Império". A constituição da hierarquia nas nossas mais importantes Colónias é um ato simbólico da sua ocupação, para Cristo e para Portugal". Ainda na mesma senda, no mesmo ano, a 25 de Maio, Salazar avança: "Não pode pôr-se, entre nós, o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade da evangelização; pelo contrário, uma faz parte da outra. O governo condiciona a evangelização à formação patriótica do clero"(Ibidem). Contudo, Monsenhor Alves da Cunha concluiu no mesmo sentido que, “Com o Acordo Missionário a Santa Sé favorece os altos interesses nacionais de Portugal. A Organização Missionária Católica será essencialmente portuguesa"(Ibidem).

2.1.2. As Missões católicas e protestantes

As várias Missões existentes hoje em Angola, maior parte delas foram criadas pelo Missionários da congregação do Espírito Santo⁴. O seu objetivo para além da evangelização era a criação de escolas no sentido de capacitar os indígenas para o desenvolvimento das comunidades locais. Para essa empreitada, participaram missionários de várias nacionalidades a título de exemplo temos a Missão católica da comuna da Huíla (província da Huíla) que foi fundada pelos padres Carlos Duporque (Francês) e José Mário Antunes (português) em 1882. Esta Missão deu um grande contributo na formação profissional dos indígenas, com a sua escola de arte e ofícios, onde administravam vários ofícios como (sapataria, alfaiataria, carpintaria, serralharia e os cursos de eletricidade e mecânica). Nos anos de 1926 e 1940 dá-se um grande avanço no crescimento da igreja católica em Angola. Cerca de 29 novas Missões foram construídas nesse período, e uma série de “congregações missionárias” penetram no País (Angola) entre 1930 à 1960, nomeadamente: “Benedictinos, Benedictinas, Doroteias, Irmãs do S. Salvador, Irmãs de La Salette, Capuchinhos, Franciscanas Missionárias de Maria, Reparadoras, Teresianas, Redentoristas, Ordem Trapista, Irmãozinhos de Jesus, Irmãos Maristas, Irmãs do Amor de Deus, Dominicanas. Catarina, espiritanas, Missionárias Médicas de Maria, Dominicanas do Rosário, Irmãs da Misericórdia”

⁴ Relativamente a igreja Católica, as missões foram todas fundadas em Angola pelos missionários do Espírito Santo.

(Agência eclesiástica 2007). Num período anterior a Independência, os espiritanos enviaram para Angola, vários missionários (Irmão e padres) de várias nacionalidades nomeadamente, “franceses, holandeses, belgas, alemães, suíços e espanhóis” (Neves2007: 513). Estes, deram grande contribuição em vários domínios sobretudo, no campo científico nas áreas da “Linguística, da Geografia Descritiva, da Botânica e da Etnografia”. Prova disso é a existência de vários livros que têm a ver com Linguística. Dentre os quais temos: “gramática, dicionários e vocabulários, métodos linguísticos e manuais de conversação, livros de leitura, educação cívica e moral, livros escolares, catecismos, manuais de oração e cantos, evangelhos e histórias sagradas”, e outros. A maioria parte destes livros, são “escolares” e os outros “religiosos”. E Angola por ser um país heterogéneo, isto é, com muitos grupos etnolinguísticos, várias línguas, tiveram de ser estudadas nomeadamente: “fiote, quioco, quicongo, quimbundo, mbunedo, ganguela, cwanhama, cuangar, diírico e muíla” (Neves, 2007:514).

A segunda Guerra Mundial entre 1939 à 1945, impossibilitou a ida de muitos Missionários a Angola. Este cenário viria a mudar logo após a guerra. Se em 1940 o número de padre em Angola era reduzido (8), em 1968 aumentou para 71. O número de paróquias em Luanda também aumentou subindo para 14 em 1975 em relação a 1960 em que contabilizavam apenas 5. A ação dos missionários foi se alargando, de forma positiva em muitos lugares, com o surgimento de vários Seminários e Dioceses.

Vários seminários foram criados em muitas regiões do país. No Huambo em 1921-1962, Seminários do município da Caála, com cerca de 1276 estudantes. Em 1947 Seminário do Cristo-Rei, no atual Huambo (ex-Nova Lisboa) que formou 88 padres. Em 1963, Seminário de Silva Porto (Bié), tendo antes estado em Galangue e Namibe. Na Huíla o Seminário do Jau que nasceu do seminário da comuna da Huíla, que fornecia Luanda em 1882-1907, tendo sofrido uma interrupção. As atividades viriam a ser retomadas no ano de 1932, ano em que foi transferido para o Jau em seis (6) anos depois. Em 15 de Outubro de 1965, nascia o seminário do Espírito Santo, com a finalidade de formar padres para a mesma congregação (*Idem*). Em todo esse processo, o fundamental era a criação de escolas com o intuito de desenvolver as comunidades locais.

2.1.3. O lado social da igreja

A sociedade estava dividida em vários grupos, sendo mais privilegiados alguns em relação aos outros. Nesta estratificação, existiam por um lado, os portugueses brancos

nascidos em Portugal, e por outro os nascidos em Angola. Existiam para além destes, os mestiços e os pretos. A estratificação era feita da seguinte maneira:

Branco- os nascidos em Portugal estavam no topo dessa estratificação, sendo que, beneficiavam de mais direitos do que os nascidos em Angola;

Mestiços – os chamados “assimilados por natureza”, estes tinham alguns direitos. Exemplo: podiam estudar nas escolas Estatais. Mas, ao mesmo tempo, não lhe era permitido o ingresso às Forças Armadas;

Os Negros - os que eram considerados “assimilados por promoção”, por saberem ler e escrever, tinham os mesmos privilégios que os mestiços, e;

Os negros indígenas que viviam em função dos seus hábitos e costumes. Segundo (Agência eclesiástica 2007), os serviços prestados a este grupo estava dividido entre os “padres Diocesanos nomeadamente, “ europeus euroafricanos e assimilados” e, as Congregações religiosas. Deste modo, a congregação dos padres diocesanos, era responsável pelos três primeiros grupos (brancos mestiços e negros assimilados) e o último “negros indígenas que viviam segundo os hábitos e costumes, ” entregue a congregação religiosa (Agência eclesiástica, 2007).

Os vários grupos, sociais mantinham entre si supostamente uma boa conexão. Suposta porque cada grupo tinha como preferência o convívio com os indivíduos da mesma classe. No fundo estavam fechados entre si. Mas a condição dos mestiços era dentro de todos a mais dramática na medida em que nem eram aceites nem por brancos e nem por negros.

O governo português atribuiu a responsabilidade do ensino dos negros indígenas as Missões tal como já nos referimos anteriormente, não havia nenhum subsídio alocado para mesmo ensino, isto, devido a estratégia política do Governo da não intelectualização dos indígenas. Desta forma, os custos ficaram todos por conta das próprias Missões. O cenário começa a mudar um pouco a partir de 1961, com o “ensino denominado primeiramente de ensino Rudimentar e mais tarde o “ensino de Adaptação” formação que não dava hipóteses maiores aos indígenas porque o mesmo só tinha a duração máxima de três anos. Podiam fazer teoricamente exame público. Na realidade não lhes era permitido fazer pelo facto do seus progenitores ou encarregados de educação não possuírem bilhete de identidade. E diante desta realidade a que os

indígenas estavam submetidos, apenas dispunham-se de duas saídas pelo menos para aquele que quisessem singrar um pouco mais. Por um lado podia ingressar para o “Seminário ou jogar futebol”. As missões não podiam fazer mais nada para além daquilo que lhes era permitido, (divulgação das doutrinas da igreja católica reconhecida oficialmente em Portugal, e levar a uma mínima ascensão os indígenas) uma vez que, por este facto, era visível a dificuldade que os missionários encontravam na busca da promoção do povo. Para além das escolas, as missões também desenvolviam o trabalho de campo e de arte e ofícios. Era esse o único lugar de ensino a nível “intelectual e profissional” para o povo indígena. Eles, missionários do Espírito Santo deram um grande contributo vários os setores, da vida social. A sua ação desenvolveu-se a nível do ensino, assistência, formação profissional.

Ensino- a criação de várias escolas no campo, e nas Missões;

Assistências – davam assistência a vários indivíduos sem distinção de ninguém, com a Criação de vários dispensários, farmácias e hospitais;

Formação profissional- criação de várias oficinas nas missões, sendo que uma série de instrutor instruía as várias artes aos indígenas. (cfr. Neves, 2007:514)

Foi graças ao conflito colonial, que se deu a revogação da “lei do indigenato”, dando lugar a uma nova realidade, caracterizada por uma abertura maior aos direitos dos povos em Angola. Foi motivo de satisfação para a igreja, o fato de boa parte da população que vivia nos campos, partiam para as cidades entre 1960 – 1970, criando para o trabalho de evangelização uma série de catequistas, aquém davam uma formação com duração de dois anos. E esta formação era a nível “cultural, pedagógica e religiosa”. Esta não era simplesmente uma iniciativa da igreja local mas, sobretudo por uma orientação do próprio “Vaticano II” na altura (*Ibidem*).

Apar das missões católicas, estiveram também em ação às missões protestantes. Embora de uma forma menos visível, devido ao fraco reconhecimento das igrejas protestante pelo Governo português. Mas, não podemos fechar os olhos ao trabalho de assistência prestada pelas missões protestantes a semelhança dos trabalhos das missões católicas.

Gaspar Domingos, Bispo da Igreja Metodista Unida, avançou que, a Igreja protestante, desempenhou um papel importante no que respeita a formação das consciências dos

indígenas em Angola. A permanência das mesmas igrejas nos grandes centros urbanos, não era permitida pelo que tinha de se instalar em zonas periféricas normalmente pré-indicadas (Silva, 2014).

Como não havia nesta fase um plano de educação destinada a comunidade negra, então as igrejas protestantes destacaram-se em ajudar o povo na abertura das consciências, baseando-se na passagem bíblica segundo a qual “ Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” sendo este o principal motivo do seu fraco reconhecimento na altura. Segundo o Bispo Gaspar “A missão da Igreja Católica era de facilitar a civilização dos negros, contrariamente a igreja protestante que procurava educar o negro na consciência bíblica, de que conhecereis a verdade e a verdade vos libertará, sendo este o fator que sempre os acompanhou no processo do surgimento da consciência nacionalista para dentro do povo” (*Ibidem*)

Como pioneira na abertura da consciência dos indígenas, destaca-se a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoista), que destacou-se nesta ação, tanto em África em geral como em Angola em particular.

Foi com este pensamento que as igrejas protestantes apesar dos vários impedimentos, realizaram atividades de formação dos homens e das mulheres que mais tarde viram a ser, isto é depois da independência em 1975, os dirigentes do país (Angola). (Silva 2014)

Os primeiros missionários protestantes enviados pelos Batistas, chegaram no Norte de Angola mais propriamente em S. Salvador do Congo em 1878, onde mantiveram contactos com o Rei na capital.

Foi no Planalto Central em 1882, onde a primeira expedição da junta americana para as Missões estrangeiras teve direção. Por ser um território Ovimbundo, estes, tiveram a preocupação de criar um novo testamento em língua local Umbundo.

Os Kimbundos foram o primeiro grupo étnico a serem evangelizados pelos protestantes metodistas. Foi visível a presença de muitos missionários protestantes metodistas em Luanda, sendo que em 1885 chegaram a Luanda 45 missionários metodistas de nacionalidade Americana e no resto do País. William Taylor foi na altura o Bispo da Igreja metodista em África, permanecendo no País (Angola) desde 1885 a 1896. As

Durante este período foram criadas várias Missões tanto em Luanda como no resto do País. É de realçar a Missão do Dôndi, nas proximidades da Província do Huambo, que desde muito cedo, deu um grande contributo na assistência aos mais necessitados, realizando variadíssimas ações de assistência dando uma relevância maior a questão da caridade em benefícios daqueles que mais precisam. Assim as igrejas protestantes foram crescendo em Angola. “Fátima Viegas, diretora Nacional do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos do Ministério da Cultura, publicou um livro sobre todas as religiões reconhecidas pelo Estado Angolano, em 1998, e apontou 67 Igrejas Protestantes. Refere ainda a existência de duas Federações Protestantes: a Aliança Evangélica de Angola e o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola” (Neves, 2007: 515).

2.1.4. A criação do instituto de educação e Serviço Social

Em função das extinções da lei do indigenato e, conseqüentemente uma maior abertura aos direitos do povo indígena e a troca do campo pelas cidades por parte dos mesmos, fez com que em 1961, se criasse o “Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, em Luanda, com orientação católica”. Esse instituto, deu um grande contributo na formação de pessoal para assistência. O mesmo passou a formar vários assistentes sociais, assim como, educadoras de famílias e de infância no sentido de fazer face aos problemas relativos a assistência social na altura. As irmãs, eram chamadas pelos “Serviços de Saúde” para intervirem com a sua formação, nos “dispensários, centros de saúde e hospitais” (*Ibidem*). Este instituto, foi o ponto de partida não da ação social, mais sim, da abertura de uma auto-estrada para o percurso de um longo processo de institucionalização efetiva do Serviço Social em Angola. O seu contributo na história da institucionalização do serviço social, é indispensável. Se em cada contexto e realidade existe uma tradição, é de referir que esta realidade é tão importante, para a compreensão do Serviço Social em Angola.

No período pós colonização (1975), entra em ação a guerra civil que acabou por afetar bastante o funcionamento normal das missões. Mas, é nessa altura que as mesmas recebiam alguma ajuda do exterior, sobretudo do Vaticano. Já no pós guerra, (2002), as ajudas que vinham de fora foram cortadas e o Estado passou a prestar alguma ajuda ao trabalho social levado a cabo pelas Missões. As Missões continuaram com a sua ação social, apesar de alguma dificuldade provocada sobretudo com essa falta de apoio vindo de fora. Hoje, com alguma dificuldade estão envolvidas em ações de desenvolvimento das comunidades, sendo que para isso, contam com algum apoio do Estado esta ajuda é

sobretudo no campo da educação em que o corpo docente é formado e pago pelo Estado.

2.1.5. O papel social da igreja hoje

A igreja proporciona em função da sua doutrina social maneiras de observação plena de integração e não só, assim como uma maneira de entender o ser humano a nível pessoal e social.

Segundo o relatório de APP (2015:5) da comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz em Angola, a doutrina social põe de manifesto como o fundamento da moralidade de todo agir social consista no desenvolvimento humano da pessoa, a norma da ação de criar condições que permitam a todo homem realizar a sua vocação integral (APP 2015:3).

O Papa Francisco na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, avançou que uma dos vários desafios hoje, é que a humanidade vivencia atualmente uma transformação histórica, situação que pode ser observada nos avanços que se constata em vários domínios, tais como, no campo da Comunicação, saúde e da educação, para só citar alguns. Estas mudanças, ou seja, os sucessivos avanços acabam por ser benéficos na construção de uma sociedade que garanta o bem-estar do homem.

Apesar de tudo isso, termina afirmando que não podemos esquecer que uma grande maioria das pessoas incluindo homens e mulheres hoje enfrentam no seu quotidiano dificuldades que resultam em situações gravíssimas de sobrevivência (*Ibidem*). Por sua vez, o Cãnone 747 do código de Direito Canónico, à igreja compete anunciar sempre e em toda parte os princípios morais mesmo de ordem social, bem como emitir juízos a cerca de quaisquer realidade humana, na medida em que, exijam os direitos fundamentais da pessoa humana (O Cristão e a Política, 2004:37).

Devido a complexidade das sociedades atuais, os indivíduos acabam por se beneficiarem da forma heterogénea que as mesmas se apresentam. Mas esta complexidade, acaba por ser determinante na construção de uma sociedade mais compreensiva relativamente a diferença de cada um, quer ao concernente a sua crença, como a sua “cor, credo ou seu status social”. Esta sociedade muito diferenciada pela particularidade de cada indivíduo ou comunidade, acaba por ser o resultado de uma situação de deslocação de um lugar para outro, deixando a região de abandono, despovoada, e abarrotando o lugar de destino. É o caso de Angola, onde o êxodo rural

foi e continua a ser uma realidade, devido a guerra civil no passado em que a maioria parte das famílias que viviam no campo, viram-se forçadas a abandonar o mesmo em troca dos centros urbanos, isto é, devido a insegurança que a zona rural apresentava, as famílias ocorriam para os centros urbanos porque ofereciam mais segurança. Este fato, fez com que a maioria parte das cidades ficassem abarrotadas de gente, e como consequência desta situação incapacidade de fazer face aos vários problemas como o surgimento dos bairros de lata, altas taxas de desemprego, a falta de emprego, o aumento da marginalidade, da pobreza e a falta de oportunidade entre outras situações. Diante desta realidade, a igreja tem necessariamente uma responsabilidade em intervir da sua forma, numa ação que visa ajudar os desfavorecidos, os marginais, os dependentes (idosos e crianças).

Devido a exigência de uma liberdade de crença da vida e da moral, torna-se também vulnerável o próprio funcionamento normal da sociedade pondo deste modo em causa os princípios favoráveis ao equilíbrio da sociedade. Este facto, acaba por ser o motivo da intervenção da igreja, uma vez que a sua razão de ser é o amor, então está acaba por ser a razão segundo a qual, a igreja sente-se chamada para intervir a nível dos vários domínios, no sentido de devolver para a sociedade o seu real valor, tendo como foco os vários problemas que põem em condições de precariedade os indivíduos em particular e as comunidades em geral.

2.2. Os voluntários em Angola

Angola por ser um país com um historial de guerra, obviamente que acaba por ser um palco favorável para a prática do voluntariado por um lado, e por outro, o facto de ser um país com alguma prática cultural no que diz respeito ao espírito de partilha, ajuda mutua hábitos que já remontam antes da presença do cristianismo em África. Realidades que fazem parte das próprias raízes africanas. E em função disso, sendo que Angola não está isenta da mesma situação, acaba por desenvolver uma tradição em serviço social.

Este facto ajudou de alguma forma, na criação de Organizações da sociedade civil ancoradas na solidariedade, destinadas sobretudo para as comunidades mais carenciadas. Desta feita, a maioria parte das ONG em Angola têm os seus projetos mais virados para comunidades rurais para além dos bairros marginalizados. Para as comunidades rurais o objetivo tem sido, dota-las de ferramentas para que elas próprias

consigam afirmar-se e eliminarem os males de que são vítimas (Pobreza, analfabetismo e desigualdade de género etc.). Gomes (2011), acrescenta afirmando que, as ações levadas a cabo por essas Organizações, têm sido no sentido da busca de Direito Humanos, Reintegração daqueles que voltaram e a redução do analfabetismo. E estas ações não estão somente presentes nas zonas rurais, está também presente nos bairros marginalizados sobretudo em Luanda com atividades que se intensificam sobretudo em momentos de alguma crise, como por exemplo, problemas de cólera, malária etc. e ações de prevenção contra as mesmas.

Nos bairros existem as chamadas “comissão de moradores” que normalmente desenvolvem trabalhos para a comunidade no sentido de ajudar a comunidade. Apoiando os moradores mais necessitados. Estes muitas vezes trabalham como intermediários entre a comunidade e as várias organizações que prestam assistência às populações. Quer dizer, que como esta comissão de moradores conhece melhor as dificuldades pelas quais as comunidades passam incluindo as pessoas e famílias de forma particular que mais precisam de apoio urgente, então para estas situações têm jogado um grande papel na identificação dos problemas das várias comunidades, facilitando neste particular as ações desenvolvidas pelas organizações.

Atualmente, as organizações dedicadas ao serviço de assistência social, têm mais por objetivo capacitar as comunidades, através de transmissão de conhecimento, não descurando também a construção de infra-estruturas coletivas como escolas, hospitais e projetos de segurança alimentar (*Idem*), para que as mesmas, possam por si lutar para o seu desenvolvimento.

2.2.1. Área da formação

Os vários projetos fazem parte dos cadernos das organizações não-governamentais, tais como:

Projeto ligados a formação- tem aver com a formação profissional direcionados mais para os jovens como, cursos de eletricidade, mecânica, informática etc..

Construção de infraestruturas, que está ligado a reabilitação e construção de infraestruturas, uma vez que houve grande destruição a nível das infraestruturas por um lado e por outro, o fato de não ter havido um investimento por parte do Estado durante

este período de guerra a nível do mesmo sector. Então este projeto visa a construção de infra-estrutura de uso coletivo sobretudo escolas e hospitais.

Segurança alimentar- são projetos direcionados a pequenas cooperativas através de micro créditos

2.2.2. Os vários voluntários

A cultura da ajuda mútua em Angola deu origem a grupos de voluntariados em que vários grupos de várias profissionais, como os médicos, enfermeiras e professores que de tempo em tempo, vão dando contributo com os seus saberes para a causa dos mais necessitados.

Os jovens como sendo a maior franja da sociedade angolana, também têm participado em várias atividades de voluntariado ajudando sobre tudo através de atividades culturais como teatros atividades musicais levando a estas comunidades informações em matérias de Direitos Humanos e de HIV-Sida⁵.

Os médicos e as enfermeiras participam em várias campanhas de prevenção de doenças como HIV-sida, malária e cólera. Juntam-se também a estas atividades, a ação dos coordenadores de bairro que participam normalmente em atividades de coordenação,

Os profissionais- alguns técnicos formados em várias áreas de formação como planeamento, mecanização especialização e outras.

Cada técnico presta o seu contributo no setor em que é a sua especialização. Os mesmos também têm, para além disso, com o seu conhecimento, capacitar instruindo várias profissões aos jovens. Os professores também têm participado das atividades trabalhando em pequenos projetos de alfabetização as várias professores tanto os que trabalham no Estado quanto os que não.

Estas práticas em Angola são levadas a cabo por organizações não-governamentais, quanto pelo Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS).

⁵ Fazem parte destas ações, atividades que visam dentre outras, prevenir situações de criminalidades por parte sobretudo dos adolescente e jovens, sendo estes o principal grupo apontado no envolvimento de atos criminosos.

No período da guerra civil, a ação do mistério neste sentido estava mais ou menos estagnada, na medida em que as ações do Estado na altura estavam mais centradas ao investimento em armamento para guerra. Neste período, várias organizações não-governamentais estrangeiras, como é o caso do (PAM, AMI, CIC) e locais (Cruz vermelha angolana) para só citar algumas. Ao lado destas, participaram também algumas organizações religiosas, que desde muito cedo desenvolveram ações neste sentido. É exemplo disto, as Cáritas. As várias organizações nesta altura, assumiram vários projetos de ação social. A ausência do Estado relativamente aos cuidados das populações, ficou nesta altura substituída pelas ONGs. E foi nesta altura em que se deu um cruzamento entre a tradição da ação social em Angola com a experiência das ONGs estrangeiras, situação que ajudou bastante para a prática da ação social.

2.3. As ONG em Angola

Segundo Gomes (2011), existem atualmente mais de 300 Organizações não-governamentais (ONG) locais registadas em Angola. Mas, estão em atividades cerca de 120 levando a cabo vários projetos (Gomes 2011). (Ver o Regulamento das Organizações não-governamentais Nacionais e Internacionais em anexo 03).

As ONG, normalmente desenvolvem projetos destinados mais para as comunidades rurais.

De acordo com o que já referimos anteriormente, no passado, a sua ação resumia-se mais em assistir as comunidades mais desfavorecidas. Hoje, elas visam capacitar as mesmas comunidades no sentido de fornecer-lhes instrumentos necessários para que, elas próprias, possam melhorar a sua condição de vida.

2.3.1. A AMI assistência médica internacional

A AMI existe em Angola já há cerca de 24 anos, durante este tempo desenvolveu 15 missões em cerca de 16 províncias do país (Angola). Tem levado a cabo ações como apoio aos deslocados, emergência médica, formação e combate contra a cólera.

Inicialmente, em 1992, devido a guerra civil, estava mais virada a assistência Médica aos refugiados na capital do país (Luanda) e Kwanza Sul. A sua delegação foi criada em 1994, com vista a dirigir os vários projetos por razões ligadas a questões “logísticas e segurança de equipas”. Inúmeros projetos foram nesta altura levados a cabo em várias

partes do país pela AMI, nomeadamente: “Assistência Médica de Urgência em Porto Amboim (Província de Kuanza Sul); Apoio Logístico às Dioceses (Províncias de Luanda, Benguela e Namibe); Missão de Emergência em Bailundo, a pedido da UNITA; Apoio ao Centro Nacional de Referência de Luta Contra a Lepra e a Tuberculose, em parceria com a Associação Portuguesa dos Amigos de Raul Follereau” (cf. Alfredo e Nunes 2015).

Em 1995, realizou em N´Dalatando, (Kwanza norte), uma missão muito demorada. Este projeto, teve a duração de dois anos e contou com o co-financiamento da “Comissão Europeia (ECHO). E foram desenvolvidos vários projetos como o de “Assistência Médica no Hospital de Chiange e a cinco centros de saúde, município de Gambos - Província da Huíla (até 1996); Ajuda Humanitária ao Orfanato de Cuando e à população da comuna Comandante Vilinga - Província do Huambo; Assistência Médica e Medicamentosa à Leprosaria de Funda e ao Bairro CAOP - Província do Bengo”(Idem).

Em 1996 -2002, desenvolveu ações noutras regiões, tal como: “Assistência Médica no Hospital de Chiange e a cinco centros de saúde, município de Gambos - Província da Huíla; Apoio à ONGs Associação Kassules do Makulusso no projeto de ajuda a crianças de rua nos bairros da Ilha de Makulusso - Província de Luanda”(cfr. Alfredo e Nunes, 2015).

Em 1997 – 1998 no Município de Quipongo desenvolveu Assistência à Maternidade e ao centro Materno-Infantil no concelho de Quipongo e à dois postos de saúde.

Outra Missão foi realizada no Capelongo província da Huíla em Junho de 2002 e Julho de 2004. Este projeto teve início em Junho de 2002 com duração inicialmente prevista de 1 ano, tendo sido estendida por mais 12 meses. Esta ação realizou-se no Hospital de Capelongo, localidade situada a 13 Km do município da Matala, Lubango - capital da província da Huíla (sudoeste de Angola).

Foi enviada uma equipa médica para o terreno (composta por 1 médico e 2 enfermeiros) e 1 elemento logístico, para operar no Hospital de Capelongo, prestando assistência à população da região.

Esta operação incluiu a formação de quadros locais, assim como a educação da população, sendo o grupo-alvo constituído pelos 200.000 habitantes da região, na sua maioria deslocados. A AMI contou com dois parceiros locais: o Ministério da Administração do Território e o Ministério da Saúde.

Vários projetos de caráter social foram criados pela AMI. Tal é o caso do projeto: “Recuperação Nutricional das Crianças do Município da Jamba” – Jamba de Agosto de 2004 à Outubro 2005, cujo objetivo principal do mesmo projeto, consista em “recuperação nutricional atual e prolongada e conseqüente redução das taxas de mortalidade e morbidade do grupo-alvo”(Idem).

Projeto - Promoção da saúde e da segurança alimentar, Município dos Gambos - Angola em 2007 – 2008.

De 2004 à 2005 a AMI, contou com ajuda do Grupo Totta, desenvolveu o programa “Recuperação Nutricional das Crianças do Município da Jamba”;

Projeto - Horizonte, cujo objetivo era criar um “centro de recursos e uma biblioteca para uso dos estudantes da Matala com o objetivo principal de contribuir para a sustentabilidade da organização”(Idem).

Projeto - Esperançaem 2010-2012, cujos objetivos gerais consistia no seguinte:

- ❖ Contribuir para o processo de reintegração socioeconómico de grupos vulneráveis com vista à redução da pobreza.

Específicos:

- ❖ Garantir um ensino de qualidade sólido e eficiente; formar e educar crianças e jovens; acomodação dos alunos e professores; diminuir o índice de analfabetismo no seio da comunidade; prevenção consumo de droga e a delinquência junto da população jovem; evitar as muitas desistências que se tem registado pela falta de condições económicas e estruturas dignas para uma aprendizagem e formação condignas; sensibilização sobre o HIV-SIDA, malária, género, direitos, cidadania, para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Projeto - Melhoria dos cuidados respiratórios no Hospital Diocesano Nossa Senhora da Paz, 2011-2013.

Os objetivos consistiam em “melhoria dos cuidados respiratórios aos utentes do Hospital Diocesano Nossa Senhora da Paz, através da disponibilização de oxímetros para avaliação da saturação do oxigénio, de concentradores de oxigénio para fornecimento de O₂, de aspiradores de secreções das vias aéreas e de nebulizadores para administração de terapêutica inalatória. Formação dos profissionais de saúde nesta

área”. O projeto tinha como parceiros locais, a “Congregação Religiosa das Irmãs Teresianas”.

O projeto destinava-se para a Província de Benguela mais concretamente no Município do Cubal(cf. Alfredo e Nunes, 2015).

2.3.2. A Caritas de Angola

Esta organização, funciona como uma espécie de federação ligada a ação social e de caridade pertencente a igreja católica. Do ponto de vista geral, ela corresponde a um conjunto de membros internacionais pertencentes a Caritas. Em Angola, a Caritas está preocupada em ser a principal organização promotora da “ caridade baseada na comunidade” (**Caritas de Angola 2016**) incentivando o progresso “desenvolvimento integral”(idem) dos homens. A sua luta tem sido, ajudar comunidades e grupos sociais que se encontram excluídos ou em situação de precariedade social, na procura de uma posição social melhor sobretudo a nível “material, bem-estar físico e espiritual” (idem) fazendo dos mesmos atores do seu próprio destino no que diz respeito ao crescimento e consequentemente do desenvolvimento para a comunidade.

A Caritas de Angola, funciona desde 1957. Durante este período, sua preocupação tem sido, buscar resposta aos problemas de precariedade das populações. Ela, a Caritas é a única Organização cuja sua presença permanente em Angola, sendo que em função disto várias Organizações estrangeiras ajudavam o processo de emergências. Desde 1957 até então, tem estado adaptar-se aos vários problemas de guerra civil no país que teve duração de 27 anos e cuja ação intensificou-se mais nesse período como é óbvio. Hoje, ela continua com a sua ação social e não só enquadrando-se aos vários momentos e particularidades de cada circunstância de Angola. Os seus beneficiários são todos os que necessitam sem diferença de “ género credo religioso, raça cor, nacionalidade opção política” etc.

Na sua missão de ação social, a Caritas de Angola procura alcançar os seguintes objetivos:

- Promover e defender os direitos fundamentais inerentes ao desenvolvimento integrado da pessoa humana, nomeadamente o acesso à saúde, educação emprego, desporto e exercício da cidadania;

- Promover a assistência social para os mais desfavorecidos em espacial, os mais desprotegidos como as mulheres, crianças e os idosos;
- Promover e desenvolver a ações de proteção do meio ambiente, de desenvolvimento integrado e sustentado;
- Assistência em situação de emergência;
- Promover ações de reconciliação nacional e educação para a paz.

2.3.2.1. Área de intervenção

A Caritas de Angola desempenhou durante o período de guerra ações de emergência. Hoje, a semelhança do que fez no passado, procura atuar em diferentes áreas tais como a área da agricultura e desenvolvimento rural, alfabetização, educação, e formação profissional advocacia social e saúde.

2.3.2.2. Para área da Agricultura

Existem problemas cuja gravidade é superior nas zonas rurais, como é o caso da “pobreza”. Segundo a Caritas de Angola (2016), “qualquer política de combate à pobreza combate às assimetrias regionais e às migrações do campo para as grandes cidades, deve prestar atenção às famílias camponesas”(2016).

Em função da experiência acumulada na área, bem como, em projetos como “plataforma para desenvolvimento rural e agricultura sustentável”(Idem). É nesta senda que tem prestado grande contributo no sentido de transformar para melhorar o modo de vida na zona rural.

2.3.2.3. Alfabetização e Formação profissional

A qualidade de ensino é ainda fraca. E o fato de se verificar ainda atualmente o fenómeno de abandono escolar sobretudo por parte das raparigas e muitas crianças ainda fora do sistema de ensino, levanta muitas opiniões em relação ao melhoramento do mesmo. Considerar também o fato de haver um grande número de pessoas que não frequentaram a escola e outras que mesmo tendo frequentando não obtiveram a formação necessária que era suposto terem para enfrentar a vida real.

A formação profissional é na opinião de muitos especialistas, um dos elementos importantes o desenvolvimento de Angola. a aposta na qualificação ou requalificação

profissional, visto que este constitui um desafio para o país. Neste caso, a Caritas de Angola acumulou uma grande experiência nesse sentido.

2.3.2.4. Preparação e Mitigação para Desastres

Os desastres e as emergências desde há muito tempo que em Angola têm sido relacionados com a guerra que o país conheceu.

É assim que a Caritas de Angola acumulou grande experiência em desastres e emergência. **(Caritas de Angola 2016).**

2.3.2.5. Área de Saúde HIV/Sida

Os indicadores de saúde em Angola, são ainda muito baixos. Mesmo com a realidade atual do país (Angola) que não é semelhante a realidade do passado do ponto de vista de crescimento económico, tendo sido verificado nos últimos anos um crescimento económico, Angola continua enfrentar problemas a nível da saúde. Na medida em que, muitos não têm acesso ao serviço de saúde verificando-se muita insuficiência no que diz respeito aos recursos Humanos, sendo que poucos são qualificados. Verifica-se também ausência ou a pouca competência e formação aos técnicos em serviço.

A Caritas de Angola assume e é responsável por uma série de unidades de saúde em todo país sobretudo nas áreas mais distantes dos centros urbanos onde são proprietários de vários centros. Na sua ação, a Caritas enquadra para dentro da sua intervenção, o programa de Saúde Materno-infantil onde enquadra as várias unidades de “ cuidados de saúde primários pertencentes a igreja católica de Angola em todas 19 Dioceses do país, cujo objetivo é dar a sua contribuição no sentido de melhorar a qualidade de vida e o acesso aos cuidados de saúde “ com realce a saúde materno-infantil (cf. Caritas de Angola 2016). O mesmo programa, possui três vias de ação que são: Infraestrutura, capacitação institucional, Advocacia e saúde comunitária.

Relativamente ao VIH/Sida, é de referir que, tem vindo a merecer um crescimento no que diz respeito a preocupação com a mesma na sociedade angolana.

Deste modo a Caritas de Angola tem enveredado a sua ação para o lado da “ prevenção e não só, assim como também na luta contra o estigma e no aconselhamento a pessoas infetadas e afetadas pelo vírus. Neste sentido, o VIH/Sida tem feito parte da prioridade a

ação do programa. A título de exemplo podemos mencionar o facto de recentemente a CEAST e a Caritas de Angola, terem definido como prioridade “ (*idem*)a luta contra o VIH/Sida.

2.3.2.6. Projetos

A Caritas de Angola acumulou uma grande experiência ao longo dos anos no que respeita a intervenção social. Tem particular conhecimento relativamente a realidade “sociocultural e económico” da realidade angolana (Caritas de Angola, 2016).

Assim, vários projetos estão hoje a ser desenvolvidos fruto dessa experiência, nomeadamente:

Projeto - “FORVIDA- Formação para a vida”

Projeto - “Juntos Venceremos”

Projeto-“piloto de Redução do Risco de Desastre (RRD)

Projeto- “Todos para Educação”

Projeto - “Tulilonguisa”

Projeto - “Twendela Kumwe”

Projeto- “Unidos pela vida”(cfr.Caritas de Angola, 2016).

O conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) é uma Organização não-governamental angolana, que tem vindo a realizar desde 2011,um programa de **monitoria social** em áreas mais distantes dos centros urbanos. Isto é, monitorizar os vários projetos em execução implementados pelo Governo de Angola, sobretudo a nível dos municípios e áreas mais distantes dos centros urbanos.

Desde 2011, vários relatórios já foram elaborados, sendo que o primeiro foi realizado como já referimos em 2011. De 2011 à 2014 o CICA realizou várias ações de monitoria resultando na elaboração de relatórios. Em cada um destes anos foi elaborado um relatório.

O projeto desenvolvido pelo CICA de monitoria social, por ser uma organização religiosa, justifica as suas ações na chamada “doutrina social da igreja”, ou “teologia social da igreja” afirmando que a igreja desde os tempos mais remotos sempre preocupou-se com o bem-estar das comunidades o que resultou na implementação das Missões Evangélicas e Católicas”(CICA, 2014:8).

A realização do projeto do CICA, baseia-se na Constituição de 2010 e da lei da República de Angola. A Constituição de Fevereiro de 2010, faz menção a governação participativa, isto é, incluindo o povo ou pelos seus representantes através de organizações legalmente bem estruturada na participação do controlo da gestão do erário público. Para sustentar a sua ação, a Organização cita o artigo 52 ponto 1 da Constituição, que refere o seguinte: “Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política e na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos e de ser informado sobre os atos do Estado e gestão dos assuntos públicos, nos termos da constituição e da lei”(Idem).

Os vários relatórios elaborados por esta Organização, a partir de 2013 em relação aos anos anteriores, o seu campo de ação foi elevado para mais municípios. Se de 2011 à 2012 o número de municípios abrangidos era de três, no norte do país, a partir de 2013 aumentou para 6. No primeiro caso abrange os municípios de Negage na Província do (Uíge), Cela-Waku Kungo (Kwanza Sul) e Cubal (Benguela). Para o segundo caso, a partir de 2015, aumentou para Mbaza Kongo (Zaire), Negage (Uíge), Cela-Waku Kungo e casongue (cuanza sul), Cubal e Balombo) (Idem).

Desta forma, para relatório de 2014, faz referência ao seguimento das obras apresentadas nos programas do Municipais integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) dos municípios e o programa de Investimento Público (PIP). Segundo a Organização, em 2014 foram monitorados um total de 71 projetos dos quais 64 são do PMIDRCP e 7 do PIP, incluindo também ao 71 projetos 15 bens como é o caso da merenda escolar, viaturas, geradores, materiais agrícolas e outros. Deste modo, ao realizar as suas visitas em 2014 de monitorização aos projetos em execução, integrados nos Programas Municipais de Desenvolvimento Rural, e combate á Pobreza, (PMIDCP) e aos programas de investimentos públicos, verificou, algumas irregularidades no cumprimento das mesmas.

Estas irregularidades, têm a ver com o seguinte:

1º A ausência de placas descritivas em algumas obras em execução, o que impede a população no controlo e acompanhamento do processo, enquanto beneficiários diretos dos mesmos projetos e por parte das várias equipas de monitorização social.

2º O não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega das obras.

Segundo CAJPLN (2015:3), as obras que não foram concluídas até 31 de Dezembro de 2014 conforme os contratos, são consideradas no mapa de cada município como não concluídas. E algumas obras que tiveram início em 2012 à 2013 até 2014 não tinham sido concluídas.

A nível da região sul do país, uma ação semelhante é levada a cabo pela **Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango e Namibe**, que também tem estado a desenvolver projetos Sociais juntamente com a diocese do Namibe. Este projeto é conhecido como o projeto “ Para uma Transparência nas Finanças Públicas” a semelhança do anterior este projeto também baseia-se na doutrina social da igreja. Com a igreja, no seguimento do exemplo e mensagem de Jesus, contribui para ajudar a resolver os problemas humanos e sociais de acordo com a justiça e com o projeto de Deus, criador do mundo e do homem”. É com este argumento que a Comissão Arquidiocesana de justiça e paz do Lubango e Namibe, procura fazer a sua parte, dando a conhecer aos “Gestores públicos” as principais necessidades das comunidades, funcionando desta forma como verdadeiros intermediários entre as entidades governamentais e as comunidades através da avaliação participação da pobreza (APP). Ramifica-se em três áreas tais como a Monitoria Social de Orçamento Público (M.S.O.P), Avaliação Participativa da Pobreza (AAP), a Advocacia Social (A.S). O projeto em si, está mais centrado em duas áreas nomeadamente M.S.O.P e AAP, sendo que daí são elaborados relatórios postos a disposição das pessoas a nível do país. Refletindo-se por último numa verdadeira advocacia social ao serviço das várias comunidades desfavorecidas angolanas. “A igreja existe para as pessoas e a sua missão é o desenvolvimento integral das mesmas, no campo humano, social, religioso enfim, no campo espiritual”(CAJPLN, 2015:3).

Segundo o mesmo relatório, a A.P.P é o retrato que se faz sobre a situação “social, económica, política e cultural de uma determinada comunidade através de caracterização/ descrição da mesma e do meio envolvente instituições existentes e o seu funcionamento, os recursos existentes, os problemas que mais afligem a comunidade, as expectativas, as prioridades das pessoas”. A finalidade é fazer com que, estas comunidades relatem elas próprias as condições pelas quais vivem, e aquilo que mais necessitam ou têm como carência na comunidade.(*Idem:2*)

Este projeto da Avaliação Participativa da Pobreza na região sul, já abrangeu 5 municípios de duas províncias (Namibe e Huíla). Para a província do Namibe o projeto abrangeu o município da Bibala e o próprio município cede (Namibe) e para a província da Huíla abrangeu os municípios da Cacula Quipungo e Caluquembe.

A intervenção nestes municípios foi feita de forma a descrever as questões mais pontuais da vida das comunidades. A intervenção focou-se aos problemas mais pontuais “as carências mais sentidas pelas pessoas” tais como: saúde, educação, serviços de registo e identificação, atividades produtivas, política e religião. Estas questões mais pontuais foram selecionadas por intermédio do chamado processo de “Priorização” em que segundo a CAJPLN (2015:2) “ a comunidade seleciona os problemas prioritários e a equipa de diagnóstico faz o devido registo”(CAJPLN, 2015:2).

A CIC - Associação para a cooperação, intercâmbio e cultura

A CIC Portugal, Associação para a cooperação, intercâmbio e cultura é uma ONG, vocacionada para a cooperação internacional numa ótica de desenvolvimento integrado e sustentável, bem como para a intervenção social junto das populações mais fragilizadas. Com sede em Lisboa, foi fundada em 1992, tem o registo no Ministério dos Negócios Estrangeiros desde 1998.

Relativamente aos projetos, a CIC tem estado a desenvolver vários projetos em países como Cabo-Verde, Angola Moçambique, Honduras, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor.

Lançou-se para Angola, no ano de 1992 em momento de guerra civil. Instalou-se em Luanda e começou a desenvolver sua ação aos municípios de Rangel na área da saúde com a restauração de dois centros de saúde afetos ao mesmo município desenvolvendo

trabalhos de saúde para aquela comunidade. Mas a sua ação não parou por aí vindo mesmo a se expandir para o Bengo mais concretamente em Caxito e Catete e depois para a Província do Uíge. Nestes lugares, levou a cabo uma grande ação no setor da saúde. O setor da saúde não foi o único beneficiou-se ou beneficia-se da intervenção da organização, uma vez que viria a criar outros projetos de atuação noutras áreas como é o caso de educação “formação profissional e fomento agrícola”(CEASA, 2010).

2.3.4. A ADRA- Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

É uma organização não-governamental cujo seu objetivo, é contribuir para o desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambientalmente justo. A sua ação está ancorada sobretudo ao respeito dos Direitos Humanos, preservação do ambiente, igualdade de género e bem como pela valorização da dimensão cultural objetivando a questão da justiça social, e o desenvolvimento sustentável.

A sua missão visa a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo, e com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola. Mas, esta missão traduz-se no fortalecimento da capacidade dos excluídos, valorizando as tradições e práticas das comunidades rurais e fortalecendo as capacidades das organizações da sociedade civil para que se tornem sujeitos do mais amplo processo de mudança que assegure opções e oportunidades para todos.

A intervenção da ADRA está orientada através de programas que estão intimamente relacionados. Tais programas são:

Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, programa de Cidadania e Educação assim como o programa de Lobby e Advocacia, estes, estão subordinados por um programa de Desenvolvimento Organizacional, que controla a sua funcionalidade.

2.3.4.1. O programa de Desenvolvimento Local sustentável

A ADRA com este programa, de Desenvolvimento Local sustentável, orienta suas ações no sentido de dar um contributo para a redução da pobreza mediante o aumento do rendimento económico das famílias. Do incentivo de uma prática de “diálogo cada vez maior entre os atores e não só, assim como da promoção de práticas de gestão

sustentável dos recursos naturais”. Ele está constituído por quatro componentes que passaremos a descrevê-las a seguir.

a) A primeira componente é a da Segurança alimentar e nutricional- esta componente apresenta seis linhas de ação.

- A promoção de iniciativa de produção nas comunidades, fortalecendo a capacidade de gestão e utilização de tecnologia adaptadas;
- Reforço da capacidade de integração dos camponeses nos circuitos de comercialização;
- Promoção de atividades de geração de renda não agrícolas;
- Apoio ao acesso das comunidades ao crédito;
- Promoção de ações de educação nutricional que valorizem a utilização racional e conscientes dos alimentos locais, com base na divulgação de informação sobre a qualidade dos alimentos;
- Influenciar na formação e implementação de programas públicos locais de segurança alimentar e nutricional;

b) Ambiente e gestão de recursos naturais

- Promoção de sistemas de produção ambientalmente sustentável;
- Capacitação das comunidades para gestão sustentável de naturais;
- Desenvolvimento de ações de programas público de gestão ambiental;
- Promoção de ações de prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Formulação e implementação dos programas públicos de gestão ambiental;

c) Terras

- Desenvolvimento de ações de educação jurídica;
- Apoio aos processos de legislação de terra nas comunidades;
- Participação na resolução de diferentes tipos de conflitos de terra;

d) Poder local

- Dinamização dos mecanismos de articulação entre as Administrações local e as organizações da sociedade civil ao nível dos municípios e comunas;

- Reforço do movimento associativo e cooperativo nos municípios;
- Desenvolvimento das instituições de apoio ao empreendedorismo económico nos municípios;
- Reforço do papel das instituições do poder tradicional na promoção do desenvolvimento local;
- Promoção do debate nos municípios sobre o processo autárquico.
- Formação e implementação participativa dos planos de desenvolvimento local (cf. ADRA, 2011:11-13).

2.3.4.2. O Programa de Cidadania e Educação Formal

Com o programa de cidadania e Educação Formal, a ADRA procura dar o contributo no sentido aumentar a “consciência cívica e de cidadania” promovendo de forma particular uma ligação mais completa de alguns grupos da sociedade angolana tais como, criança jovens e mulher, no que diz respeito a participação em discussões pública em relação a vida política e social do país (Angola). As suas linhas de ação e efeitos estão distribuídos em quatro componentes.

a) Participação cívica

- Divulgação da legislação e convenções internacionais;
- Promoção da participação dos cidadãos em processo de formulação de leis, incentivando a apresentação de iniciativas legislativas;
- Monitoria da situação dos direitos humanos em Angola;
- Promoção dos processos de formação de lideranças;
- Promoção das ações de educação eleitoral;

b) Género e VIH/Sida

- Promoção de lideranças femininas, apoios de iniciativas organizativas e económicas das mulheres;
- Desenvolvimento da abordagem de metodologias GALS no trabalho da organização e de parceiros;
- Divulgação da informação relativa a questão do HIV/Sida;
- Desenvolvimento das parcerias com organizações especializadas na questão do HIV/Sida;

- Promoção da ação de mitigação do HIV/Sida;

c) Criança e Juventude

- Apoio as ações de proteção à infância (registro civil, saúde materno-infantil e ensino primário) no âmbito da monitoria dos 11 compromissos da criança;
- Desenvolvimento de ações de incentivo ao associativismo juvenil;
- Promoção de liderança juvenis;
- Estímulos de surgimento de espaços de debates envolvendo crianças e jovens nas escolas e universidades;

d) Dinamização

- Dinamização das zonas de influência pedagógica-ZIP;
- Fortalecimento de relação da escola com a comunidade;
- Promoção da participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar;
- Apoio às iniciativas de alfabetização nas zonas rurais;
- Promoção da participação dos cidadãos na formulação, monitoria e implementação de **políticas públicas** e convenções internacionais sobre educação (*idem*).

2.3.4.3. Programa de Lobby e Advocacia

Com este programa a ADRA pretende através de ação que visam dar uma influência as ideias e comportamentos bem como de políticas para o “fortalecimento da ADRA e de outros atores no debate e de uma participação maior da sociedade civil nos aspetos da articulação e na defesa dos Direitos Humanos. Este programa descreve-se também em quatro componentes.

Reforço da capacidade de intervenção social e política das redes e outros espaços de mobilização das organizações da sociedade civil (rede terra, OPT, grupo de Descentralização, Conferência da sociedade civil, encontro das comunidades);

a) Redes, parcerias e alianças

- Apoio ao desenvolvimento organizacional de outros atores da sociedade civil e outros;
- Estabelecimento reforço das relações com rede internacionais ligadas às causas que a ADRA defende (Fórum Social Mundial, Rede de SA na CPL, Rede CODESRIA, IUCN, Redes no âmbito da SADC);
- Reforços das parcerias com universidades, centro, centro de estudos nacionais e estrangeiros;

b) Estudos, pesquisas e sistematização

- Realização de estudos de caso de caso para suportar as ações de advocacia;
- Apoio à realização de trabalhos de fim de curso(estágios monografias, dissertação e teses) de estudantes de institutos médios e universidades, nacionais e estrangeiras;
- Organização de um curso de especialização/ pós graduação em desenvolvimento em parceria com universidades nacionais e estrangeiras;

c) Informação, documentação e comunicação

- Edição, publicação e divulgação de resultados de estudos e da sistematização de experiencias relevantes da ADRA e de outros atores;
- Abordagem regular na comunicação social de assuntos levantados pelas organizações da sociedade civil;
- Realização regular, de ciclo de conferências, debates e Workshops sobre temas de interesse público;
- Participação em conjunto com outras organizações da sociedade civil no ciclo do Orçamento Geral do Estado;

d) Monitoria e avaliação das políticas públicas

- Participação articulada com outros atores da sociedade civil nos processos de formulação, divulgação, implementação e monitoria de outras políticas públicas;
- Reforço dos mecanismos de diálogo permanente entre a sociedade civil, Assembleia Nacional e o Executivo (*ibidem*).

2.3.4.4. Programa de Desenvolvimento Organizacional.

O recente plano estratégico obriga que a organização revise seus princípios, procedimentos e ferramentas, obriga que os procedimentos usados para o alcance dos objetivos sejam avaliados para que os efeitos sejam os esperados.

Em função disso, os programas de Desenvolvimento organizacional, visa a criação de procedimentos que sejam capazes de responder as obrigações exigidas pelos novos programas não só assim como as novas estratégias. Este está distribuído também em quatro componentes.

a)Pessoal

- Promoção das boas práticas, dos valores e princípios da cultura organizacional;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e desenvolvimento do pessoal;
- Desenvolvimento dos mecanismos de auscultação dos trabalhadores
- Promoção da equidade de género dentro da ADRA.

b)Finanças

- Diversificação das fontes de financiamento;
- Reforço do sistema de planificação monitoria e gestão financeiro;
- Constituição reservas financeiras;
- Desenvolvimento e aplicação de instrumentos de gestão administrativas.

c)Administração e património

- Desenvolvimento e aplicação de uma estratégia padronizada de gestão do património;
- Criação de sistemas de informação para gestão (bases de dados, arquivos eletrónicos).

d)Monitoria, aprendizagem organizacional e inovação

- Implementação de um sistema de monitoria e avaliação adequado à intervenção;
- Dinamização do funcionamento regular dos espaços institucionais.

e) Gestão da informação e comunicação

- Criação de um sistema de arquivo dos documentos institucionais;
- Criação de uma base de dados da organização;
- Desenvolvimento da imagem visibilidade institucional (princípios, valores, organização, com recurso as tecnologias da informação, com recursos as tecnológicas de informação e comunicação;
- Revitalização da Editora Humbi-Humbi.

f) Vida associativa

- Dinamização do funcionamento de círculos dos membros;
- Promoção do engajamento dos membros no acompanhamento das atividades dos órgãos executivos;
- Atração de membros jovens para associação (cfr. ADRA, 2011:11-13).

2.4. O Ministério de Assistência e Reinserção Social em Angola

O Ministério de Assistência e reinserção Social (MINARS) é o órgão do governo encarregue de dirigir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que repontam a implementação de políticas sociais básicas de reinserção e da assistência social. Tutela os seguintes departamentos:

- Unidade técnica de coordenação de Ajuda Humanitária –UTCAH;
- Instituto Nacional de Reintegração sócio -profissional da ex-militar-IRSEM;
- Instituto Nacional de Remoção de Obstáculo e engenhos explosivos-INAROOE.

A sua linha de intervenção tem vindo a ser direcionada a várias áreas, mas sobretudo para a proteção da criança conforme refere a legislação do próprio MINARS que é a lei sobre a “Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança”. Esta lei, refere no 1º artigo, que a finalidade da mesma lei é a “definição de regras e princípios jurídicos sobre a proteção e o Desenvolvimento integrado da criança” (MINARS 2011). Para além desta realidade que é a prioridade, o MINARS também trabalha tem programas destinados aos ex-militares e desmobilizados de guerra. Através do Instituto Nacional de Reintegração socio profissional dos Ex-militares – IRSEM; Refugiados/Repatriados.

Para esta empreitada, são chamados a participar vários Departamentos Governativos que, têm a missão de fazer funcionar o processo. Neste caso, o MINARS aparece no mesmo processo, como o responsável pela “coordenação, política estratégica e de asseguramento da complementaridade”(Idem:15).

Para o MINARS, a implementação de iniciativas de apoio à população alvo, deve contemplar direitos iguais para todos e a sua abrangência deve estar em consonância com as necessidades e prioridades de interesse para o desenvolvimento económico local e sustentabilidade dos beneficiários e as referências culturais de cada comunidade.

2.4.1.Medidas de Inclusão Social

A abordagem da política social em Angola é entendida neste ponto de vista representado por uma visão geral de como se tenciona tratar a questão da assistência e reinserção social.

Para a execução desta política do Governo foram desenvolvidos pelo MINARS, quatro (4) áreas de intervenção:

- Medidas de redução de pobreza, focalizadas não só nas consequências, mas também e sobretudo nas causas da mesma;
- Medidas de gestão do risco social, no plano preventivo, mitigador e de alívio de riscos a que os cidadãos estão expostos;
- Medidas de fomento a inclusão social e produtiva agindo de forma estrutural sobre os grupos vulneráveis;
- Medidas de promoção do desenvolvimento comunitário equitativo equilibrado do território.

Estas políticas, em função dos objetivos do Governo, foram traduzidas em 9 programas aos quais se sustentam os mesmos objetivos. Conforme se apresentam a seguir:

- ✓ Programa de apoio social;
- ✓ Programa de geração de trabalho e renda;
- ✓ Programa de reabilitação baseada na comunidade;
- ✓ Programa de prevenção da institucionalização;
- ✓ Programa de assistência à pessoa Idosa;
- ✓ Programa de alargamento da rede de equipamentos sociais;
- ✓ Programa de reforço da capacidade institucional;
- ✓ Programa de reintegração dos Ex-militares;

- ✓ Programa de Desminagem.

Por sua vez, refletem-se em vários projetos que tecnicamente foram traduzidos em vários projetos tornando-os neste sentido em projetos exequíveis na prática.

Cada um dos programas, tem como finalidade em geral, determinados grupos específicos das populações vulneráveis.

Assim, o diagnóstico social apresentou como “beneficiários proprietários da assistência e reinserção social ” os que se apresentam a seguir:

- Pessoas com deficiências em situação de risco ou de exclusão;
- Família em situação grave de pobreza;
- Ex-militares mutilados de guerra;
- Crianças e adolescentes com necessidades;
- Idosos e situação de dependência física ou económica e de isolamento;
- Pessoas infetadas e / ou afetadas com VIH/Sida;
- Populações vítimas de calamidades ou sinistro;
- Moradores de rua;
- Doenças crónicas.

2.4.2. Parcerias do governo com a sociedade civil

A parceria com a sociedade civil segundo o MINARS (2011) serve para garantir a clareza na governação no sentido de se fazer aplicar as leis em vigência, da promoção da cidadania e dos direitos.

Essa parceria com a sociedade civil ajuda na identificação de problemas na seleção das situações mais graves e que precisam de uma intervenção mais urgente.

A intervenção integra dentre outras, a realização dos 11 compromissos da criança, assumidos pelo governo de Angola em 2007 em Luanda que, passaremos a sua descrição a seguir:

1º Esperança de vida

Definição da política nacional para a criança toda e para todas as crianças de 0 aos 18 anos, abrangendo as áreas de sobrevivência, proteção desenvolvimento e participação;

2º Segurança alimentar nutricional

Aplicação da esperança de vida dos angolanos, com harmonização das estratégias sectoriais para a diminuição da mortalidade infantil, incluindo o acesso à água potável e ao saneamento básico, à escola e à segurança alimentar e nutricional (Mateus, 2012);

3º Registo de Nascimento

Incrementar medidas favoráveis ao registo de nascimento, incluindo o registo de nascimento, incluindo o registo gratuito para crianças abaixo dos cinco anos de idade e expandir os serviços até a base, de forma assegurar a criança angolana o acesso facilitando e incondicional a cidadania, logo após o seu nascimento.

4º Educação da primeira infância

Expandir e melhorar em todos os aspetos os cuidados e educação das crianças dos 0 aos 5 anos de idade, para garantir que em 2010.

2.4.2.1. A criação dos seis aos dezoito anos de idade

5º Educação primária e formação profissional

Garantir a universalização da educação primária de qualidade para todas as crianças do 6 aos 18 anos e a qualificação profissional dos jovens.

6º Justiça juvenil

- a) Garantir a consolidação dos avanços conquistados na legislação e rede de serviços de atendimento na dimensão dos direitos da criança e adolescentes enquanto vítimas;
- b) Assegurar a consolidação do julgado de menores como órgão jurisdicional para efetivação de um modelo de responsabilidade penal a juvenil em face ao adolescente em conflito.

2.4.2.2. Todas as crianças (dos zero aos dezoito anos de idade)

7º Prevenção de redução do impacto VIH/Sida famílias e nas crianças

Implementação da transmissão do vírus do VIH/Sida de mãe para filho durante a gravidez, o parto e a amamentação.

8º Prevenção mitigação da violência contra a criança

Adotar as medidas pertinentes de caráter político legislativo e educativo estabelecido mecanismos de coordenação multi-setorial para prevenir e combater todas as formas de violência.

9º Proteção social e competência familiares

Adotar um amplo programa para reforçar a proteção social e as competências familiares relacionados com as crianças.

2.4.2.3. Garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças

10º A criação e a comunicação social, a cultura e o desporto

Aumentar a vinculação da comunicação social, cultural e desporto no desenvolvimento da criança.

11º A Criança no plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado.

De modo a garantir a sustentabilidade dos compromissos em prol da saúde desenvolvimento, bem-estar e proteção da criança.

- **Os idosos**

Este grupo alvo, engloba todas as pessoas com idade pós laboral, que se encontrem nas suas respetivas famílias (Mas em condições de precariedade) abandonadas, assim como aqueles que não se encontram cobertos pelo sistema de segurança social.

- **Pessoa com deficiências**

Este grupo engloba todas as pessoas independentemente do género ou idade, que possuem uma deficiência, seja qual for a sua origem. As deficiências podem ser subdivididas em duas.

As deficiências primárias ou congénitas, com as más formações congénitas, sensoriais e mentais (cf. MINARS, 2011).

2.5. O Instituto superior de Serviço Social de Angola

O Instituto Superior de Serviço Social de Angola, existe apenas desde 2010. É uma unidade de ensino público que se dedica a investigação e ao ensino de acordo com a Constituição da República de Angola nos seus Artigos 120º e 125º dos estatutos orgânicos. Foi criado pelo Decreto nº 7, de 12 de Maio de 2009 na perspetiva de melhoramento dos serviços sociais existente em Angola. O Instituto possui dois cursos que são: O curso de Educação de Infância e de Serviço Social, estando previsto ao longo do seu desenvolvimento os cursos de Educação Especial e Psicologia. As suas instalações ocupam uma área considerável⁶.

⁶ Ocupa uma área de 29 mil metros quadrados. Sendo que, as infra-estruturas atuais contam com 10 salas de aulas, uma biblioteca com capacidade para 100 alunos, três residências mobiladas para professores, outras duas para o diretor e seu adjunto, internato, área social e de entretenimento, pavilhão

Segundo a instituição estes terão como objetivos ajudar resolver alguns males identificados na sociedade atual. Este projeto está reservado para o futuro cujo suas organização em volta de três eixos: “Ensino, Investigação Científica e Extensão”. Este Instituto se tem caracterizado de maneira muito particular em alguns aspetos sobretudo dando realça e as questões ligadas a princípios de solidariedade, interajuda formação e pesquisa permanente (cfr. ISSS, 2014).

No capítulo que segue, trataremos primeiramente dos dados, metodologia e o enquadramento do serviço social em Angola na cidade do Lubango, começado por uma abordagem acerca da legislação angolana que regula o serviço de proteção social e posteriormente, far-se-á uma análise acerca dos planos de estudos do Instituto Superior de Serviços Sociais e da Escola Nacional de Assistentes Sociais. Na segunda parte, trataremos de enquadrar o Serviço Social na cidade do Lubango (caracterização), destacando o órgão responsável pelo mesmo na cidade, que é abrangente a toda província da Huíla, onde procuraremos analisar alguns programas de intervenção social na cidade em questão.

gimnodesportivo com balneários e áreas de apoio e uma lavandaria industrial. Conta também com uma padaria, uma cozinha, um refeitório, um centro médico e uma oficina de automóveis (cf. ISSS, 2014).

Capítulo III- O Serviço Social em Angola enquadramento na cidade do Lubango.

3.1.Dados e metodologia

Para a consecução deste trabalho, foi necessário primeiramente uma consulta bibliográfica, sendo que isto, permitiu-nos saber quais os profissionais que investem no assunto. Tudo isto foi feito no sentido de possibilitar uma fundamentação teórica daquilo que precisamos.

Em função disso, tivemos a necessidade de juntar algum conteúdo relativamente aos dados necessários a partir das instituições afim tais como: O Ministério da Assistência e Reinserção Social em Luanda, a Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social da Huíla e algumas ONGs que operam na região sul de Angola e não só, nomeadamente, (ADRA, e algumas associações religiosas (Cáritas e CICA), bem como uma Missão católica da Huíla.

Tendo em conta o trabalho de campo, para além do conteúdo que nos foi disponibilizado pelas mesmas instituições e organizações, conseguimos obter uma série de informações que nos permitiu criar uma proposta para contribuir no exercício da ação social em Angola e particularmente no município do Lubango.

Dado o campo de ação a que nos propusemos estender a nossa pesquisa, servimo-nos do método “Qualitativo”, sendo que este método tem como essência a entrevista e observação. “A investigação Qualitativa contempla a recolha e utilização de uma variedade de matérias empíricas – estudos de caso experiências pessoais, historias de vida, entrevista observação, textos- que descrevem a realidades e a problemáticas com significados na vida dos indivíduos”(Serra, Helena, s/d:5).

Sendo a Sociologia da profissão o rumo tomado pelo presente trabalho, que tem como campo de ação a cidade do Lubango (Angola), Constituiu nossa intenção analisar a formação profissional dos atores, a partir dos planos de estudos atuais usados para a formação técnica e profissional. E isto, deu-nos a possibilidade de sabermos através da observação quais as formações dos atores que intervém na ação social em Angola possuem.

A recolha de dados ocorreu durante os meses de Novembro e Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016. O conteúdo recolhido, serviu-nos para realizarmos a análise em volta

dos programas de formação para os atores sociais e dos programas do governo para o setor social, do qual, levou-nos a elaboração de uma proposta de contribuição para uma execução dos programas que possa realmente produzir os efeitos necessários, correspondendo com a qualidade dos programas já existentes.

3.2. A Proteção Social em Angola/ legislação

A Proteção é entendida e aceite como um direito que assiste a toda pessoa de aceder, pelo menos a uma proteção básica para a satisfação dos seus estados de necessidade.

Neste sentido, sempre se entendeu que o Estado é o mais indicado na organização da promoção do “desenvolvimento da política socioeconómica, na qual, o programa de segurança é privilegiado” (INSS, 2008:13). Não obstante esta responsabilidade do Estado, o trabalho do governo nesse sentido nunca chegou a ser perfeito, sendo um desafio constante proporcionar as pessoas, isto é a todos os trabalhadores e os particulares. Este fracasso, na conquista de um sistema de proteção social justo para a sociedade Angolana, atribui-se para além de outras causas, a guerra civil.

De acordo com o INSS (2008) “o período longo de destruição sistemática do tecido produtivo das infraestruturas económicas e dos equipamentos sociais provocados pela guerra que durou quase 30 anos - e com ela a ruína social - teve um aspeto muito negativo no estabelecimento de um sistema sólido de segurança social”. Esta situação também tem a ver com o fato de que a economia Mundial ao crescer não teve do seu lado o crescimento da proteção fato que seria importante para a construção de um sistema social que respondesse com os desequilíbrios sociais.

Da necessidade de se garantir aos cidadãos o seu direito social, criou-se a Lei de 18/90 de 27 de Outubro que vigorou durante 14 anos, deu lugar a uma nova Lei que é a Lei 7/04 de 15 de Outubro tornando a público pelo governo Angolano. Ela, aparece para agilizar o exercício de uma série de “políticas sociais” que garantam e assegurem o bem-estar das pessoas em determinadas áreas como a “saúde, educação, formação profissional, a assistência e reinserção social” e outras áreas. A Lei em referência determina “princípios de proteção social” de forma concreta proporciona apoio no que diz respeito a redistribuição do bem comum ajudando na solução de problemas sociais e de precariedade. Assim, Lei em questão apresenta-se estruturada em três níveis de proteção nomeadamente, “a Proteção social de base, a Proteção Social Obrigatória, a Proteção Social Complementar” (Idem).

A Proteção social de Angola tem um sistema cujo funcionamento assemelha-se a outros sistema do mundo em que os seus princípios gerais baseiam-se no seguinte:

Princípio da universalidade; Princípio da igualdade; Princípio da solidariedade; Princípio da equidade social; Princípio da diferenciação positiva; Princípio da inserção social; Princípio da coesão geracional; Princípio do primado da responsabilidade pública; Princípio da complementaridade; Princípio da unidade; Princípio da descentralização; Princípio da participação; Princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação e Princípio da informação (INSS, 2008:14).

➤ **Segurança social**

Pode significar proteção Social obrigatória, sendo da responsabilidade do Estado assumir, cuja importância reside em quatro aspetos principais: “Económico, social, jurídico e político” (*Idem*).

Define-se Proteção Social como sendo a proteção que a sociedade proporciona aos seus membros, através de uma série de medidas públicas, contra as carências económicas e sociais que, de outra forma poderiam ocorrer pela suspensão ou resultado de doenças profissionais desemprego, velhice, morte e encargos familiares.

É este sistema que possibilita arrecadação de fundos que um período posterior permite substituir em caso de invalidez ou por um outro motivo que o impossibilita a continuar a trabalhar.

3.2.1. O percurso histórico do sistema de segurança social em Angola

A Segurança Social em Angola pode ser considerada ainda uma realidade nova na medida em que só começou a dar os seus primeiros passos com a criação da Lei 18/90 de 27 de Outubro. Com a independência, o modo de providência social continuou o mesmo que vigorou no período anterior (período colonial). Estas eram as caixas de providência social de natureza corporativa”. Esta funcionava defendendo ou proteger os profissionais tais como “os ferroviários, os funcionários dos correios e telecomunicações, da alfândega e profissionais doutras áreas”. O fato funcionou igualmente com várias das instituições que funcionavam anteriormente passaram a funcionar com a independência que tinham um pendor “mutualista” como era o exemplo da “Monte Pio geral” cujo seus serviços entendiam-se ao povo em geral

(INSS, 2008:14).Deste modo, existiram várias instituições no período após independência, que são:

Caixa de Previdência do Pessoal do Caminho-de-Ferro de Benguela; b) Mutualidade de Angola; c) Montepio Geral de Angola; d) Montepio Ferroviário de Angola; e) Caixa de Auxílios dos Empregados dos Correios e Telecomunicações; f) Cofre de Previdência dos Funcionários Públicos de Angola; g) Caixa de Pensões e Aposentação do Pessoal das Alfândegas; h) Caixa dos Funcionários da Câmara Municipal de Luanda; i) Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (INSS, 2008:16).Mutas destas davam “pensão de reforma, de sobrevivência, e subsídio de morte.Com a Independência, surgiu a necessidade de se criarem novas políticas de Segurança Social no país. Nos primeiros anos, eram usados simplesmente a “Norma Mínima de Segurança Social da aprovação da convenção nº 102 de 1952”.Já era notória em 1978 alguma legislação “avulsa” dando lugar a prestação de Segurança Social” conforme a descrição a baixo.

- a) Decreto nº 103/78, de 9 de Dezembro que generaliza o direito à Licença de Maternidade de todas as Mulheres trabalhadoras.
- b) Decreto nº 132/78, de 9 de Dezembro que na alínea i) do seu Artigo 2º mantém em vigor os subsídios de Morte e Funeral.
- c) Decreto nº 146/78, da mesma data do citado a cima, que uniformiza e generaliza o montante de abonos de família a todos os trabalhadores a conta de outrem (*Idem:17*).

Desta forma, o sistema nacional de segurança social conheceu a sua institucionalização aquando da aprovação da Lei 18/90 de 27 de Outubro que foi substituída pela Lei de 7/04, em que no seu Artigo 86º da mesma Lei se refere ao crescimento do mesmo sistema.

Todo Isso foi feito tendo em atenção as normas gerais relativas ao próprio sistema universal da segurança social designadamente “igualdade universalidade, eficácia, solidariedade, e participação”. O Artigo 4º da Lei 18/90, participa também no mesmo processo, disponibilizando o “ campo de aplicação pessoal da Segurança Social, protegendo todos os trabalhadores assalariados e os trabalhadores por conta própria “ e também ex-trabalhadora que por alguma razão estabelecida pela norma deixassem de trabalhar nomeadamente “ invalides, limite de idade, familiares a cargo dos

trabalhadores abrangidos pela segurança social e os estrangeiros que trabalhavam no país desde que existam acordos entre República de Angola e os seus países de origem” (Idem17).

Deu-se igualmente um avanço pela organização internacional de trabalho na sua convenção nº 102 ao estabelecer uma “Norma Mínima de Segurança Social, que pode ser aplicada com a introdução de outros benefícios tendo” o progresso económico de cada Estado Membro.

Assim o Artigo 5º da Lei 18/90 faz menção aos ramos definidos pela norma mínima; nomeadamente: Doenças ou acidentes.

A progressividade do sistema de segurança social determinada pela mesma Lei 18/90 no seu Artigo 86º. As que foram adotadas inicialmente pelo INSS são:

- a) Proteção social na Velhice
(Decreto Nº 6-B/91 de 9 de Março)
- b) Proteção na Maternidade
(Decreto Nº 32-F/92, de 28 de Agosto)
- c) Subsídio de Morte
(Decreto Nº 20/91, de 1 de Junho)
- d) Subsídio de Funeral
(Decreto Nº 19/91, de 1 de Junho)
- e) Pensão de sobrevivência
(Decreto Nº 4991, de 16 de Agosto)

Abono de família, exclusivamente pago aos pensionistas com familiares abrangidos (Decreto Nº 38/98, de 6 de Novembro de 200) (INSS, 2008:18).

➤ **Proteção Social de Base**

A proteção Social de Base, é assegurada pelo Estado e a sua base financiar é criada a partir dos impostos arrecadados, possuindo vários objetivos executados a partir de programas de duração de um ano ou mais que visam melhorar as condições de vida das pessoas em particular e conseqüentemente das famílias.

a) Principais fundamentos e objetivos:

- Solidariedade nacional.

- O bem-estar da população em geral, através da redução progressiva das desigualdades sociais e assimetrias regionais.
- Ações de proteção social e garantia dos níveis mínimos de subsistência e dignidade a grupos mais vulneráveis da sociedade.

b) Âmbito de aplicação pessoal:

- Abrange a população residente que se encontre em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência e que não possa assumir na totalidade a sua própria proteção.

Âmbito de Aplicação Pessoal:

- Trabalhadores por conta de outrem.

São abrangidos obrigatoriamente os trabalhadores nacionais e estrangeiros residentes, os familiares que estejam a seu cargo, incluindo os que desenvolvam atividades temporárias e intermitentes, como é o caso dos eventuais e sazonais.

- Trabalhadores por conta própria.

São obrigatoriamente abrangidos os trabalhadores que exerçam atividade profissional sem sujeição de contrato de trabalho ou contrato legalmente equiparado e não se encontrem em função da mesma, inscritos no regime dos trabalhadores por conta de outrem.

c) âmbito de aplicação material:

O âmbito de aplicação material do regime, tem a ver com:

- i) a proteção na doença; ii) a proteção na maternidade; iii) a proteção nos riscos profissionais, acidente e doenças profissionais; iv) a proteção na invalidez e velhice; v) a proteção na morte; vi) a proteção no desemprego e vii) a compensação dos encargos familiares (Idem).

➤ **Proteção Social Obrigatória**

É o instituto Nacional de Segurança Social que tutela a Proteção Social Obrigatória o seu financiamento, é arrecadado a partir de entidades empregadora e dos próprios trabalhadores contribuições que visam cobrir de situações de riscos dos que trabalham

por conta própria ou por conta de outros. Estas situações podem ser, “falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas situações de agravamento dos encargos familiares” em relação aos funcionários públicos, estes são abrangidos por um regulamento diferente e assim como o sistema de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas que funciona de forma diferente.

a) Principais fundamentos e objetivos:

- Apoia-se na solidariedade contributiva entre trabalhadores e entidades empregadoras, tem carácter comutativo e assenta-se numa lógica de seguro.
- Pressupõe a solidariedade entre gerações de segurados.

Ao se revogar a Lei 18/09 pela Lei 7/04 verifica-se que a mesma aparece como resultado da realidade “social político e económico” (INSS, 2008:18).

➤ **Proteção Social Complementar**

São as entidades gestoras de “fundos de pensões” e não só, sendo chamados também para o assunto, “companhia de seguros ou “associações mutualistas” quem administram e promovem a Proteção Social Complementar. Esta, possui um carácter facultativo baseando-se numa no sistema de “seguro, servindo de apoio as modalidades “integradas de Proteção Social Obrigatório”(Idem).

a) Principais fundamentos e objetivos:

- Deve reforçar e complementar as prestações dos regimes obrigatórios nas eventualidades de velhice, invalidez, morte e cuidados da saúde, através de planos de pensões.
- A gestão dos recursos deve basear-se em técnicas de capitalização.
- Deve estruturar-se sob o carácter facultativo.

b) Âmbito de aplicação pessoal:

- Abrange apenas as pessoas inscritas num dos regimes de Proteção Social Obrigatória (Ibidem).

Assim, o sistema de proteção social angolano hoje, continua a reger-se pela mesma Lei 07/04 de 15 de Outubro, que num ponto de vista geral, veio dar uma realidade diferente no que diz respeito a questão sobretudo da promoção do bem-estar do cidadão. (esquema do Sistema de Proteção Social ver em anexos 2).

3.3. Planos de estudos do ISSS angolano e português

3.3.1. Plano de estudo do ISSS angolano

Depois da guerra civil e com as sequelas deixadas pela mesma, houve a necessidade de se criar um Instituto que se dedicasse na formação de quadros na área da Ação Social, no sentido de fazer face aos variadíssimos problemas criados na sociedade angolana. Por esta razão criou-se pela primeira vez em Angola o ISSS, Sob influência de experiências de outros países através da presença desde muito cedo no país de ONGs. Os seus programas foram concebidos tendo em conta a realidade angolana para além da influência de outras experiências externas. Assim, para o curso Serviços Sociais está disponível o plano de estudos abaixo apresentado:

A tabela que se segue apresenta o Plano de Estudos de Licenciatura em Serviços Sociais

Tabela nº01

Semestre	Cadeiras	Carga Horária		
		Aulas	Praticas	Total
1º	História de Angola	60	0	60
1º	Introdução à Antropologia	60	0	60
1º	Fundamentos Históricos do Serviço Social	60	0	60
1º	Metodologia Científica	15	30	60
1º	Português I	30	30	60
1º	Língua Nacional I	30	30	60
1º	Introdução à Filosofia	60	0	60
1º	Língua Estrangeira I	30	30	60
2º	Introdução à Sociologia	60	0	60
2º	Introdução à Economia	60	0	60
2º	Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social	60	0	60
2º	Técnicas de Comunicação	30	30	60
2º	Português II	30	30	60
2º	Língua Nacional II	30	30	60
2º	Introdução à Psicologia	60	0	60
2º	Língua Estrangeira II	30	30	60
3º	Sociologia da Família	60	0	60
3º	População e Território nas Regiões de Angola	60	0	60

3º	Antropologia Cultural das Populações de Angola	60	0	60
3º	Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social III	60	0	60
3º	Informática Básica para o Serviço Social		30	30
3º	Seminário tema Actualidade			
3º	Introdução à Saúde Pública			
3º	Língua Nacional III	30	30	60
4º	Psicologia do desenvolvimento			
4º	Introdução ao Direito e Legislação Social Angolana	60	0	60
4º	Psicologia Social	60	0	60
4º	Desenvolvimento Social e Comunitário	60	0	60
4º	Pesquisa em Serviço Social	30	30	60
4º	Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social III	30	30	60
4º	Sociologia e Marginalidade Social	60	0	60
5º	Ecologia e Problemas Sociais	60	0	60
5º	Estatística Aplicada ao Serviço Social	30	30	60
5º	Organização Administrativa de Estado Angolano	60	0	60
5º	Políticas de Ação Social	60	0	60
5º	Fundamentos Teóricos e metodológicos do Serviço Social IV	30	30	60
5º	Estágio Supervisionado I (Diagnostico)	30	30	60
6º	Técnicas de Negociação	60	0	60
6º	Laboratório de Instrumentalização em Serviço Social IV	20	40	60
6º	Ação Social no Emprego e Formação Profissional			
6º	Estágio Supervisionado II (Projeto do Estágio)	30	30	60
6º	Ética Profissional	60	0	60
6º	Planeamento, Gestão, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais			
7º	Estágio Supervisionado III (Realização do Estágio)	30	600	630
8º	Conclusão do Relatório do Estágio	0	30	30
8º	Orientação e Realização do Trabalho de Conclusão do Curso	30	360	390
Total		2000	1510	3510

O plano de estudo⁷ de licenciatura utilizado pelo Instituto Superior de Serviços Sociais de Angola, foi elaborado tendo em conta as particularidades do país e de experiências de outros países, uma vez que podemos observar esta realidade na tabela do plano acima apresentado particularidades de unidades curriculares que se encaixam de alguma forma a particularidade do País. Tal é o caso das cadeiras da Língua nacional, Antropologia cultural das populações de Angola, Introdução ao Direito e Legislação Angolana e Organização Administrativa do Estado Angolano. Estas disciplinas refletem a particularidade do ensino do Serviço Social na realidade Angolana. Tendo em vista o apoio aos vários problemas atuais e futuros na sociedade angolana.

Assim, comparativamente ao caso português, merece destaque o Instituto Superior de Serviços Sociais do Porto cujo seu plano de estudo envolve uma série de unidades curriculares que em alguns casos assemelham-se a realidade curricular angolana. Tal como apresentamos a seguir nas tabelas abaixo:

3.3.2 Plano de Estudo do Instituto Superior de Serviços Sociais do Porto/Portugal.

O Instituto Superior de Serviço Social do Porto, existe já a 60 anos. É uma instituição de nível universitário. Estes anos de experiência, fazem da mesma uma autoridade em matérias relacionadas ao serviço social, tanto a nível teórico como prático, acompanhando as transformações sociais em função do tempo, o que acaba por lhe conferir um reconhecimento maior a nível do serviço social dentro da cooperativa de ensino Superior de Serviço Social (CRL) da qual pertence desde 1986. O seu curso de Licenciatura tem duração de 4 anos, havendo também no exercício da sua formação, um centro de formação com cursos de pós graduação e formação numa perspectiva “contínuo, de curta e média duração” dotando aos estudantes de conhecimentos e técnicas para a ação social.

⁷In: http://isss.co.ao/?page_id=12. (Acessado aos 10-12-2015).

A tabela a seguir apresenta o plano de Estudo do ISSS do Porto - Portugal

Tabela nº02

1º Ano

Tronco Comum

1º Semestre					2º Semestre				
Código	Nome	UC	ECTS	Obs.	Código	Nome	UC	ECTS	Obs.
SS71101	Fenómenos Societais 1	5	5		SS71201	Fenómenos Societais 2	5	5	
SS71102	Introdução à Economia	5	5		SS71104	História do Serviço Social	4	4	
SS71207	Introdução ao Direito	2,5	2,5		SS71203	Problemas de Economia Contemporânea	3	3	
SS71103	Psicologia do Desenvolvimento 1	5	5		SS71204	Psicologia do Desenvolvimento 2	5	5	
SS71105	Seminário de Estudo das Práticas de Serviço Social 1	8	8		SS71205	Seminário de Estudo das Práticas de Serviço Social 2	6,5	6,5	
SS71106	Técnicas Activas de Grupo 1	3	3		SS71206	Técnicas Activas de Grupo 2	3	3	
					SS71202	Teorias Sociológicas 1	5	5	

2º Ano

Tronco Comum

1º Semestre					2º Semestre				
Código	Nome	UC	ECTS	Obs.	Código	Nome	UC	ECTS	Obs.
SS72104	Diagnóstico Psicossocial 1	5	5		SS72203	Diagnóstico Psicossocial 2	5	5	
SS72107	Direitos Humanos	2,5	2,5		SS72102	Gestão das Organizações Sociais	4	4	
SS72101	Fenómenos Societais 3	5	5		SS72205	Métodos e Técnicas de Investigação Social 2	5	5	
SS72106	Métodos e Técnicas de Investigação Social 1	3	3		SS72202	Psicologia Social 2	4	4	
SS72103	Psicologia Social 1	4	4		SS72204	Seminário de Estudo das Práticas de Serviço Social 4	6,5	6,5	
SS72105	Seminário de Estudo das Práticas de Serviço Social 3	6,5	6,5		SS72201	Teorias Sociológicas 2	4	4	
SS72206	Técnicas Activas de Grupo 3	3	3						

Opção: Opção 2º Ano Escolha : 1 disciplina(s)				
Código	Nome	UC	ECTS	Obs.
SS72207	Direito do Trabalho e da Segurança Social	2,5	2,5	
SS72208	Direito dos Menores e da Família	2,5	2,5	

3º Ano

Tronco Comum

1º Semestre					2º Semestre				
Código	Nome	UC	ECTS	Obs.	Código	Nome	UC	ECTS	Obs.
SS73013	Associativismo e Formação de Actores Colectivos	3	3		SS73017	Desenvolvimento Comunitário 2	3	3	
SS73010	Desenvolvimento Comunitário 1	3	3		SS73015	Diagnóstico Sócio-Institucional 2	5	5	
SS73001	Diagnóstico Sócio-Institucional 1	5	5		SS73003	Economia dos Problemas Sociais	3	3	
SS73011	Estatística 1	3,5	3,5		SS73018	Estatística 2	3,5	3,5	
SS73004	Intervenção Sistémica 1	2	2		SS73012	Intervenção Sistémica 2	2	2	
SS73007	Psicopatologia	3	3		SS73006	Política Social	3	3	
SS73008	Seminário de Estudos das Práticas do Serviço Social 5	6,5	6,5		SS73016	Seminário de Estudo das Práticas de Serviço Social 6	6,5	6,5	
SS73009	Sociologia de Marginalidade Social 1	4	4		SS73014	Sociologia da Marginalidade Social 2	4	4	

4º Ano

Tronco Comum

1º Semestre				
Código	Nome	UC	ECTS	Obs.
SS74003	Estágio Profissionalizante	17	17	
SS74004	Ética e Deontologia	4	4	
SS74008	Seminário de Investigação em Serviço Social	9	9	

Fonte: Retirado da página do ISSSP (2014)⁸

3.3.3. Abordagem comparativa dos planos de estudos do ISSS angolano e ISSS português.

Os planos de estudos acima apresentados, apresentam algumas semelhanças nas concernentes as unidades curriculares. Assim sendo, não obstante o plano de estudo do ISSS angolano ser concebido tendo em conta sobretudo a própria realidade angolana, possui algumas unidades curriculares que se assemelham ao plano de estudo das unidades curriculares portuguesa, nas áreas de direito, História, Psicologia, Economia e na área de Serviço Social.

- a) **Semelhança-** Para a área de Direito, ambos os planos (Português e angolano) apresentam as disciplinas de Introdução ao Direito no I Semestre do 1º ano.

Relativamente a área de Histórias dois planos apresentam a disciplina de História do serviço social.

Na área da Psicologia, assemelham-se das disciplinas de psicologia do desenvolvimento 1 e 2 sendo que a primeira para o primeiro ano do I semestre e a segunda para o II semestre do primeiro ano respetivamente.

Área de Economia, com a Disciplina de introdução a Economia no 1º Ano do I Semestre.

E finalmente nas áreas de Serviço social com as disciplinas de Ética e deontologia profissional. Ação Social no Emprego e Formação profissional e políticas de ação social.

Os dois planos contêm no conjunto das suas unidades curricular, História. Enquanto para o plano Português a disciplina tem a ver com História do Serviço social, para o plano de Angola tem a ver com História de Angola, apesar de haver também a disciplina de fundamentos histórico de Serviço Social.

- b) **Diferença** - reside sobretudo no facto do plano angolano possuir disciplinas concebidas mais em função da sua realidade como é o caso da disciplina de Língua nacional, 1, 2 e 3, História de Angola, Antropologia cultural dos povos de Angola, População e território nas regiões de Angola e Introdução ao Direito e

⁸In: https://www.issp.pt/si/planos_estudos_geral.formview?p_Pe=609. (Acessado aos 01-04-2016)

Legislação Social angolana. Dá muito realce a questão das línguas como é o caso da língua estrangeira (inglês e francês), Portuguesa, e Nacional, o que acaba por ser diferente para o plano português.

Contrariamente ao plano português, em que é mais adaptado a realidade europeia não sendo verificada a questão das línguas no seu curriculum nem das disciplinas de História de Portugal. Pelo facto das mesmas fazerem parte de níveis de ensinos anteriores. A tabela a seguir apresenta de forma pormenorizada a respetiva abordagem.

Tabela nº 03

Contexto português	Confluência	Contexto angolano
Gestão das Organizações Sociais	História do Serviço Social	História de Angola
Seminário de estudos de práticas de Serviços sociais	Psicologia do Desenvolvimento	Português I e II Língua Nacional I, II e III Língua Estrangeira I e II
Direito de Menores e da Família Direito do Trabalho e Segurança social Direitos Humanos	Introdução ao Direito	Introdução à Sociologia Introdução ao Direito e Legislação Social Angolana Introdução à Filosofia
Associativismo e Formações da atores coletivos	Introdução a economia	Antropologia Cultural das Populações de Angola População e território nas regiões de Angola
Intervenção Sistémica	Ética e Deontologia profissional	Ação social no Emprego e Formação Profissional
Teorias Sociológicas	Desenvolvimento Comunitário	Sociologia da Família
Fenómenos Societais I,II e II	Política Social	
Técnicas Ativas de Grupo I e II	Sociologia da Marginalidade Social	- Técnicas de Negociação - Técnicas de Comunicação
Psicologia social	Estatística	Laboratório de Instrumentalização em Serviço Social IV
Diagnóstico psicossocial I e II	Estágio Profissionalizante	

Assim, os respetivos planos de estudos, apesar de haver alguma diferença, procuram dotar aos alunos de ferramentas apropriadas no sentido de responderem com as exigências no campo da ação social.

3.3.4. A Escola Nacional de Formadores de Serviços Sociais de Angola

A Escola Nacional de Formação de Técnicos de Serviço Social, também conhecido por (ENFOQS) é uma instituição pública do setor administrativo ou social com uma

personalidade, política, autonomia, administrativa, financeira e patrimonial que trata da implementação de ações de uma formação essencialmente especializada no domínio da assistência social dirigida aos recursos humanos ligados ao setor público, administrativos e de todos outros interessados.

A Escola Nacional de Formadores de serviços sociais em Luanda, tem formado técnicos na área de Serviço Social nos cursos básicos e de especialização de “Educador Pré-Escolar, Vigilante de Infância, Vigilante de 3ª Idade, Ativista Social, Animador Sociocultural, Formador de Amas e Informática”(Minars 2015)⁹. Os alunos que frequentam os cursos são provenientes de várias partes do país e não ficando de parte técnicos do Minars do Lubango-Huíla, que tem estado a enviar frequentemente pessoal com o intuito de adquirirem uma formações técnicas, nas áreas acima apresentadas. Estes cursos por sua vez têm a duração de 1 ano, tendo um curriculum constituído por várias disciplinas teóricas e práticas.¹⁰ Esta instituição, rege-se por um Estatuto Orgânico de 16 de junho de 2014, apresentado em anexo nº 02.

Deste modo, no tema que se segue, procuraremos fazer um enquadramento ao contexto da área de estudo, que é a cidade do Lubango.

2.4. Contexto da Área de Estudo

A Cidade do Lubango conhecida anteriormente (época colonial) como Sá da Bandeira, fundada por um grupo de madeirenses em 1885, não obstante a presença dos Bóeres num período anterior que data de 1880. E em 1901, ascendeu a categoria de capital da Huíla. Tendo sido uma execução da forte presença colonial que, se fez mais sentir no litoral, é até então indicada como a “região mais branca de Angola¹¹”.

Situado no Sul de Angola, limitada por 5 municípios, sendo a Sul o município de Quilengues, Este Cacula, Sul Chibia e a Este pela Humpata e ao mesmo tempo por um dos municípios da Província do Namibe (Bibala). A sua sede é a comuna e a cidade do Lubango sendo constituída por de três comunas, nomeadamente Lubango, Arimba, Hoque e Huíla (Duarte, 2012:33).

⁹ Retirado da pagina do Minars. In: <http://www.minars.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=30267>

¹⁰ Retirado da pagina do Minars.gov. ao. 2014. Diário da Republica, <http://www.minars.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=759>.

¹¹ In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lubango>

Figura nº1: Mostra a delimitação geográfica da cidade



Fonte: Chissingui, (2012:33)

➤ **Economia**

Inicialmente a prática de agricultura, destacando-se no princípio a produção do trigo e posteriormente a criação de gado que viria a se transformar na sua riqueza na altura. Com o passar dos anos, com o surgimento de boas vias de acesso, toma lugar o comércio e a indústria, dando origem a um crescimento positivo da sua economia. “Assumiram a liderança os curtumes e as moagens. A metalurgia, o calçado, a banha, a salsicharia, as cerâmicas, as madeiras e os refrigerantes¹²”. Não obstante a isso, a sua economia atual, conta com algumas indústrias. Destacam-se a produção de algumas embalagens para alimentos e agricultura de frutas e legumes. A fábrica de cerveja N`gola e a Coca-Cola fazem parte também do seu pólo industrial.

No sector empresarial o Governo da província da Huíla/Lubango traçou uma perspetiva de número de empregos a serem criados durante o período de 2013-2017, conforme apresentado na tabela a seguir.

¹² (Idem)

Tabela nº04

PDESHLA2013-2017						
Número de Empregos a Serem Criados no Sector Empresarial no Período de 2013 - 2017						
Sector / Ramo de Actividade	Período					Total
	2013	2014	2015	2016	2017	
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	15.770fam	16.030fam	16.300fam	16.580fam	16.650fam	81.330 fam
Indústria Extractiva	2.500	1.000	580	610	650	5.340
Indústria Transformadora	320	450	580	610	650	2.610
Construção Civil e Obras Públicas	2515	2972	3608	4138	5020	18.253
Comércio por Grosso e a Retalho	330	420	480	520	580	2.330
Transportes, Armazenagem e Comunicações	308	405	530	660	810	2.713
Hotelaria, Restauração e Turismo	280	390	480	590	730	2.470
Prestação de Serviços	90	120	180	180	185	755
Educação e Ensino	50	76	130	150	160	566
Saúde e Acção Social	60	90	120	130	120	520
Total	6.453	5.923	6.688	7.588	8.905	35.557 + 81330 fam

Fonte: Governo provincial da Huíla (2013:28)

➤ **Ensino**

No que diz respeito ao ensino, Lubango é considerado como sendo, uma das primeiras cidades com o ensino de segundo grau “Liceu Diogo Cão”, Escola Industrial e comercial Artur de Paiva o instituto agrícola do Chivinguiro (escola de agronomia).

Atualmente, conta com a Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN) que foi criada pelo Decreto nº 7/09 de 12 de Maio (artigo 16º), estabelecendo a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas instituições de ensino superior e redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. As seguintes seis Unidades Orgânicas, já em funcionamento: 1-Faculdade de Direito (Lubango, Província da Huíla);2- Faculdade de Economia (Lubango, Província da Huíla); 3 -Faculdade de Medicina (Lubango, Província da Huíla); 4-Instituto Superior Politécnico da Huíla (Lubango, Província da Huíla)¹³.

O Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Lubango). E esta continua associada a Universidade Agostinho Neto.

Para o projeto do Ensino Superior Ciência e Tecnologia no Lubango, a tabela que se segue apresenta a distribuição do montante financeiro para Universidade Mandume Ya Ndemufayo – Lubango para o período de 2013/2017.

¹³ In: http://aulp.org/sites/default/files/Anexos/UMN.AULP_ANGOLA.pdf.(Acessado aos 02-04-2106)

Tabela nº04

PDESHLA2013-2017

Distribuição do número de projectos, montante financeiro, por responsabilidade no sector do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia no período 2013 – 2017 (Universidade Mandume Ya Ndemufayo)

Código	Projecto	Grau de Prioridade	Indicadores (m²)	Local	Montante Financeiro (AKZ)	
					L	C
ES 01	Construção da reitoria e infraestruturas gerais	1	117.051	Eywa	0	14.046.120.000
ES 02	Construção da faculdade de economia	1	58.402	Eywa	5.840.200.000	0
ES 03	Construção da faculdade de direito	1	58.874	Eywa	5.887.400.000	0
ES 04	Construção da faculdade de medicina	1	31.103	Eywa	3.732.360.000	0
ES 05	Construção do centro de investigação e pós-graduação	1	1.870	Eywa	205.700.000	0
ES 06	Construção do polo de educação física (Motricidade Humana)	1	25.488	Lubango	2.548.800.000	0
ES 07	Construção de Um Edifício no instituto superior politécnico (Arimba)	1	66.718	Arimba	8.006.160.000	0
ES 08	Construção do polo de agropecuária	1	27.813	Tchivinguiro	2.781.300.000	0
ES 09	Construção do polo de geologia e minas	1	26.277	Jamba	2.627.700.000	0
Total Parcial					31.629.620.000	14.046.120.000
Total Geral					45.675.740.000,00	

Fonte: Governo provincial da Huíla (2013: 12)

➤ **Aspetos demográficos**

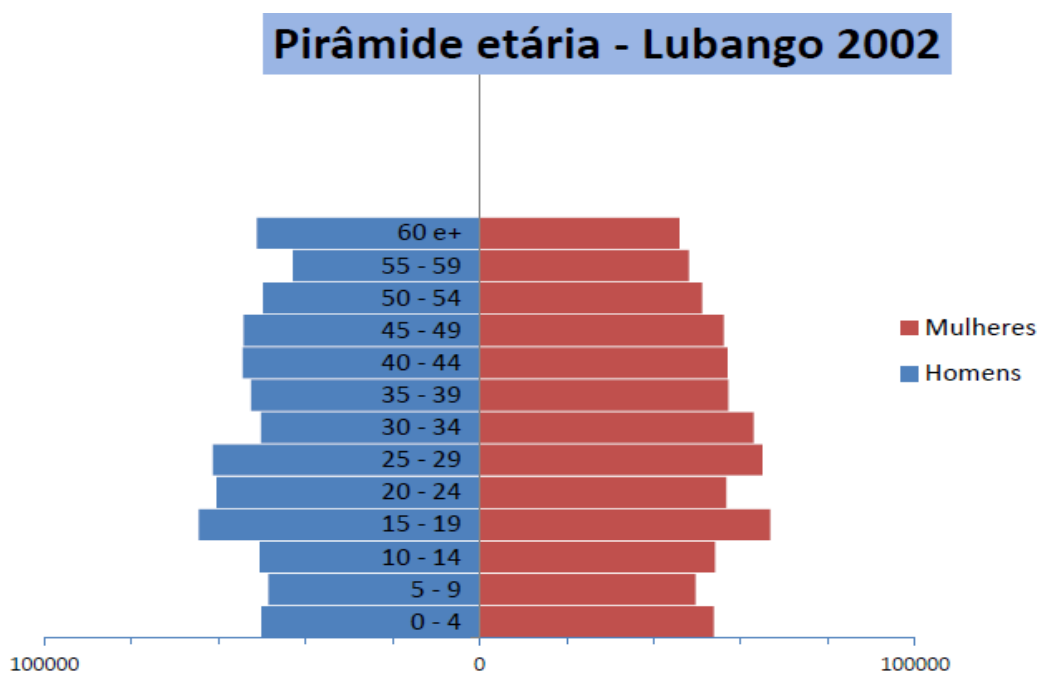
Inicialmente construída para albergar apenas 40 mil habitantes, com o crescimento da população devido sobretudo ao conflito armado que vez deslocar boa parte da população para o centro das cidades, viria a verificar um crescimento rápido da sua população. Encontrando a cidade completamente desprevenida para fazer face a este facto. Esta realidade fez causar vários problemas sociais.

Hoje, cerca de 1 milhão e meio de habitantes vivem na cidade sendo maioritariamente trabalhadores albergando a maior parte da população da província. A população urbana vive na sede do município (Lubango) que é na sua maioria funcionária do Estado, “empregados do comércio e dos serviços”. Uma outra parte da população reside na zona suburbana, vivendo em habitações precária sem condições alguma com sérios problemas de saneamento básico, causando problemas de saúde que muitas vezes resultam em óbito.

Já a população rural, vive no campo(Zona rural) divididas entre os municípios e estando mais concentrada entre as cedez comunais, tendo como atividade o comércio e atividades “agro-pastoril” (Chissingui, 42:12).

O gráfico que se segue, representa a estrutura a pirâmide etária da população do município do Lubango

Gráfico 01 – estrutura etária da população



Fonte: Chissingui (2012:44).

A figura abaixo, apresenta a distribuição da população do Lubango por Comunas

Figura nº 02- distribuição do município do Lubango por comunas



Fonte: Chissingui (2012:43)

A tabela abaixo apresenta a caracterização da população da província da Huíla por classe etária e género.

Tabela nº05

Classe Etária	Género		Total
	Masculino	Feminino	
0-4	159.362	265.643	425.005
5-9	180.807	229.559	410.366
10-14	145.449	165.350	310.799
15-19	208.907	212.490	421.397
20-24	185.100	193.040	378.140
25-29	109.107	213.673	322.780
30-34	101.715	106.057	207.772
35-39	74.732	86.533	161.265
40-44	59.937	65.355	125.292
45-49	64.733	74.066	138.799
50-54	53.710	56.581	110.291
55-59	35.016	46.884	81.900
> 60	100.262	106.144	206.406
Província	1.478.837	1.821.375	3.300.212

Fonte: Governo Provincial da Huíla (2013:10)

A população do município do Lubango, por vários grupos étnicos, sendo sobretudo por essa razão uma população homogénea, não obstante a predominância do grupo “Muíla” que constituem a maioria da população do município do Lubango.

Tabela nº 06 distribuição por comunas da população do município do Lubango

MUNICÍPIO	COMUNAS	SUPERFÍCIE	POPULAÇÃO		
			URBANA	RURAL	TOTAL
LUBANGO	LUBANGO	Km ²			
LUBANGO	SEDE	96	584.029		
LUBANGO	HOQUE	1.650		158.865	
LUBANGO	ARIMBA	808		81.949	
LUBANGO	HUÍLA	591		144.507	
TOTAL		3.140		385.321	969.350

Fonte: Chissingui (2012:43)

➤ **Área social**

Lubango sendo a capital da província, e albergando a maioria parte da população, faz com que, o seu orçamento seja maior em relação aos outros municípios, sendo canalizado, uma relativa parte do mesmo, para área social. O plano Diretor do Lubango concebido após a guerra civil, em 2002, vai no sentido de fazer face aos vários problemas preocupantes provocando sobretudo pela guerra civil (Idem).

A tabela que se segue representa a distribuição de verbas alocadas ao sector social para os anos de 2013-2017.

Tabela nº 07

Sector Social

Área	Nº de projectos	Valor Total (AKZ)	2013	2014	2015	2016	2017
Sector Social							
Educação	16	39.240.658.066	7.040.883.613	9.709.843.613	8.720.247.226	7.011.843.613	6.757.840.000
Ensino Superior	15	51.847.700.000	17.244.420.000	15.508.620.000	9.468.860.000	1.668.200.000	7.957.800.000
Saúde	23	13.189.272.340	3.406.342.577	2.677.154.997	2.986.899.910	2.156.266.444	1.962.808.410
Comunicação Social	19	1.247.765.400	98.510.000	152.127.700	987.127.700	10.000.000	0,00
Cultura	42	18.717.474.530	4.837.351.152	7.179.357.371	2.744.234.194	2.749.897.619	1.206.634.194
Juventude e Desportos	56	6.612.435.335	2.135.894.805	1.463.924.085	971.554.091	1.214.471.626	968.590.930
Assistência e Reinserção Social	12	2.847.100.000	569.420.000	569.420.000	569.420.000	569.420.000	569.420.000
Antigos Combatentes	8	980.000.000	196.000.000	196.000.000	196.000.000	196.000.000	196.000.000
Família e Promoção da Mulher	11	1.640.500.000	328.100.000	328.100.000	328.100.000	328.100.000	328.100.000
Justiça	22	6.142.768.271	1.131.827.394	1.428.266.459	1.563.610.131	1.114.636.656	904.427.631
Defesa, Segurança e Ordem Interna	22	11.465.125.734	2.216.064.336	2.608.159.669	2.808.159.669	2.162.418.696	1.870.323.363
Total do sector	244	153.930.799.676	39.204.813.677	41.820.973.894	31.143.812.921	19.181.254.654	22.721.944.528

Fonte: Governo Provincial da Huíla (2013:10).

3.5. A Direção da Assistência e Reinserção Social da Huíla-Lubango

De acordo com o já referido acima, a guerra desestruturou o País, foram quase três décadas de conflito armado, o que provocou um êxodo rural muito grande, isto é, a maioria parte das pessoas que viviam nas zonas rurais, acorreram para os centros urbanos, porque estes ofereciam melhor segurança, tornando assim as cidades abarrotadas de gente. E a cidade do Lubango não foge a regra. Atualmente a maioria das pessoas vive nas cidades deixando a zona rural despovoada. Hoje, cerca de 1 milhão e meio de população. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento, 2013-2017, para fazer face a sua execução, fez-se necessário em 2014 a criação de um programa no sentido de dotar os quadros sociais para responderem aos problemas sociais.

“Nesse plano, estão enquadradas as reais necessidades de formação das diferentes carreiras profissionais, conforme consta do Decreto Presidencial nº 188/12, de 21 de Agosto, sobre o regime de carreiras do trabalhador social, designadamente, Assistente Social, Educador Social, Educador de Infância, Ativista Social e Vigilante Social¹⁴.

Até 2014, o número de técnicos formados pela Escola Nacional era de 1787, tendo verificando-se um aumento de “105 por cento” em relação ao ano anterior. Em função disso o ministro de Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua afirmou que “o salto quantitativo mais significativo, verificou-se no curso de vigilantes de

¹⁴In: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/11/52/Angola-Escola-Nacional-Formadores-Sociais-encerra-curso,4d4c708b-87b9-449e-a4e2-ad79c6309fbf.html. (Acessado aos 28-03-2016)

infância. Dos formados em 2014, 665 são os finalistas que se encontravam no ato, representando 37,21 por cento”(Angop, 2014). Esta formação tem sido proporcionada dentro de um equilíbrio em relação as várias províncias. Isto é, a escola de formação de técnicos tem estado a formar técnicos de várias províncias. Assim os assistentes sociais da província da Huíla município do Lubango, foram formados pela mesma escola.

3.5.1. Programas de execução da Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social da Huíla-Lubango.

A partir de 2014, o MINARSS da Huíla-Lubango, tem vindo a trabalhar em nove programas de ação social dirigidos, nomeadamente, crianças, refugiados e idosos, sendo que as estas, constituem o grupo de pessoas mais vulneráveis e por isso têm necessidades particulares.

Alguns dos programas com vista apoiar os mais desfavorecidos têm vindo a ser levado a cabo pelo MINARS na cidade do Lubango. Destaca-se o projeto com vista a beneficiar o crescimento infantil, sendo que o mesmo beneficia cerca de quatro mil crianças no município do Lubango.

O **projeto Desenvolvimento infantil** da criança, visa a construção de centros comunitários. Um outro programa em curso é o programa de **Localização e Reunificação Familiar**. Com este, se tem desenvolvido ações que visam a integração ou reintegração das crianças perdidas e desamparadas ao seio familiar ou a mães tutelares.

Projeto mãe tutelar- este projeto tem sido levado a cabo pelo Minars-Lubango. A ação tem visado integrar crianças desamparadas as mães tutelares acompanhado de ajuda alimentar.

Outra ação que se prende com o registo civil de algumas crianças desfavorecidas tem sido levado a cabo no Lubango pelo MINARS. Em função disso, em 2014 cerca de 14 crianças beneficiaram de apoio do projeto Leite e papas e 8 de aconselhamento e 15 familiares beneficiaram de apoio com Cesta Básica e 8 menores fizeram tiveram acesso ao registo civil (ANGOP, 2014)¹⁵.

¹⁵In: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/9/44/Huila-Direccao-Minars-com-nove-programas-sociais,bf2b7242-75c7-45c8-8c28-939450bc57c3.html.(Acessado aos 20-03-2016).

Um outro projeto em curso no Lubango, que procura reduzir “ as carências alimentares dos pais e tutores”, no sentido de facilitar os pais na formação profissional e académica dos filhos.

Assim, em função disto, foi criada um protocolo entre o executivo por intermédio do MINARS e a Igreja católica, com o objetivo de dar uma formação profissional as crianças (Idem).

Mas de mil crianças e jovens vulneráveis são assistidas pelo MINAR do Lubango.

Durante os últimos anos, O MINARS-Lubango tem vindo a desenvolver também o programa de **integração das famílias repatriadas**. Com este programa, o MINARS tem vindo a desenvolver ações com vista a integrar famílias que num período anterior de conflito armado abandonaram o país e que agora pretendem regressar. Com isto o MINARS tem procurado oferecer aos repatriados mínimas condições de integração das famílias vindas de vários países vizinhos nomeadamente Namíbia África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. Para este programa, o MINARS criou no Lubango, um centro de acolhimento das mesmas famílias que funcionam como ponto de transição para as zonas de origem das mesmas. Neste centro tem posto a funcionar os serviços de “assistência médica e medicamentosa, alimentação, assim como água e energia” (Gonçalves, 2014). Desta forma segundo Catarina Manuel responsável da mesma direção em 2014 afirmou num dos seus discursos, que a direção de Assistência e Reinserção social na Huíla-Lubango, avia realojado cerca de 700 famílias provenientes da Namíbia e Zâmbia isto é até 2014, dando a cada uma delas uma parcela de terra para a construção dirigida, prática agrícola e kits para a mesma prática (Idem).

➤ **O Idosos**

Cerca de 54 idosos encontram-se alojados no Lar da terceira idade no Lubango, sendo que a maioria parte dos idosos carenciados vivem em casa dos parentes onde são assistidos pelo Minars.

Uma vez que muitos dos tutores não possuem possibilidades suficientes para ajudar os idosos, então para melhorar a sua condição de carência o Minars tem estado a desenvolver através dos seus técnicos uma ação dirigida aos idosos que visa a

distribuição de uma “cesta básica”, a base de farinha de milho, massa e óleo alimentar arroz e vestuário. Para além destes, a mesma prática tem sido extensiva a mais de 700 idosos regressados dos países vizinhos, sobretudo África do Sul e Namíbia. Neste sentido, o Minars do Lubango assiste “mensalmente cerca de 21 mil e 200 idosos proporcionando-lhes assistência médica e bens de primeira necessidade” (Angop, 2015).

Segundo a Diretora da Direção Provincial do Minars, Maria Casimiro, o Minars do Lubango tem proporcionado aos Idosos “terapia ocupacional realizando viagens turísticas dentro e fora da província”(Angop, 2015)

João B. Kussumua por sua vez, afirmou em 2015, que todos os agentes sociais devem estar engajados na dinamização das ações voltadas aos idosos de forma “integrada e articulada” com o objetivo de proteger e promover a vida social dos idosos (Idem).

Deste modo, o Minars tem vindo a desenvolver formações de capacitação profissional, com vista a melhorar a assistência aos cuidados dos idosos.

3.5.2. Programas de Apoio Social e de Geração de Trabalho e Renda.

Os programas de Apoio social e de Geração de Trabalho e Renda, é que ditam as modalidades de atribuições de benefícios aos cidadãos que se encontram em situação de precariedade, tal como a baixo apresentados.

Programa de Apoio Social-Minars
Descrição
O Programa de apoio social como medida de proteção social regula as modalidades de atribuição de benefícios às pessoas em situação de vulnerabilidade, materializa-se através de diferentes sub-programas e projetos, a baixo descritos: -Sub-programas de assistência alimentar e não alimentar às pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade. -Assistência às populações afetadas por sinistros e calamidades.-Sub-programa de apoio social às famílias com crianças afetadas e infetadas pelo VIH/SIDA.- Apoio social às famílias com crianças afetadas e infetadas pelo VIH/SIDA. -Medida de prevenção criminal de menores em conflito com a Lei. Proteção e assistência aos Refugiados, e o apoio em meios de locomoção e ajudas técnicas as pessoas com deficiência.
Quem pode Requerer?
Todas as pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade, de risco, de extrema pobreza, portadores de deficiência, pessoas afetadas e infetadas pelo VIH/SIDA, crianças em situação de conflito com a Lei, e pessoas ou populações afetadas por razões de calamidades e sinistros.
Onde Requerer?
Em todo o território nacional, por via das Administrações Comuns, municipais,

Direções Provinciais do MINARS dos Governos locais.

Qual o Custo?

Gratuito

Prestadores de serviço relacionados

Direção Nacional da Criança e do Adolescente - DNCA

Direção Nacional de Assistência e Promoção Social - DNAPS

Direção Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - DNIPPD

Governos Provinciais e Parceiros Sociais

Direções Provinciais da Assistência e Reinserção Social

Programa de geração de trabalho e renda-Minars

Descrição

O Programa de Geração de Trabalho e Renda é uma estratégia de Inclusão Social tem como um dos pilares basilares o Programa de Geração de Trabalho e Renda, cuja finalidade principal é a de criar oportunidades de ocupação remunerada ou seja, trabalho em grupos solidários ou de forma individual visando a integração socioprofissional dos cidadãos mais carenciados (idosos, pessoas com deficiência, jovens em situação de risco, mães solteiras, etc.)

Quem pode Requerer?

Todos os cidadãos portadores de deficiência, incluindo ex-militares

Onde Requerer?

Direção Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (DNIPPD) do MINARS, Direções Provinciais do MINARS e Serviços Provinciais do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares (IRSEM).

Qual o Custo?

Gratuito

Prestadores de serviço relacionados

Direção Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - DNIPPD

Fonte: Programas retirados da página do Ministério da Assistência e Reinserção Social¹⁶.

Estes programas, acabam por definir quais os cidadãos devem merecer a cobertura da ação social, apresentando os requisitos necessários para se fazer parte do mesmo. Mas para tornar exequível os mesmos, há necessidade de formação de técnicos no sentido de trabalharem para os objetivos traçados. Mas estes nem sempre têm sido suficiente para fazer face às várias situações reais na área da ação social no município do Lubango.

¹⁶<http://www.cidadao.gov.ao/VerServico.aspx?id=388>. (Acessado aos 10-02-2016).

3.5.3. Dificuldades na Execução dos Programas de Ação Social

A implementação dos projetos não obstante serem valiosos do ponto de vista teórico, acaba por haver uma grande dificuldade na sua execução.

Este facto deve-se a muitos outros fatores que, têm vindo a impossibilitar um resultado eficaz relativamente a sua consecução. Se por um lado Estado assume a responsabilidade da implementação de projetos para aplicação na área da ação social, ao mesmo tempo, não consegue de forma cabal dar uma resposta aos vários problemas sociais, apesar de abri espaços as Organizações não-Governamentais para mesma ação, ainda assim acaba por ser difícil terminar com os problemas de precariedade que afetam uma boa parte da população.

De um ponto de vista geral, os programas de ação social anteriormente apresentados, para o município do Lubango, tanto do Minars, quanto das Organizações não-governamentais, em curso no município do Lubango, têm estado a se deparar com várias dificuldades, causando na maioria parte das vezes um insucesso de alguns programas no que diz respeito a sua implementação e eficácia de resultados. A realidade angolana atual, tem dificultado bastante a pragmatização eficaz dos programas em curso.

Em relação as ONGs, o fato de Angola estar a viver já momentos de paz, a maioria parte destas deixaram de ser financiadas ou até viram reduzidos bastante o apoio que recebiam anteriormente pelas Organizações internacionais, e por isso mesmo, muitas deixaram de atuar no país. Estas, negaram-se hoje em ajudar alegando não ser necessária devido a riqueza que o País ostenta. Este fato, faz com que o Estado fique sobrecarregado na sua intervenção social, não sendo possível por si só e pelas poucas Organizações não-governamentais resolver os vários problemas na área da ação social existentes, havendo assim uma dificuldade na resolução dos problemas sociais com que o país se depara.

O recente Decreto presidencial de 23 de Março, regula a inserção e a atividade das ONGs em Angola¹⁷. Com este Decreto, elas (ONG) passarão só a desenvolver as suas atividades por uma permissão do Governo. Sendo para o efeito da competência do Ministério das Relações e Exteriores que concede a autorização das mesmas.

¹⁷ Decreto Presidencial de 23 de Março. <http://www.embangola-can.org/pdf/regulamento%20ONG.pdf>

O novo decreto, procura segundo justifica o Governo, conciliar ou enquadrar o “quadrojurídico” das ONG a realidade atual do país quer seja no domínio do “desenvolvimento económico-social e jurídico-constitucional” e não só, assim como evitar “o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo.

Para alguns críticos, com o presente decreto, o Estado angolano, veio pôr fim as atividades das ONGs que operam no país.

Segundo José Patrocínio, coordenador da associação não-governamental OMUNGA, “defende que os Decretos-Leis e regulamentos para estabelecer na prática o exercício do direito, não deve reunir pressupostos de forma tão limitada”. O presente decreto, segundo avança, “tem uma série de pressupostos que vão contra os direitos à associação”, o que acaba por violar totalmente o direito, na medida em que, com o mesmo se cria instituto com um poder “controlador e policial” (extraído da página Rede Angola).¹⁸ Este fato, ao ter uma dimensão nacional, acaba por ser extensivo a realidade do Município do Lubango.

Um outro fato tem a ver com alguma falta de transparência na gestão das verbas destinadas a execução dos programas de ação social. Uma das razões prende-se com o fato de não haver uma fiscalização rigorosa da execução dos mesmos, o que tem provocado na maioria parte das vezes, um comprometimento da eficácia dos programas.

A falta de técnicos suficientes para acudir os vários problemas ligados a intervenção social no município da cidade do Lubango.

O facto dos programas utilizados serem ditados a partir de cima (governo central em Luanda) faz com que não se tenham em conta as particularidades locais e neste caso o município do Lubango, o que dificulta a uma execução que atenda rigorosamente as especificidades dos problemas sociais do município. O facto das políticas Sociais serem ditadas a partir de Luanda, tem feito com que a eficácia da execução das mesmas não sejam as mais as desejadas.

A crise atual, provocada pela descida do barril de petróleo, a exemplo de todo o País, está a gravar ainda mais o setor social causando uma interrupção em muitos projetos em

¹⁸ In: <http://www.redeangola.info/organizacoes-criticam-novas-regras-estabelecidas-pelo-governo/>. (Acessado ao 17-04-2016).

execução, dificultando cada vez mais um serviço social que pretendia caminhar rumo a uma boa direção.

Capitulo. IV- Proposta para uma ação que possa ser útil na resolução de alguns problemas no campo da ação social no Lubango.

4.1. Proposta para uma Execução Eficaz do Serviço Social

De um ponto de vista geral, a realidade do serviço social angolano, implica uma abordagem específica em função dos problemas que enfrenta. Deste modo, para se fazer face a estes problemas específicos na área do Serviço Social, achamos nós que, seria necessário primeiramente, a criação de autarquias locais, sendo que, a ideia é de uma participação mais direta do cidadão, concordando com a ideia de que “a participação é desejável porquanto incrementa a quantidade e qualidade do diálogo entre o governo e a sociedade “(Blhim 2004:60),o que poderá facilitar e abrir espaço de uma política mais local e com mais conhecimento dos problemas no terreno e conseqüentemente uma intervenção mais eficaz aos problemas sociais da cidade do Lubango.

Um investimento maior na área social, canalizando uma parte considerável, que se enquadre aos problemas do Serviço Social, tais como, a formação de mais técnicos, implicado para tal, a criação de um escolas técnico-profissional de formação de serviço social e um Instituto Superior de Serviços Sociais na província. Os poucos técnicos existentes na cidade foram formados pela Escola Nacional de Formação Social de Luanda, sendo que, a mesma não tem capacidade para formar técnicos suficientes para todo o país, e para além disso tem implicado muitos custos. Esta situação, uma vez efetivada, daria uma melhor visão na forma de tratamento dos assuntos ligados a ação social. Deste modo, reforçaria a intervenção no campo da ação social com mais profissionais da área com formação em diversas áreas e dando abertura também, a profissionais de outros ramos do conhecimento específico, abrindo espaço a uma ação social com uma intervenção de participação de várias áreas profissionais, assumida por diversos profissionais, e conseqüentemente uma intervenção mais completa e eficaz.

Faz-se necessário também, que o executivo permita mais concursos públicos para admissão e formação de novos profissionais, no sentido de haver uma intervenção mais abrangente dos programas de ação social.

Uma fiscalização maior e melhor aos projetos em execução, na província, seria também um grande contributo para uma melhor execução dos programas de ação social no Lubango.

Facilidade no processo de credenciamento de mais ONGs seria também uma mais-valia, reduzindo os processos burocráticos, o que valeria uma cooperação entre o Governo local e as mesmas Organizações, em serviços de ação social da cidade e uma solução melhor aos problemas sociais do município da cidade do Lubango.

Que os concursos públicos para admissão de mais profissionais, fossem realizados tendo em conta uma rigorosa seleção, baseada em áreas de formação realmente necessárias para ação social.

Em relação as ONGs, mais apoio institucional e financeiro por parte das entidades financiadoras, mais transparências na aplicação das verbas recebidas por parte dos executores dos projetos; uma seleção de agentes sociais mais rigorosa baseada na particularidade dos programas.

V- CONCLUSÃO

Em função de tudo que abordamos, no sentido de se encontrar uma resposta das questões levantadas em relação as profissionalidades no campo da ação social, com uma abordagem sobre a emergência do Serviço Social, abrangendo a experiência portuguesa e angolana, analisando também, de forma comparativa os seus planos de estudos de licenciatura em serviços sociais, onde posteriormente destacamos a cidade do município do Lubango. E sendo esta, a cidade que no âmbito da delimitação do presente trabalho cingiu-se a nossa atenção, como campo de ação de uma observação aos programas de ação social do governo e dos seus parceiros (ONGs), executados pelos Minars, Instituição que responde pelas questões de precariedade social das populações mais vulneráveis, temos de referir o seguinte:

Durante o árduo trabalho de investigação sobre a questão das profissionalidades no campo da ação social, importa primeiramente afirmar que, o trabalho social precisou de vários momentos durante o seu percurso. Foi necessário haver durante o seu percurso, vários movimentos sociais que pugnaram por uma causa, que era da atenção do Estado aos mais carenciados, levando o Estado a colocar na sua agenda política a situação em questão.

Embora não de forma tão similar, a questão da emergência do serviço social, nos dois países (Portugal e Angola) cruzam-se do ponto de vista histórico, na medida em que, durante um certo período Angola era colónia portuguesa, o que acaba por ser óbvia uma construção de Serviço Social angolano influenciado pela tradição portuguesa e posteriormente por outras experiências estrangeiras, sobretudo, no período de guerra em que a ajuda humanitária era mais justificada por razões de circunstância (guerra) que se vivia na altura (crise humanitária). Este cruzamento com várias experiências, foi necessário para a construção da institucionalização do serviço social tanto angolano quanto português. Para além da questão da solidariedade tipicamente africana, baseada na ajuda mutua entre as pessoas, a presença portuguesa em Angola levou os missionários católicos, que através da criação das suas Missões levaram a cabo ações de serviço e assistência social às comunidades indígenas. E hoje apesar de não ser como era

anteriormente, essas Missões continuam a desenvolver algumas atividades de ação social não obstante sem a mesma força como no período colonial.

No entanto, o Serviço Social em Angola foi desenvolvido de uma forma singular, apesar de ter sofrido várias influências externas, acabou por desenvolver-se de uma maneira muito própria, servindo a questão da influência que teve, como uma das causas dessa particularidade.

Se o Estado português durante um certo período incumbiu a responsabilidade do Serviço Social aos particulares, em Angola também acontecia o mesmo durante o mesmo período em que Angola fazia parte de Portugal. Mas, a partir do momento em que ganha a independência, passa a ter um rumo diferente, verificando um recuo não só sobre este exercício mas, também, noutras áreas, devido ao fato de mergulhar numa guerra civil que desestruturou o desenvolvimento do país, fazendo retroceder alguns avanços já conquistados até então, acabando por afetar sobretudo a área dos Serviços Sociais. É exemplo disto o fato do Instituto Superior de Serviço Social de Angola, ter surgido apenas há pouco tempo(2010) tendo lançado somente até o presente momento um primeiro grupo de licenciados nas áreas de Serviço Social e Educadores de Infância.

A mesma coisa não se pode dizer sobre a Escola Nacional de Serviço Social, que tem vindo a formar técnicos na área do campo da ação social há muito mais tempo em Angola em relação ao Instituto acima referido.

Em Portugal a experiência nessa área já é relativamente longa remontando desde 1956 ano em que foi criado o Instituto Superior de Serviços Sociais do Porto (ISSSP), no âmbito do exercício da Diocese do Porto. Sendo hoje, um Instituto Superior reconhecido a nível jurídico em 1986.

Durante o processo de construção do serviço social, fizeram parte a partir de um certo período, várias profissões que até hoje continuam a participar no exercício do campo de ação social.

Para a realidade do município do Lubango, verificou-se a pouca participação dos vários profissionais de áreas diferenciadas, os atores do próprio Minars são recrutados sem pondo muito em causa a questão das áreas de formação, porque, estes, depois de admitidos por um concurso público, são submetidos a uma formação de capacitação e outros selecionados para uma formação técnico-profissional.

Apesar do esforço do governo local, na resolução dos vários problemas sociais ainda assim está muito distante a ideia de melhoramento das condições de vida das famílias carenciadas. Situação que agravou-se ainda mais com o Estado atual da economia Angolana. Esta situação leva-nos a afirmar que o governo precisa criar políticas capazes de enquadrar mais técnicos, sendo para o efeito, necessário investir mais na formação técnica, profissional e científica, no sentido de se fazer fácil ao exercício do campo da ação social.

Torna-se necessário também, haver mais investimentos na área social e facilitar as políticas de credenciamento de ONGs, para que o Estado possa ter um maior asseguramento da prática de serviço social mais eficaz, que procure chegar e minimizar os problemas das comunidades mais desfavorecidas e grupos marginalizados, partilhando esse exercício com mais Organizações da sociedade civil.

VI-BIBLIOGRAFIA

Abranches, Sérgio, Dos Santos, Wanderley, Coimbra, Marcos. 1994. *Políticas Sociais e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar.

Agência Angola Press (Angop). 2015. Continuidade dos programas nacionais de assistência social.

In: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/saude/2015/1/8/Angola-Minars-reafirma-continuidade-dos-programas-nacionais-assistencia-social.01697cb8-95db-42c2-97af-5c6ac18fb04e.html. (Acessado aos 20-03-2016)

Agência Angola Press (ANGOP). 2014. In: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/9/44/Huila-Direccao-Minars-com-nove-programas-sociais,bf2b7242-75c7-45c8-8c28-939450bc57c3.html.(Acessado aos 20-03-2016).

Agencia Angola Press.2015.In: http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/files/highlight/2015/9/44/0,eb5118b7-cede-4de5-b3fe-90c43d1a09f4.jpg.(Acessado aos 19-04-2016).

Jornal de Angola. 2016. Idosos na Huíla melhor protegidos. In: http://jornaldeangola.sapo.ao/regioes/huila/idosos_na_huila_melhor_protegidos. (Acessado aos 22-04-2016).

Behring, Elaine, Ivanete Boschetti. 2014. *Políticas Sociais: fundamentos e história*. São Paulo: Editora Cortez.

CEASA- Centro de Estudos sobre África, Asia e América Latina.2010. In:<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/pt/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/C/CIC-Associa%C3%A7%C3%A3o-para-a-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Interc%C3%A2mbio-e-Cultura-196/>.(Acessado aos 10-12-2015).

Centro Cristão Vida Abundante Moscavide In: <http://www.ccvamoscavide.org/ccva/index.php/recursos/ensinos/15-o-papel-social-da-igreja>: (Acessado ao 11-11-2015).

Conselho de igrejas cristas em Angola (CICA). 2014. Relatório de Monitoria Social Municípios de Mbaza Kongo, Cassongue, Balombo, Cela-waku Kungo, Cubal e Negage, Angola.

Cunha, Alfredo e Nunes, Luís.2015. História da AMI em Angola. Toda a esperança do Mundo, In: <http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p7p28p78p227&l=1>: (Acessado aos 15-12-2015).

David André Laurent Lescouarch.2015. “Les réformes dans des mentiers de l’interaction humaine”: Propos introductifs à une analyse pluridisciplinaire sentrée sur les ressources

des entrants dans le métier, le sciecies de l' éducation- pour l' Ère, vol, 48 n° 4 nouvelle. In: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/153388c1c526c1ed?projector=1> (acessado aos 16- 03-2016).

Decreto Presidencial nº74/15 de 23 de Março.2015. As ONG em Angola. In: <http://www.embangola-can.org/pdf/regulamento%20ONG.pdf>.(Acessado aos 28-04-2016).

Dias Maria. 2010. *Formação Académica de Assistentes Sociais, Singularidade Açoriana*, Edição da autora, Açores, Portugal.

Emerique, L. Balmant. 2009. *Pobreza Como Violação de Direitos Humanos*, “Dissertação de Mestrado em ciências políticas e relações internacionais”, Lisboa.

Instituto Superior de Ciências Sociais.2014. In: <https://www.facebook.com/INSTITUTO-SUPERIOR-DE-SERVI%C3%87O-SOCIAL-DE-ANGOLA-ISSS-ANGOLA-172603366135675/>. (Acessado aos 12-01-2016).

Instituto superior de Serviço Social. 2016. In: http://iss.co.ao/?page_id=12. (Acessado aos 02-02-2016).

Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). 2014. Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social (CRL)https://www.issp.pt/si/planos_estudos_geral.formview?p_Pe=609. (Acessado aos 01-04-2016)

Gomes, Hugo.2011. Os Voluntários em Angola (Voluntariado). Network Contato.In:<http://beta.networkcontacto.com/visaocontacto/Lists/Posts/Post.aspx?ID=1052>. (Acessado aos 10-12-2015).

Gomes, Cristina. 2025. Infoescola, Crise de 1929 (Grande depressão).2015.In: <http://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/>. (Acessado aos 10-12-2014).

Gonçalves, Paulo. 201. Notícias da Huíla.

In: <http://kamussel.com/forum/index.php?topic=54.50;wap2>. (Acessado aos 27 de 03-2016).

Governo provincial da Huíla Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Província da Huíla para o Período de 2013-2017. In: <http://sipangola.org/gis/documents/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Economic%20e%20Social%20da%20Huila%202013-2017.pdf>. (Acessado aos 16-04-2016).

Martins, Alcina. 2009. *Génese, Emergência e Institucionalização do serviço social português*. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mauriel, Ana. 2011. *Capitalismo, Políticas Sociais e Combate à Pobreza*. Unijuí Editora.

Minars gov.ao.2014. Diário da República, Estatuto Orgânico da Escola Nacional de Técnicos do Serviço Social. In: <http://www.minars.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=759>, (Acessado aos 20-04-2016).

Moreira, Margarida. 2008. Bolsa de valores: A crise do Capitalismo nos anos. In <http://pt.slideshare.net/MargaridaM/crise-1929>. (Acessado aos 26-09-2015).

Mateus. 2012. Angola e os 11 Compromissos para a Criança. In: <http://mundodedireitos.blogspot.pt/2012/02/angola-e-os-11-compromissos-para.html>. (Acessado aos 05-02-2016).

World Bank. 2014. “Washington DC, Estados Unidos”: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx#>, s/d. Acessado aos 10-12-2014.

Oliveira, Silva de. 2012. “Olhar a Pobreza em Angola” - *Causas, Consequências e Estratégias para sua Erradicação*, Ciências Sociais Unissono v.48, n. 1: 29-40: <http://ras.revues.org/457>. (Acessado aos 13-03-2015).

Plano Estratégico 2012-2016 ADRA. 2011. Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Lubango-Angola.

Relatório de Avaliação participativa da pobreza nas vigairarias da arquidiocese do Lubango(Lubango, Calukembe, Quipungo) e na diocese do Namibe (Bibala e Namibe) Lubango-Angola.

Sacon, Mileni. Serviço Social e Projeto Ético-político: desafios à categoria profissional, O Serviço Social e contradição. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. In:<http://www.cpihts.com/PDF02/projecto%20%C3%A9tico%20pol%C3%ADtico%20Milene%20Alves%20Secon.pdf>. Acessado aos 12-03-2016.

Silva Ana. 2008. Ser pobre em Portugal: Perceções acerca dos efeitos da pobreza e das políticas sociais nos quotidianos das categorias sociais mais vulneráveis, Dissertação de Mestrado em Sociologia - Políticas Públicas e Desigualdades sociais, fcsH, UNL, Lisboa.

Simões Helena. 2001. *100 Anos de Serviço Social Quarteto*. Editora, Coimbra, Portugal.

Wikipedia, 2014 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lubango>. (Acessado aos 23-03-2016)

Rede Angola.2015. In: <http://www.redeangola.info/organizacoes-criticam-novas-regras-estabelecidas-pelo-governo/>(Acessado aos 23-04-2016).

Nelson. 2016. Made For Minds. In: <http://www.dw.com/pt/decretado-fim-da-independ%C3%A2ncia-das-ong-em-angola/a-18389595>.(Acessado aos 24-04-2016)

Billhim João. 2004. *Inovação e Governação nas Autarquias*,“A Governação nas Autarquias Locais”. Editora- Sociedade portuguesa de Inovação, Porto.

Outras Referências

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/1/9/Huila-Minars-assiste-mais-mil-criancas-jovens-vulneraveis,d2352e0d-9097-4166-8ce4-e6e91892c9e3.html.(Acessado aos 22-04-2016)

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/5/25/Huila-Desenvolvimento-crianca-angolana-esta-assegurado-Ministro-Kussumua,9556f295-1516-4a04-a9e2-4ea3a5dc24a8.html.(Acessado aos 22-04-2016).

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/1/6/Huila-Idosos-beneficiam-bens-alimentares-Lubango,951ef530-562f-4232-b565-c40ff454384a.html.(Acessado aos 22-04-2016).

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/11/50/Huila-Ministro-Kussumua-convida-empresarios-apoiarem-pessoas-carenciadas,fd271ee-8c70-4910-a7df-875bcc147988.html. (Acessado aos 22-04-2016)

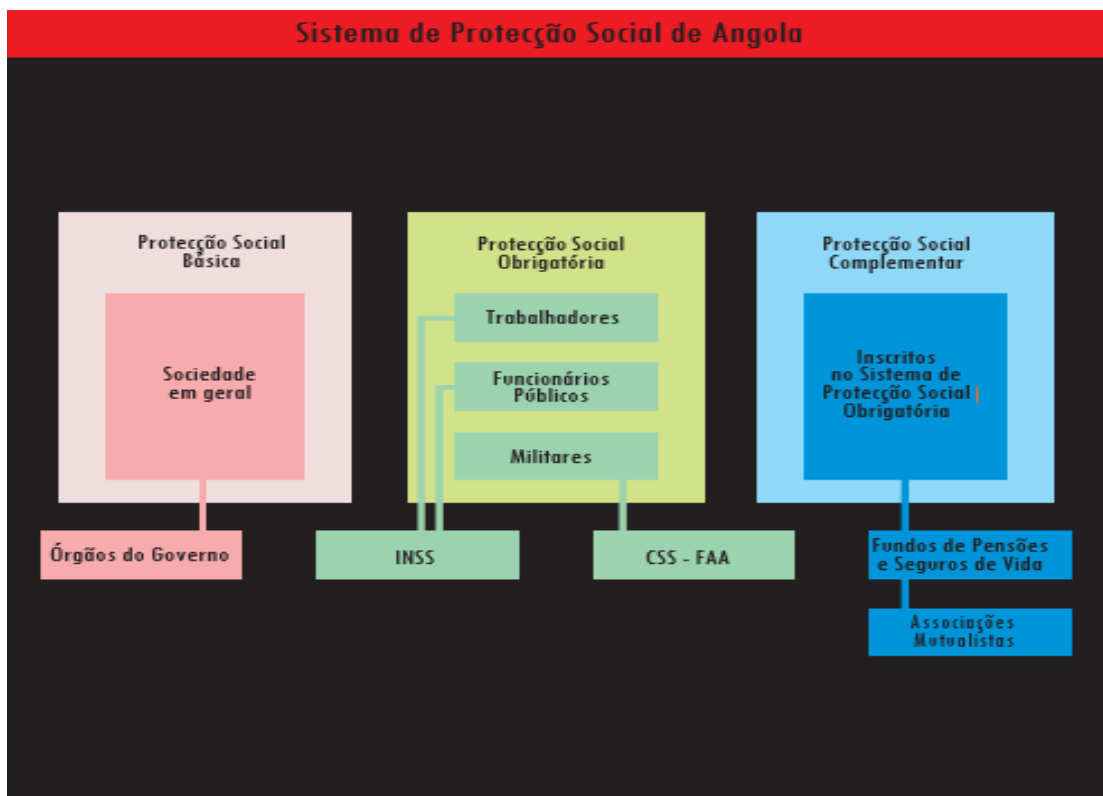
http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/11/50/Huila-Ministro-Kussumua-convida-empresarios-apoiarem-pessoas-carenciadas,fd271ee-8c70-4910-a7df-875bcc147988.html. (Acessado aos 22-04-2016).

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/reconstrucao-nacional/2013/9/40/Minars-edifica-residencias-lares-acolhimento-para-idosos-Huila,9dec537e-cabf-4dbe-95d8-5e4e7e3ac93d.html (Acessado aos 22-04-2016).

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/reconstrucao-nacional/2013/9/40/Minars-edifica-residencias-lares-acolhimento-para-idosos-Huila,9dec537e-cabf-4dbe-95d8-5e4e7e3ac93d.html (Acessado aos 22-04-2016).

ANEXOS

Anexos 01



Fonte: INSS, 2016:16

Anexos 02

Regulamento das Organizações Não Governamentais (2015, p3-4)

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º (Objecto)

O presente Diploma estabelece o regime jurídico do exercício de actividade e funcionamento das Organizações Não Governamentais que operam em Angola, abreviadamente designadas por «ONG», desde que inscritas no Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades.

Artigo 2.º (Âmbito)

O presente Diploma aplica-se a todas as ONG que desenvolvem actividades no território nacional.

Artigo 3.º (Natureza Jurídica)

Para efeitos de aplicação do presente Diploma, ONG são pessoas colectivas constituídas por duas ou mais pessoas singulares ou colectivas e que não têm por objecto a obtenção de lucro económico dos associados.

Artigo 4.º (Regime Jurídico)

As ONG regem-se pela Lei n.º 6/12, de 18 de Janeiro, pelo presente Regulamento e demais legislação aplicável.

Artigo 5.º (Classificação)

Nos termos do presente Regulamento, as ONG classificam-se em nacionais e internacionais, sendo:

- ONG nacionais, as constituídas na República de Angola, independentemente de operarem também noutros países;
- ONG internacionais, as legalmente constituídas num país estrangeiro e registadas na República de Angola.

CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO, INSCRIÇÃO E REGISTO DAS ONG

SECÇÃO I ONG NACIONAIS

Artigo 6.º (Constituição)

As ONG nacionais constituem-se e adquirem personalidade jurídica, nos termos da lei.

Decreto Presidencial n.º 74/15 de 23 de Março

Presidente da República

Artigo 7.º (Inscrição)

1. As ONG nacionais devem efectuar a sua inscrição no Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a)- Carta dirigida ao responsável do Órgão, pela qual solicita inscrição para o exercício de actividades;
- b)- Certidão de registo da ONG associação emitida pelo Departamento Ministerial responsável pela Justiça e Direitos Humanos;
- c)- Cópia autenticada do *Diário da República* que publica o Estatuto da ONG associação;
- d)- Programa e áreas de intervenção.

2. Observados os requisitos previstos no número anterior e analisada a documentação apresentada, é emitido, no prazo de 15 dias, conforme o caso, um dos despachos seguintes:

- a)- Inscrição, quando aferida a validade da documentação apresentada pela ONG;
- b)- Aperfeiçoamento, quando se conclua pela falta ou invalidade de algum documento apresentado.

3. Se determinado o aperfeiçoamento a documentação apresentada não for conformada no prazo de 10 dias úteis, a solicitação é tacitamente indeferida.

SECÇÃO II ONG INTERNACIONAIS

Artigo 8.º (Registo)

1. As ONG legalmente constituídas em país estrangeiro que pretendam exercer actividades em território nacional devem registar-se junto do Departamento Ministerial responsável pela Justiça e Direitos Humanos.

2. Para o registo, as ONG internacionais devem apresentar os seguintes documentos:

- a)- Carta dirigida ao Titular do Departamento Ministerial responsável pela Justiça e Direitos Humanos, pela qual solicita o registo na República de Angola;
- b)- Cópia do estatuto e do acto de constituição traduzidos em língua portuguesa e autenticada pela representação diplomática da República de Angola no país de origem;
- c)- Carta de intenções e programas/projectos que pretenda implementar em Angola, incluindo os seus orçamentos detalhados e fontes dos recursos financeiros e patrimoniais;
- d)- Declaração de idoneidade emitida pelo órgão competente no país de origem e autenticada pela representação diplomática ou consular da República de Angola;
- e)- Curriculum vitae do representante em Angola;
- f)- Registo criminal do representante em Angola;
- g)- Procução emitida pelo responsável a favor do seu representante em Angola, pela qual confere poderes para assumir os compromissos necessários ao exercício regular e adequado das actividades;
- h)- Cópia do acordo entre o Estado Angolano e o de origem da ONG, nos casos em que o financiamento provém deste acordo.

3. Observados os requisitos descritos no número anterior e analisada a documentação apresentada, é emitido, no prazo de 15 dias, conforme o caso, um dos despachos seguintes:

Fonte: Diário da República (2014:3-4)¹⁹

Anexo 03

Estatuto Orgânico da Escola Nacional de Formação de Técnicos de Serviço Social

¹⁹Regulamento das Organizações Não Governamentais. In: <http://www.embangola-can.org/pdf/regulamento%20ONG.pdf>. (Acessado aos 28-04-2016).

dois exemplares em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República de Angola, *Sebastião José A. Martins* — Ministro do Interior.

Pelo Governo da República de Cabo Verde, *Márcia H. de Nascimento Morais* — Ministra da Administração Interna.

Decreto Presidencial n.º 171/14
de 23 de Julho

Havendo necessidade de se dinamizar a formação de quadros sociais de base, com o objectivo de imprimir mais eficiência e eficácia na gestão de equipamentos e prestação de serviços de assistência social voltada aos grupos vulneráveis, como sejam crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiências sociais, bem como garantir a melhor execução das políticas de assistência social;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambas da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Criação)

É criada a Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social.

ARTIGO 2.º
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico da Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

bem como os gestores de equipamentos sociais públicos e privados;

- c) Promover acções de formação nas diversas especialidades do sector da assistência social;
- d) Efectuar pesquisas sobre técnicas de formação profissional aplicáveis às acções de formação a desenvolver;
- e) Participar em associações e instituições nacionais e internacionais de formação profissional, fomentando o intercâmbio de programas de cooperação técnico-científica, mediante acordos e convénios firmados pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social;
- f) Manter o cadastro actualizado dos formandos e emitir os respectivos certificados ou declarações de frequência do curso;
- g) Emitir pareceres e relatórios sobre o grau de aproveitamento dos formandos no final de cada curso, que devem ser remetidos à instituição em que funciona o respectivo formando;
- h) Cooperar com a Escola Nacional de Administração Pública — ENAD e o Instituto de Formação de Administração Local — IFAL e com outras instituições de formação homologas, nas acções de formação daquelas instituições em matéria do seu interesse.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Natureza)

A Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social, abreviadamente designada ENFOQS, é uma pessoa colectiva pública do sector administrativo ou social, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual compete a implementação de acções de formação de base e especializada no domínio da assistência social dirigidas aos recursos humanos afectos ao sector público administrativo e demais interessados.

ARTIGO 2.º
(Regime jurídico)

A Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social rege-se pelas disposições do presente Estatuto, pelo respectivo Regulamento Interno e demais legislação aplicável, sob tutela do Ministro da Assistência e Reinserção Social.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

A Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social tem as seguintes atribuições:

- a) Planear, programar, promover e propor todas as acções inerentes à formação profissional, no âmbito do Sector da Assistência e Reinserção Social;
- b) Coordenar, acompanhar, executar e avaliar as acções de formação profissional dos órgãos e agentes dos Serviços da Assistência e Reinserção Social, em colaboração com os respectivos órgãos internos,

CAPÍTULO III
Órgãos de Gestão

ARTIGO 6.º
(Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é o órgão deliberativo colegial permanente ao qual incumbe, nomeadamente:

- a) Aprovar os instrumentos de gestão provisional e os documentos de prestação de contas do instituto;
 - b) Aprovar a organização técnica e administrativa, bem como os regulamentos internos;
 - c) Proceder ao acompanhamento sistemático da actividade do instituto, tomando as providências que as circunstâncias exigirem;
 - d) Praticar os actos de administração necessários ao bom funcionamento do Instituto;
 - e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.
2. O Conselho Directivo integra os seguintes elementos:
- a) Director Geral, que o preside;
 - b) Director Geral-Adjunto;
 - c) Chefes de Departamento;
 - d) Outros elementos indicados pelo Director Geral para tratar de questões específicas.
3. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que for convocado pelo Director Geral.

Fonte: Minars (2014)²⁰.

Imagens retratando algumas atividades do Minars

Imagem 01-Técnicos dos Minars em seminário de capacitação²¹

²⁰ Decreto Presidencial. 2014. Estatuto Orgânico da Escola Nacional de Formação de Técnicos de Serviço Social. In: <http://www.minars.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=759> (Acessado aos 28-04-2016).

²¹ Fonte: http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/files/highlight/2015/9/44/0,eb5118b7-cede-4de5-b3fe-90c43d1a09f4.jpg. (Acessado aos 19-04-2016).



Imagem 02- Idosos no lar da 3ª idade no Lubango²²



Imagem 03- Crianças assistidas pelo Minars do Lubango²³

²² Fonte: http://jornaldeangola.sapo.ao/regioes/huila/idosos_na_huila_melhor_protegidos. (Acessado aos 22-04-2016)

²³ Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/1/9/Huila-Minars-assiste-mais-mil-criancas-jovens-vulneraveis,d2352e0d-9097-4166-8ce4-e6e91892c9e3.html. (Acessado aos 22-04-2016)



Imagem 04²⁴



Imagem 05- Jovens doando vestuário ao lar de terceira idade do Lubango²⁵

²⁴ Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/5/25/Huila-Desenvolvimento-crianca-angolana-esta-assegurado-Ministro-Kussumua,9556f295-1516-4a04-a9e2-4ea3a5dc24a8.html.(Acessado aos 22-04-2016)

²⁵ Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/1/6/Huila-Idosos-beneficiam-bens-alimentares-Lubango,951ef530-562f-4232-b565-c40ff454384a.html.(Acessado aos 22-04-2016)



Imagem 06- Ministro (João B. Kussumwa) da Assistência e Reinserção Social inaugurando residência o lar da Terceira idade no Lubango²⁶.



Imagem 07Estrutura do Lar da Terceira Idade do Lubango, reabilitado e ampliado²⁷

²⁶ Fonte: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/11/50/Huila-Ministro-Kussumua-convida-empresarios-apoiarem-pessoas-carenciadas,fd271ee-8c70-4910-a7df-875bcc147988.html. (Acessado aos 22-04-2016)



Imagem 08- Estrutura da Direção Provincial da Assistência e Reinserção Social no Lubango²⁸.



²⁷http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/reconstrucao-nacional/2013/9/40/Minars-edifica-residencias-lares-acolhimento-para-idosos-Huila,9dec537e-cabf-4dbe-95d8-5e4e7e3ac93d.html (Acessado aos 22-04-2016).

²⁸ (Idem)

Imagem 09²⁹ - A imagem a baixo representa a entrega de certificado a um dos técnicos da Escola Nacional de Formação de Serviço Social em Luanda.



²⁹In: <http://www.minars.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=30267>